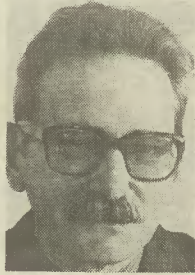


## EUA: o problema

A verdade é que, com a sua estratégia de precedentes e de factos consumados, os EUA procuram banalizar e transformar numa espécie de direito consuetudinário a sua política imperial.



■ Albano Nunes

Pág. 19

## O escândalo

Enquanto no inquérito parlamentar proposto pelo PCP eram feitas revelações sobre o envolvimento directo de membros do governo PSD num escândalo de enormes proporções em torno da OPA sobre o BPA, toda a comunicação social entretinha o País a discutir o enorme escândalo que foi o engenheiro Belmiro ter sido ouvido nesse inquérito à oito da manhã.

■ António Filipe

Pág. 20

## NACIONAL

## 58 mil assinaturas pela redução das tarifas da EDP

Um abaixo-assinado com 58 mil assinaturas, reclamando uma redução das tarifas da electricidade em 15%, foi entregue na residência oficial do primeiro-ministro, por uma delegação do PCP.

Pág. 13

## INTERNACIONAL

### Iraque

## Árabes revoltados contra os EUA

Pág. 14

**Avante!**

O nosso jornal antecipa, nesta quadra, a sua distribuição. O próximo número sairá na quarta-feira, dia 30 de Dezembro.

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 23 de Dezembro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1308 • Director: José Casanova

## Carlos Carvalho visitou «Abrigo» na Graça

# Solidariedade aos sem-abrigo

Carlos Carvalho, Secretário-Geral do PCP, visitou, na quinta-feira passada, o Centro de Abrigo da Graça, obra que resulta de um protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Lisboa e a AMI. O objectivo da visita foi prestar a solidariedade dos comunistas a este empreendimento de apoio a homens que, tendo conseguido vencer uma situação crónica de marginalidade e desemprego, precisam de um mínimo de condições para se reinserir na sociedade.

Pág. 5



## O Natal negro das multinacionais ou o

Págs. 15, 16, 17 e 18

■ Reportagem de Carlos Nabais

## desemprego para a vida





Carlos Carvalho no centro de acolhimento da Graça, em Lisboa

## RESUMO

16  
Quarta-feira

O ministro da Agricultura apresenta à Comissão Europeia o primeiro relatório de informação sobre o programa de combate à BSE ■ O Supremo Tribunal de Justiça declara extinto por prescrição o processo de contrabando e corrupção «Aveiro Connection» ■ Os Estados Unidos e a Inglaterra desencadeiam a operação «Raposa do Deserto» contra o Iraque ■ O Tribunal de Roma decide libertar Abdullah Ocalan, líder do Partido dos Trabalhadores do Curdistão.

17  
Quinta-feira

Carlos Carvalho visita o centro de acolhimento da Graça, em Lisboa ■ Germano de Sousa é eleito novo bastonário da Ordem dos Médicos ■ O representante das Nações Unidas para Timor-Leste, Jamsheed Marker, reúne-se com Xanana Gusmão na prisão de Cipinang ■ Na Grã-Bretanha, a Câmara dos Lordes anuncia que vai rever a decisão tomada por aquela instância sobre o levantamento da imunidade de Pinochet ■ Na Indonésia, uma pessoa morre e mais de 60 ficam feridas durante os confrontos entre a polícia e os manifestantes que reclamam uma transição democrática.

18  
Sexta-feira

O Tribunal de Contas acusa Sousa Franco de ter respondido de forma ofensiva na apreciação feita ao relatório daquele organismo ao caso Partest ■ Nacionalistas e unionistas chegam a acordo sobre a criação das instituições políticas do Ulster ■ O governo espanhol anuncia que 21 presos membros da ETA, actualmente espalhados pelo país, vão ser transferidos para a Andaluzia e Valência ■ O Observatório Europeu das Drogas e da Toxicodpendência revela, em relatório, que a oferta de estupefacientes aumentou na União Europeia em 1997 ■ A marinha da Coreia do Sul afunda uma embarcação norte-coreana, provocando um morto.

19  
Sábado

O representante da ONU para Timor-Leste defende uma autonomia transitória de dez anos para o território ■ Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha anunciam o fim dos ataques ao Iraque ■ Nos EUA, a Câmara dos Representantes aprova dois artigos acusatórios do processo de destituição de Bill Clinton ■ O emissário da União Europeia para o Kosovo apela aos separatistas albaneses para renunciarem à luta armada para poderem participar no processo de negociação com a Sérvia.

20  
Domingo

A Fenprof anuncia que vai levar a cabo uma campanha pelo ensino público no primeiro trimestre de 1999 ■ Cerca de 500 estudantes timorenses invadem o aeroporto de Komoro, em Díli, impedindo o enviado do secretário-geral da ONU de apanhar um voo comercial para Bali ■ O embaixador do Iraque nas Nações Unidas afirma que a operação «Raposa do Deserto» provocou milhares de mortos ■ A periferia da cidade angolana do Cuíto continua a ser atacada pelas forças da Unita.

21  
Segunda-feira

O Ministério do Trabalho assina contratos com 67 empresas para empregar 555 pessoas ■ Os médicos veterinários da função pública entram em greve de quatro dias ■ O vice-primeiro-ministro iraquiano, Tarek Aziz, exige dos Estados Unidos e Grã-Bretanha que prestem contas pelos quatro dias de bombardeamentos aéreos contra o Iraque ■ O Parlamento israelita aprova a realização de eleições antecipadas ■ Antigos presos políticos chilenos inauguram um «Muro dos Nomes» no local onde funcionou o campo de tortura de Villa Grimaldi, em homenagem aos que aí morreram mas não convidam representantes do Governo, como forma de protesto pelo apoio que este tem dado a Augusto Pinochet ■ O primeiro-ministro russo, Evgueni Primakov, propõe a formação de um «triângulo estratégico» entre a Rússia, Índia e China para trabalhar a favor da paz e segurança ■ Bulent Ecevit renuncia a formar novo governo para a Turquia.

## A raposa assassina

Comemorando à sua maneira o 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o presidente dos Estados Unidos da América ordenou mais uma vez o bombardeamento do Iraque. É a sétima vez que tal acontece desde a Guerra do Golfo, em 1991, ou seja: uma vez por ano, a pretexto disto ou daquilo mas sempre por vontade imperial, sempre exibindo os galões de polícia do mundo e sempre com a arrogância característica de quem possui um poderio bélico imparável - o presidente dos EUA (ora Bush ora Clinton) fez questão de demonstrar que o imperialismo norte-americano é, de facto, o líder da nova ordem mundial.

Durante os quatro dias que durou a primeira fase da operação «Raposa do Deserto» - designação pela qual ficou conhecido, também, o marechal nazi Rommel... - mais de 400 mísseis (um pouco mais do que os que foram lançados em toda a operação «Tempestade no Deserto») foram disparados sobre o Iraque, recusando-se os responsáveis norte-americanos a fornecer dados concretos sobre os níveis de destruição material e humana daí resultantes. «Missão cumprida» é a fórmula utilizada por William Cohen, secretário de Estado da Defesa, para descrever a situação; «Ataque substancial» é a versão de Clinton. Ambos sintéticos e lacónicos, como se vê, e repetindo textualmente as palavras com que Bush e Cheney, em 1991, esconderam o número de cerca de 300 mil mortos, na maioria civis, provocados pela operação «Tempestade no Deserto».

A operação, curiosamente desencadeada no momento em que a Câmara de Representantes se preparava para votar a destituição de Clinton, foi apresentada como visando «atacar os programas de armas biológicas, químicas e nucleares do Iraque e a sua capacidade militar para ameaçar os vizinhos» - programas sobre os quais Clinton afirma possuir «provas convincentes» fornecidas pelo fidelíssimo Butler... Aliás, o governo dos EUA dispõe de «provas convincentes» sempre que delas necessita para justificar os crimes que comete. Assim, um dos últimos actos de Bush enquanto presidente dos EUA foi o de ordenar o disparo de 45 mísseis contra um complexo industrial próximo de Bagdad onde, de acordo com «provas convincentes» se produziam sinistras e mortíferas armas. E um dos primeiros actos do presidente Clinton foi o de mandar disparar 23 mísseis contra um dos quartéis dos serviços de informação iraquianos situado no centro de Bagdad. Clinton dizia-se possuidor de «provas convincentes» de que o Iraque tentara assassinar o ex-presidente Bush durante uma visita deste ao Kuwait dois meses antes. Em Outubro passado (curiosamente no mesmo dia e aproximadamente à mesma hora em que Monica Lewinskin produzia o seu depoimento perante o Grande Júri), Clinton, sempre na posse de «provas convincentes», ordenou o disparo de 75 mísseis «contra uma das bases terroristas mais activas do Mundo», no Afeganistão e contra «uma base ligada ao fabrico de armas químicas, no Sudão». Em todos estes casos veio a saber-se posteriormente que as «provas convincentes» não passa-

vam de invenções, de falsidades montadas para justificar aos olhos do Mundo os bombardeamentos executados ao serviço dos interesses imperiais dos EUA.

«Um dia triste para a ONU e para o Mundo», disse Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas, comentando o ataque desencadeado à revelia da ONU e iniciado no momento em que decorria uma reunião do Conselho de Segurança. Mas nem todos pensam assim. Por exemplo, a «esquerda-terceira-via europeia» apoiou o ataque. A direita-única também apoiou. O Governo do engenheiro Guterres repetiu a sua tradicional posição de cócoras face aos ditames do imperialismo norte-americano e, apesar de tratado com os pés pelo amigo americano, manifestou a sua «solidariedade». Mas de todos estes apoios emergiu destacada a figura do prestimoso Blair - por alguns considerado como o papa da «terceira via» - que não só apoiou como fez questão de participar no massacre. Blair, generoso e solidário, antecipou-se, mesmo, a Clinton na justificação pública do ataque por este decidido. Vimo-lo, fingindo pesar, e ouvimo-lo, fingindo comoção, explicar as muitas razões pela quais «não se pode permitir o rearmamento do Iraque e muito menos se se trata de armas químicas».

E tamanha hipocrisia traz-nos à memória a atitude de Winston Churchill, esse outro paladino da democracia e da liberdade, que, em 1919, quando o alto comando da RAF para o Médio Oriente lhe pediu autorização para utilizar armas químicas «a

título de experiência, contra os árabes recalcitrantes», não hesitou um segundo... e não só autorizou e aplaudiu a «experiência» como, verberando os estúpidos «pruridos de alguns em usar o gás», acrescentou: «Sou um fervoroso partidário do uso do gás venenoso contra as tribos incivilizadas» (...) «as armas químicas são a aplicação da ciência ocidental à guerra moderna» - recorde-se que, na circunstância, as «tribos incivilizadas» condenadas às armas químicas britânicas eram os curdos e os afegãos mas, como é sabido, o exército britânico já antes havia utilizado o gás venenoso no norte da Rússia, precisamente contra os comunistas...

Mas Churchill era um criminoso assumido e o Blair-terceira-via não ousa assumir-se.

Não surpreende a hipocrisia deste bando de impunes criminosos internacionais. Ela faz parte da sua forma de estar no mundo e na vida e é-nos mostrada amiúde. Eis três exemplos paradigmáticos: informava um jornal americano, em 1991, que antes de ordenar o ataque que iria provocar 300 mil mortos, o «presidente Bush recolheu-se por uns instantes, rezou uma oração e deixou cair duas lágrimas pelo rosto»; soubemos agora que enquanto a Câmara dos Representantes decidia sobre a destituição de Clinton - e enquanto dezenas de mísseis matavam cidadãos iraquianos - o referido Clinton «passou a manhã a rezar»; e lembramo-nos que, também em 1991, o então secretário de Estado Dick Cheney, numa clara manifestação de humor imperial, mandou gravar numa bomba de mil quilos que ia ser lançada sobre Bagdad a seguinte inscrição: «Para Saddam, com afecto.»

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3  
— 1600 — 196 Lisboa. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

## ADMINISTRAÇÃO:

Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A.  
1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058.  
NIF — 500 090 440  
Inscrição na Direcção Geral da Comunicação Social  
N.º 102235

## DISTRIBUIÇÃO:

DISTRIBUIÇÃO ADE'S  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A.  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

## Alterações de remessa:

Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linhó — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B L. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 — 130 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85

## TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Telef. \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## ACTUAL

## «Consumo – logo existo?»

«A menina rica, pela primeira vez, pôs um avental e deu um bodo aos pobres»: cito de cor um poema de Sidónio Muralha que retrata uma tradicional imagem natalícia ainda vigente há meio século.

Durante séculos, as classes dominantes do nosso país cultivaram as conotações evangélicas da pobreza, apontada como caminho seguro para o céu (“bem-aventurados os pobres, que deles será o reino de Deus”) assumindo a Igreja a boa gestão da caridade e do socorro aos pobres.

Mas nos dias de hoje, com o advento dos critérios da “economia de mercado”, da “globalização”, da “sociedade de consumo” e as correspondentes alterações sociais, económicas, culturais e comportamentais, também as ideologias e os interesses dominantes subverteram profundamente as imagens e alegorias tradicionais do Natal.

As meninas ricas já não “põem avental” para dar “bodo aos pobres” (aliás Sidónio esclarecia no seu poema que, já então, ela “nunca mais pôs avental”). Até porque “pobres”, agora, “já não há!”. Agora, na sociedade de mercado (capitalista) proclamada como “fim da História” e “fim das classes”, só há “excluídos” e consumidores, não é verdade?

Os “shopping centres” tornaram-se assim, nos dias de hoje, a imagem de marca e o horizonte espiritual apontado obsessivamente, por todos os meios, a todo o consumidor que almeja comemorar o Natal enquadrado na normalidade social.

O shopping reúne, na verdade, uma série de elementos que enchem os olhos de “pós-modernidade” e apetências de consumo. São frequentados por praticamente todos os salários possíveis, e até por aqueles que não têm salário. Pouparam às pessoas calcorrear as ruas em busca de preços, condições, variedades. Caminha-se por passeios largos, floridos, sem carros, com ar climatizado e árvores e pássaros artificiais que não sujam as roupas. Vitrinas luminosas praticam a convivência das diferenças, num ambiente confortável e tranquilo que deixa lá fora o calor, a chuva e os conflitos da sociedade, dão refúgio ao individualismo mais autista, e oferecem em redoma asséptica o tom de vida apresentada por Huxley no “Admirável Mundo Novo”.

Mas esses templos da pós-modernidade exigem um ritual: obrigam a parar com regularidade frente a uma vitrina para fazer uma oferenda, com gastos em moeda ou em car-

tões (outro mascarador que torna onnipotente o mortal que o utiliza - pelo menos até à hora da factura bancária: não por acaso alertava o Banco de Portugal, na última semana, para a vertiginosa subida do endividamento das famílias: 62% do rendimento disponível, mais de 1896 milhões de contos).

Nas imagens de referência promovidas pelo capitalismo “pós-moderno”, o shopping substituiu com naturalidade o presépio, como alternativa virtual para quem não pode materializar os seus sonhos mais profundos. Mas esta alternativa não é somente um espaço fechado: é um corpo da “globalidade” na qual quem não consome fica excluído. Nesse quadro até as relações humanas ficam regidas pelos critérios de mercadoria, consumo, rentabilidade e lucro. E nesses critérios as pessoas são, também elas, descartáveis. Subvertendo a frase de Descartes: “Só existo se consumo”.

Mas, no entanto, as pessoas não desistem de dizer: Boas Festas! Feliz Ano Novo!

Ainda bem: os invernos nunca duram sempre.

■ Aurélio Santos

## «Referendos»

Errados estávamos, os que pensávamos que, por ora, em matéria de referendos, havíamos chegado ao sossego.

Ali para o lado do Caldas não se dorme. E mais um referendo não deixa de vir a calhar. Desde logo porque com ele fica garantida a presença na boca de cena de quase tudo o que é comunicação social.

Chegam notícias de que neste referendo nem tudo foi vivido em sossego. Tudo por razão dos sobressaltos de alguns que tardaram em se convencer que com o voto Sim não viria a ameaça da cobrança de uns quantos impostos mais, nem o risco de fazer perigar os destinos de uma pátria unida e coesa. Esclarecida que ficou, que desta vez e neste referendo perigos de excomunhão só para os estivessem com o Não, pacificadas ficaram as consciências militantes.

O resultado foi o que se esperava. Com a humildade que lhe é reconhecida, Portas já havia avisado: ou estavam de acordo com ele ou ia-se embora. Assim, humildemente fica. É lá com ele e com os seus. Dizem entretanto as más-línguas que por detrás daquele ar triunfante com os resultados que Portas aparenta, se esconde uma mal disfarçada intranquilidade e uma inquieta má consciência. É que o líder do PP recordado que estará daquela copiosa argumentação com que inundou o debate político a propósito dos dois referendos nacionais para os desvirtuar e desvalorizar, não se consegue libertar da dúvida sobre se essa mesma argumentação não lhe será agora atirada pelos seus mais directos opositores.

Uma inquieta má consciência em razão da pergunta que colocou em referendo. Depois da indignada contestação com que então reagiu à

pergunta do referendo sobre a despenalização da IVG por alegadamente conduzir a uma resposta afirmativa o mínimo que deveria fazer era corar de vergonha pela pergunta que construiu. Aliás, é bom de ver que perguntar aos militantes do PP qualquer coisa parecida com a ideia de que se concordam com uma solução que os conduza ao poder e ao governo no pressuposto adicional de que com essa solução o Partido passará a ser mais do que aquilo que hoje é, está longe de indiciar a resposta...

O segundo sobre a eficácia do resultados obtido. Quase seguramente, que depois de tudo o que ouvimos a Portas sobre a teoria da dependência do valor vinculativo dos referendos face ao universo de potenciais eleitores, será enorme a inquietação que corrói Portas. É que por todos os elementos que foram entretanto tornados públicos, o PP conta seguramente com mais do que o dobro mais um dos militantes que se deram ao trabalho de acorrer às urnas o que poderá levar a que os seus opositores ainda possam vir a questionar a legitimidade desta sua importante vitória.

Para lá destes pequenos sobressaltos, a vida partidária dos populares segue o seu ritmo normal. As bases postas em posio até à chegada de um novo referendo interno, enquanto os chefes, do momento ou futuros, decidirão de acordo ou em sentido oposto ao resultado da consulta conforme as conveniências e as tácticas do momento.

■ Jorge Cordeiro

VERMES  
no Império

Os acontecimentos da última semana chocaram o Mundo pela total hipocrisia e falta de escrúpulos de que se revestiram. A rocambolesca farsa que está a dividir os capatazes do poder nos EUA e a criminosa agressão militar contra o Iraque que a acompanhou merecem, não a pomposa designação *Raposa do Deserto*, mas antes a mais adequada *Vermes no Império*. É ainda cedo para prever todas as consequências que o processo de destituição de Clinton e os bombardeamentos contra o Iraque (não contra um “deserto”) terão na situação política mundial. Mas alguns comentários se impõem, desde já.

A agressão anglo-americana contra o Iraque representa uma machadada nas Nações Unidas. É indiscutível que foi efectuada sem autorização do Conselho de Segurança. Pela simples razão de que o Conselho de Segurança negaria essa autorização. As reacções de vários dos seus membros, entre os quais China e Rússia – ambas com direito de veto – não deixam margem para dúvidas a esse respeito. Ao agir contra o Conselho de Segurança, os EUA e o Reino Unido cometeram um acto de agressão, à luz do direito internacional. Que nem chegou a ser uma guerra, evidente como foi a natureza totalmente unilateral das acções bélicas, e das vítimas que elas provocaram. A agressão é tanto mais criminosa quanto se dirige contra um povo que é vítima, desde há oito anos, dum genocídio, como ainda recentemente denunciou o ex-ministro da Justiça estado-unidense, Ramsey Clark. As sanções impostas pelas potências *crístãs e ocidentais* logo após a guerra do Golfo provocaram já *um milhão e meio de mortos*, sobretudo crianças e idosos. O povo iraquiano, vítima do regime de Bagdad, é vítima destas sanções assassinas, foi agora novamente vítima dos mísseis Cruzeiro anglo-americanos. A propaganda tranquilizadora sobre a *precisão cirúrgica* desses mísseis cai no ridículo com a notícia de que um deles caiu no... país errado, tendo ido parar à cidade *iraniana* de Khorramshahr. A verdade é que “guerras limpas”, sem vítimas, apenas existem nos *briefings* do Pentágono e dos seus lacaios.

Mas esta agressão criminosa é também esclarecedora sobre a verdadeira natureza dos “modernos”, “pragmáticos” e “vencedores” representantes do “novo centro”, da “terceira via”, da “esquerda que vence nos anos 90”. Todos muito “crístãos” e “humanistas”. Quem descobre a diferença entre Bush/Major e Clinton/Blair? E entre Cavaco Silva e Guterres, sempre prontos a disponibilizar a base das Lajes ao “amigo americano”, seja para que crime for? Para que servem treze governos europeus “nas mãos da social-democracia” se as suas posições incluem a participação directa, e o apoio mais ou menos envergonhado, a esta agressão, a este ataque contra a ONU e o direito internacional? Se dúvidas ainda houvesse, este crime é a confirmação de que quem defende “a economia de mercado” e o “mundo livre e ocidental”, acaba por ser cúmplice ou actor na componente militarista e belicista que sustenta, desde sempre, esse “mundo livre e ocidental”.

Foram lançados 400 mísseis Cruzeiro nos 4 dias de ataques ao Iraque (mais do que em toda a Guerra do Golfo). É inevitável pensar nos imensos recursos (públicos) que vão ser gastos a comprar (aos privados) os novos mísseis para reabastecer (ou ampliar) o armamento das Forças Armadas anglo-americanas. E de outros países. É também por isso que depois “não há dinheiro para a segurança social”. Mas lucros não vão faltar. Esta agressão é também a reafirmação de que quando, há oito anos, os EUA instalaram tropas no Médio Oriente, vieram para ficar. Ao velho estilo de Al Capone, são “amigos” que querem “proteger” a todo o custo... o seu controlo sobre as maiores reservas mundiais de petróleo.

O aspecto mais sórdido desta agressão foi a evidente “coincidência” dos bombardeamentos em Bagdad com a crise política nos EUA. Crise que está a revelar uma surpreendente e profunda clivagem de contornos pouco claros entre o “pessoal de serviço” na gestão do Império. Que não tem que ver com desacordos quanto à essência do sistema, como mostram os acontecimentos destes dias. Mas a visão da superpotência imperialista, em crise, a bombardear o berço das primeiras grandes civilizações humanas é tristemente simbólica.

■ Jorge Cadima

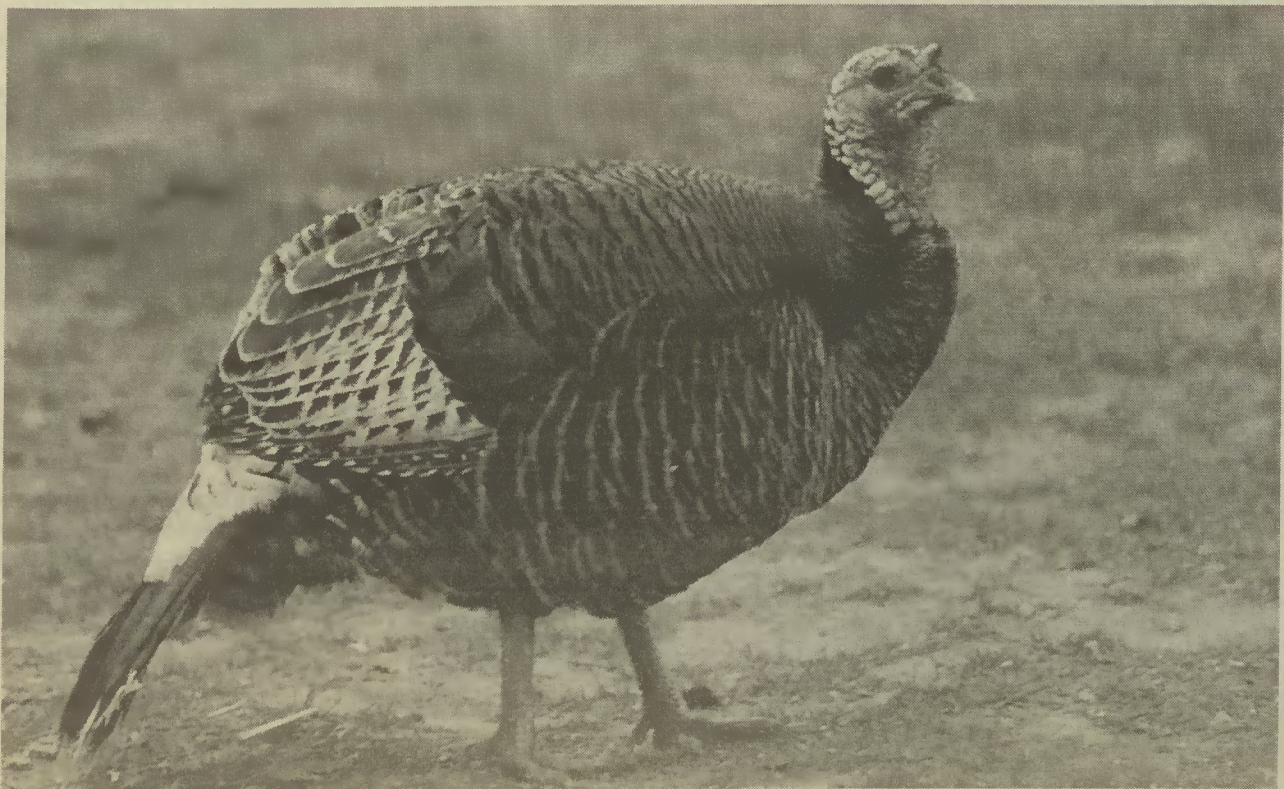


Foto: Jorge Caria



## Impostos arrecadaram mais 70 milhões de contos

Segundo afirma o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, António Carlos Santos, o Estado irá cobrar entre 64 e 84 milhões de contos em impostos «acima do orçamentado para 1998», tendo sido este facto que contribuiu para baixar o défice orçamental da previsão de 2,5% para 1998, para a actual estimativa de 2,3%, o que confirmará que a baixa do défice deste ano se deve às receitas. O governante anunciou, igualmente, que o Ministério das Finanças se prepara para aplicar a «tributação do vício» nos jogos, nomeadamente no Totoloto e no Totobola (onde os prémios continuarão isentos) e está em vias de produzir um despacho que

permite a alteração da periodicidade de revisão da taxa de imposto sobre os produtos petrolíferos (ISP), passando-a da actual fixação quinzenal para mensal. As Finanças prevêem, igualmente, a cobrança adicional de entre 12 e 15 milhões de contos com a tributação de mais-valias no sector financeiro. O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais admite, entretanto, que o calendário eleitoral «poderá limitar a acção da Secretaria de Estado», o que significa que o Executivo de António Guterres admite uma paralisação legislativa a partir do próximo mês de Março por razões eleitorais, «congelando» assim as cobranças agora anunciadas.

## Tribunal de Contas critica despacho de Sousa Franco

Uma resolução aprovada em plenário geral do Tribunal de Contas (TC) ataca, frontalmente, o despacho do mi-

nistro Sousa Franco publicado no *Diário da República* em 16 de Novembro, onde este considerava «subjectivo» e «for-

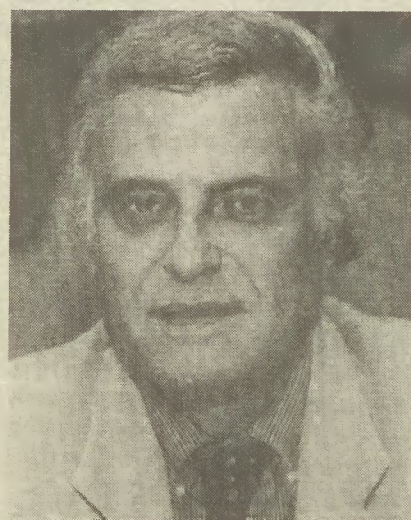
temente virado para o comentário» o relatório elaborado pelo TC sobre a Partest (a holding estatal que controla as participações financeiras do Estado), afirmando o ministro, por isso, que as conclusões dessa auditoria do Tribunal podem ou não ser seguidas. Na sua resolução vinda a lume esta semana, o TC considera que «o despacho do ministro das Finanças afronta os princípios que devem presidir às relações entre órgãos de soberania», põe em causa «o princípio constitucional de poderes», constitui uma resposta «ofensiva» e «ultrapassa todos os limites da ética e do bom senso». A resolução do Tribunal de Contas considera ainda mais estranho o texto do ministro, tendo em consideração que o próprio Sousa Franco presidiu ao TC durante nove anos, precisamente até ter integrado o actual

governo como ministro das Finanças.

A auditoria do TC à Partest, que o ministro Sousa Franco desqualificou no seu despacho, foi publicada em Junho passado e é relativa ao período entre 1994 e 1996. Nela se concluiu que a Partest funcionou como «centro de negócios», que permitiu «flexibilizar a aplicação das receitas das privatizações» e desviar essas verbas «das finalidades previstas na respectiva Lei-Quadro».

## Eleito novo Bastonário na Ordem dos Médicos

Realizam-se eleições na Ordem dos Médicos, com cinco listas a apresentarem-se a sufrágio, duas delas encabeçadas por mulheres, o que aconteceu pela primeira vez. A lista vencedora foi a encabeçada por Germano de Sousa, patologista clínico, de 55 anos e director de serviços dos hospitais dos Capuchos e de Fernando Fonseca, que obteve o seu principal apoio no Norte do País, onde a sua lista obteve a vitória, o que não conseguiu no Conselho Regional do Centro, onde foi vencedora a lista encabeçada por Maria do Céu Machado, nem no Sul, onde a vitória pendeu para a lista liderada por Pedro Nunes. O novo Bastonário da Ordem dos Médicos irá, assim, presidir a uma Ordem tripartida onde, segundo as suas palavras, procurará «renovar a classe e melhorar a sua imagem». Todavia, a Federação Nacional dos Médicos (FNAM) já acu-



sou o novo Bastonário de se imiscuir em questões de foro estritamente sindical, nomeadamente ao afirmar que iria tentar contribuir para a ultrapassagem da «greve self service» conduzida pelo Sindicato Independente dos Médicos (SIM). Mário Jorge, dirigente da FNAM, assinalou que «um candidato como Germano de Sousa, que usou como principal lema na sua campanha a necessidade de expurgar a Ordem de quaisquer influências ou ligações sindicais, não é admissível que,

uma vez eleito, a primeira medida que anuncie é imiscuir-se em questões estritamente sindicais, como é esta greve», com a qual, aliás, a FNAM discorda frontalmente, tendo Mário Jorge denunciado o facto de a greve self service «estar a pôr em causa aspectos básicos da prestação de cuidados de saúde, precisamente a doentes mais necessitados, e está a traduzir-se numa degradação nunca antes atingida da imagem do prestígio e da idoneidade da classe médica».



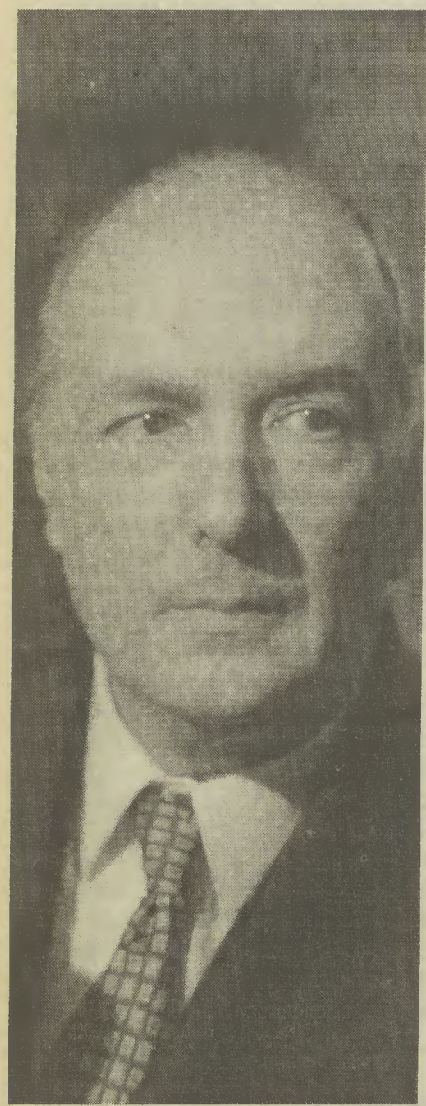
## Portugal tetracampeão no Europeu de Hóquei

A selecção portuguesa vence o Campeonato Europeu de Hóquei em Patins, este ano realizado no nosso país, no pavilhão de Paços de Fer-

reira. Após uma arrasadora prestação em todas as fases da prova, onde marcou mais de 90 golos e deixou para trás todas as selecções que defron-

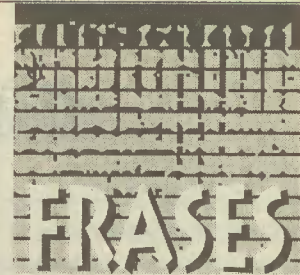
to (incluindo a de Espanha, com quem disputou a final), a equipa portuguesa venceu a forte selecção do país vizinho com remates da marca

de grande penalidade, após um emotivo encontro que terminou empatado a um golo. Com esta vitória, a selecção portuguesa sagrou-se tetracampeã da Europa de hóquei em patins, dado que foi a quarta vez consecutiva que arrebatou o título. Em termos absolutos, esta foi a 20.ª vez que Portugal conquistou o mais alto galardão europeu da modalidade, feito de que apenas se aproxima modestamente a Espanha, com nove vitórias. A Itália, campeã do mundo o ano passado, ficou em terceiro lugar neste Campeonato Europeu, tendo sido afastada da final pela selecção espanhola.



## «Tolerância Zero» na 125 do Algarve

Iniciou-se esta semana a operação «Tolerância Zero» na Estrada Nacional 125 (EN-125), no Algarve. É a segunda operação deste género a ser lançada com o objectivo de diminuir drasticamente a altíssima sinistralidade rodoviária no nosso país. A primeira operação «Tolerância Zero» (onde, a par de uma vigilância policial intensa e constante, as autoridades são inflexíveis com os prevaricadores do Código da Estrada) foi aplicada e continua em curso no Itinerário Principal 5, a tristemente célebre IP-5, que liga Aveiro a Vilar Formoso. Aí, desde o começo da operação «Tolerância Zero» em Setembro passado, a sinistralidade desceu notoriamente, tal como o número de vítimas mortais. Chegou agora a vez da EN-125, onde, só este ano, já se registaram 38 mortos. Trata-se de uma das mais perigosas estradas do país, para o que concorre um tráfego intenso, traçado obsoleto, inúmeros cruzamentos com a estrada, falta de percursos alternativos dado que não se concluiu a Via do Infante e, é claro, a tradicional indisciplina de muitos condutores portugueses.



“[O ataque ao Iraque] é a expressão da arrogância e dos obscenos problemas que ocupam Bill Clinton e o Congresso americano. É uma vergonha e uma afronta. Este mundo está perigoso!”

(João Amaral, *Diário de Notícias*, 18.12.98)

“O mundo já não está apenas sujeito às vicissitudes dos interesses económicos americanos, passou a estar também vulnerável face às vicissitudes da sua política interna”

(Ruben de Carvalho, *idem*)

“O Governo de Guterres, num assomo de dignidade, declarou ontem que, afinal, não apoia ou condena a acção militar contra o Iraque. Sabe, apenas, que algo se passa no Golfo. Horas depois [o ministro da Defesa] Simão voltou à carga e revelou que os EUA e o Reino Unido tinham pedido a utilização da Base das Lajes para a operação militar contra Saddam. Magoado e triste com os amigos Bill e Tony, Guterres deu a outra face e disse “sim”. De pé ou de joelhos, não há como um bom cristão”

(António Ribeiro Ferreira, *idem*)

“É dentro do Congresso em Washington que se joga o destino de Saddam Hussein, e por motivos da política interna dos EUA. Quanto à nova ordem internacional, filha da globalização, baseada na ONU, viu-se em que ficou perante os interesses da Casa Branca. A coitada dança a música que a banda toca em Washington”

(Victor Cunha Rego, *idem*)

“Bill, e o seu impagável amigo e sócio Tony, inventou um novo conceito de guerra: o “fast food war””

(Luís Delgado, *idem*)

“A raposa americana saiu da toca. O bode iraquiano continua a expiar as suas culpas. O mundo senta-se no sofá e vê a morte em directo. Como nos maus filmes de sessão contínua, tanto faz entrar no princípio como no fim”

(Nuno Rogeiro, *O Independente*, 18.12.98)

“Eu considero o acto dos americanos de pirataria pura. Estou em desacordo que as autoridades portuguesas autorizem qualquer apoio logístico ou outro para um acto de pirataria”

(Fadista João Braga, *Diário de Notícias*, 19.12.98)

“Com ou sem Clinton, os EUA vão continuar a policiar três espécies de Estados: os da bandeira salpicada de estrelas, os *compagnons de route* e os outros. A nós, «americanos» de segunda, pretendem matar-nos com comida de plástico. Aos outros, que não podem ou não querem portar-se bem, deixam-nos morrer à fome ou matam-nos com misseis. Eis, brutal, a realidade”

(João Carreira Bom, *Diário de Notícias*, 20.12.98)

“O debate entre os dois líderes parlamentares do PS e do PSD faz-me lembrar Clinton que, para impedir a sua substituição, atacou o povo do Iraque”

(Octávio Teixeira, *idem*)

“O Orçamento de Estado para 1999 não foi aprovado pela maioria de esquerda: foi aprovado devido à serventia do PSD ao Partido Socialista”

(*idem*, *ibidem*)



## Carlos Carvalhas visita centro de acolhimento da Graça

Carlos Carvalhas, Secretário-geral do PCP, visitou, na quinta-feira passada, o Centro de Abrigo da Graça, obra que resulta de um protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Lisboa e a AMI. O objectivo da visita foi prestar a solidariedade dos comunistas a este empreendimento de apoio a homens que, tendo conseguido vencer uma situação crónica de marginalidade e desemprego, precisam de um mínimo de condições para se reinserir na sociedade.

À entrada, o Secretário-geral do PCP explicou o objectivo da sua visita: «chamar a atenção, particularmente nesta quadra natalícia, para o dramático problema dos sem-abrigo». E para manifestar a solidariedade dos comunistas aos responsáveis desta obra exemplar - única na cidade de Lisboa -, inteiramente financiada pela Câmara de Lisboa e gerida pela AMI.

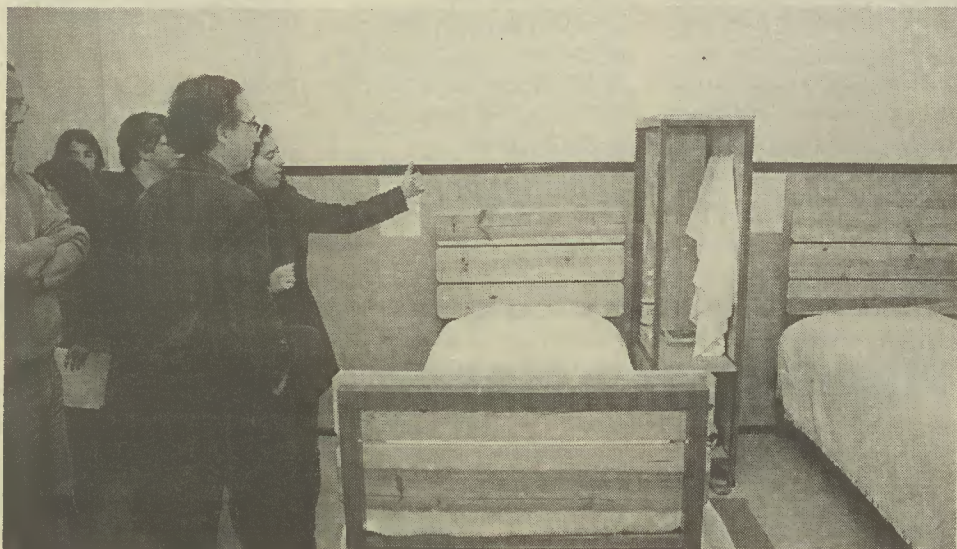
A acompanhar Carlos Carvalhas encontravam-se o presidente da Junta de

da obra mas a obra termina, a barraquinha é demolida e... eles têm de voltar.»

É que, «se em condições normais, a integração num trabalho é difícil, imagine-se como será não tendo onde comer e dormir».



## Um exemplo a seguir



Freguesia de S. Vicente, o presidente da Assembleia e uma vogal da Freguesia da Graça, dirigentes locais do PCP, dirigentes da «Voz do Operário» e alguns eleitos comunistas das freguesias da Graça, de S. Vicente e de Santa Engrácia.

A receber a delegação estavam Ana Martins - coordenadora do departamento de Acção Social da AMI - e Pedro Sousa, assistente social e coordenador do Abrigo.

«Trata-se de uma iniciativa louvável da Câmara, no sentido de dar resposta a um grave problema humano que se vive nas grandes cidades. Ainda que seja, sem dúvida, uma resposta limitada», disse Carlos Carvalhas durante a visita que efectuou às instalações do centro, depois de ouvir relatar o «quotidiano» dos seus residentes.

O edifício, de bela traça, é sóbrio. À frente, a enquadrá-lo, pode ver-se um jardim, recuperado pelos próprios residentes, que dele cuidam.

No interior, existe uma sala de refeições (simultaneamente biblioteca e convívio), quatro quartos (todos a dar para o jardim), cozinha e sanitários. O mobiliário é simples mas sólido, todo ele feito pelo «Companheiro» - instituição que dá apoio a presidiários e ex-presidiários.

A lotação do abrigo, neste momento praticamente cheio, é de 26 pessoas. A verdade é que não aceitam qualquer um. «Todos os que aqui estão têm emprego. E estão-no transitoriamente. Vêm encaminhados por outras instituições, de onde trazem já acompanhamento de assistentes sociais e psicólogos», informou Ana Martins.

«Estão cá geralmente duas ou três semanas. Mas há casos mais complicados. Por vezes, trabalham dois meses mas depois perdem o emprego, outras vezes, como o trabalho que arranjam é na construção civil, ficam a dormir na barraquinha perto

Pedro Sousa falou do acompanhamento que é dado a estes «sem-abrigo», para evitar a sua eventual «acomodação» à situação. «O objectivo do Centro», afirmou, «é ajudá-los, numa situação de transitoriedade, a integrar-se no trabalho e na vida.»

Já no fim da visita, Ana Martins lamentou: «É uma pena não existir ainda uma "terceira fase". Aquela em que os utentes do Centro terão lá fora, na vida que os espera, apartamentos para os receber, onde, em conjuntos de dois ou três, possam recomeçar.»

Carlos Carvalhas concordou. «Não deixa, porém, de ser uma obra muito positiva, cujo exemplo deveria ser seguido», concluiu, valorizando a contribuição fundamental da Câmara de Lisboa.

«Sem dúvida!», despediu-se Ana Martins.

■ MF

## Filhos de um deus menor

Entram às 18 horas, jantam, deitam-se e, às 9 da manhã, depois do pequeno-almoço, fazem-se à vida. Recomeça um novo dia para os «sem-abrigo» do Centro de Acolhimento da Graça.

Um novo dia significa a adaptação a um emprego, aquilo a que só chamar-se «reinserção social». Encaminhados por outros centros de abrigo ou assistentes sociais, estes filhos de um deus menor, causticados por noites ao relento e dias de fome, procuram ali, em condições diferentes, a esperança de uma nova vida.

São só homens e as suas idades andam entre os 25 e os 40 anos. Estão de passagem. Essa uma das condições para entrar, outra é não consumir drogas. Condição considerada indispensável, uma vez que algumas das pessoas que lá se encontram são antigos toxicodependentes, ex-alcoólicos ou doentes mentais, procurando a sua reinserção na sociedade. Esta é, aliás,

uma outra vertente não pouco importante deste Centro. O protocolo estabelecido entre a Câmara e a AMI dá-lhes abrigo por noventa dias. Em alguns casos o prazo é curto, o emprego não resultou, e o residente volta à estaca zero. Muitos, porém, têm «sucesso», ainda que Ana Martins, coordenadora do Departamento de Acção Social da AMI, diga não saber muito bem o que, nos dias de hoje, significa «sucesso». Alguns mantêm o contacto com este ponto de passagem que, para eles, foi ponto de partida.

Existe também um centro, em Xabregas, que acolhe todos os que se lhe dirigem, seja em que condições for. Não é, porém, a função do «Abrigo» da Graça, apenas vocacionado para a sua reinserção.

Quando chegam, a maioria não sabe fazer uma cama, podendo a colcha ficar por baixo dos lençóis ou lençóis e colcha empilhados aos pés da cama. Mas são ensinados, «por uma questão pedagógica». Por isso, os quartos podem ver-se: arrumados e limpos.

Nos tempos livres jogam às cartas, vêem televisão, lêem.

«Agradecemos que nos mandem livros. Eles gostam de ler, particularmente sobre alcoolismo...», dizem-nos.

Aos sábados e domingos podem ter um programa diferente. Ir, por exemplo, ao teatro ou ao cinema, pois há entidades que se preocupam com eles: oferecem bilhetes.

A Câmara empresta o autocarro. «Damos-lhes espaço. Autogeram o tempo. Não gostam de imposições. São pessoas com ideias muito concretas sobre a vida e o que querem dela. A verdade é que somos nós que temos de nos ir adaptando a eles.»

São assim, os deserdados da Graça.





## CHAMUSCA PS ignora protocolo

Em nota divulgada à comunicação social, a Comissão Concelhia da Chamusca do PCP repudia a atitude do PS de «partidarizar as iniciativas institucionais onde participam membros do Governo», como aconteceu na recente inauguração das instalações do Vale da Lama, com a presença do Primeiro-Ministro.

Ao mesmo tempo, o PCP denuncia a discriminação feita na cerimónia aos eleitos autárquicos do concelho da Chamusca, em «violação clara» do protocolo exigido pelas circunstâncias e apenas para dar «visibilidade e protagonismo aos eleitos do PS em Alpiarça».

Por fim, a Concelhia do PCP «condena e lamenta profundamente» que o PS, o PSD e o PP tenham inviabilizado as propostas apresentadas pelo PCP para alteração ao PIDDAC/99.

## SINTRA Câmara oferece Natal à chuva

Também a Comissão Concelhia de Sintra repudia a «postura da Câmara Municipal de Sintra» que, «em vésperas de Natal», deixou «à chuva e ao frio - como se não bastasse já viverem numa "barraca" -, famílias inteiras do Bairro da Chutaria, incluindo muitas crianças, «empurrando-as» para a Segurança Social «como se nada tivesse a ver com o assunto».

Afirmando-se solidário com as famílias atingidas, o PCP informa que, face ao problema, os vereadores da CDU propuseram que fosse criada uma Comissão de Inquérito para «apuramento da insólita situação e intervenção policial», quando da demolição das barracas onde viviam.

## SETÚBAL O adeus às escórias

Na hora da partida do último carregamento de escórias da Metalimex, há mais de onze anos depositadas no Vale da Rosa, freguesia do Sado, a ministra do Ambiente estava lá para assistir.

«Acautelando», pois, eventuais discursos que projectem como solução a «instalação de co-incineração no Parque Natural da Arrábida para extinção de resíduos industriais perigosos», a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP esclarece que foi «a luta das populações, dos autarcas e, entre estes, os comunistas e eleitos da CDU, que obrigou o governo a resolver» o problema.

Impõe-se, agora, o estudo e saneamento dos resíduos que se possam ter infiltrado no solo e no leito do Sado, diz o PCP, reafirmando a sua oposição à instalação da co-incineração no Parque Natural da Arrábida (Secil).

## MONTEMOR-O-NOVO Barragem em 2001?

A Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo do PCP está surpreendida com o PIDDAC/99, onde o Governo apenas inscreveu uma verba de 100 mil contos para 1999 e de 58.643 para o ano 2000. É que, em Julho, o então secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural havia prometido para 1999 o início da construção da Barragem dos Minutos, determinante para a criação de postos de trabalho, desenvolvimento agro-pecuário e abastecimento público de água ao concelho.

Daí a surpresa. O facto de «uma barragem orçada em mais de cinco milhões de contos, poder ser construída em três anos», com a atribuição de apenas 158 mil contos, nos dois primeiros anos. Afinal, Montemor «vai ou não ter em 2001 a Barragem dos Minutos»? perguntam os comunistas.

## MARINHAS PS e PSD não cumprem

«Fazendo eco dos anseios da população», o Grupo Parlamentar do PCP, quando da discussão do Orçamento Geral do Estado, apresentou uma proposta para a recuperação dos moinhos e azenhas de Abelheira.

Tratando-se de uma proposta em relação à qual o PS sempre se manifestou favorável, era de esperar que cumprisse agora as suas promessas. Porém, não as cumpriu e votou contra a proposta do PCP. A Comissão de Freguesia das Marinhas do PCP, a quem cabe a denúncia, lembra que o mesmo aconteceu ao presidente da Câmara, eleito do PSD, que aceitara o cargo de deputado para «reivindicar mais apoios, mais projectos, mais investimentos para o concelho». Ou seja, o PCP, que não tem eleitos na Marinha, foi o único partido que na Assembleia da República apresentou propostas válidas para a freguesia!

## BRASIL PCP contacta comunidade

Carlos Luís Figueira, da Comissão Política do PCP, deslocou-se ao Brasil onde contactou várias instituições da comunidade portuguesa, designadamente o Ginásio Português, no Rio de Janeiro, e o Centro Cultural 25 de Abril, em São Paulo, tendo, ainda nesta cidade, participado nas comemorações dos 50 anos da Câmara Comercial Luso-Brasileira.

O dirigente comunista teve ainda encontros com os cônsules de Portugal, entrevistas com órgãos de informação e reuniões com as organizações do Partido.

Por último, avistou-se com membros do CCP, que lhe relataram o seu desagrado pelo atraso das verbas para desenvolverem a sua actividade, assim como por não serem consultados pelo Governo em matérias de interesse das comunidades.

# Debate no Porto Justiça eficaz um atributo da democracia

Realizou-se no passado dia 11 de Dezembro, promovido pela Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, um encontro dedicado aos problemas da Justiça, integrado na iniciativa «Portugal 2000 - Debates para uma política de esquerda». Participaram o Juiz Conselheiro José Gonçalves da Costa, o Procurador Geral da República Adjunto Eduardo Maia Costa, o advogado Mário Brochado Coelho, além de Luís Sá, membro da Comissão Política, e António Macedo Varela, do Conselho Regional do Porto.

Jorge Sarabando, em nome da DORP, justificou a pertinência do debate e, lembrando que a garantia do acesso dos cidadãos ao direito e a decisões céleres e eficazes, assim como a efectiva independência dos tribunais, são pilares da democracia, afirmou que os poderosos tentam intimidar as magistraturas, aproveitando as claras insuficiências existentes, pelo que a esquerda não pode calar a sua voz.

Intervio a seguir o juiz José Gonçalves da Costa que reconheceu a existência de uma inter-relação entre justiça e democracia. Sublinhando que os juizes apenas estão vinculados à lei e não a quaisquer interesses, Gonçalves da Costa afirmou que, apesar de se terem registado progressos, a administração da justiça continua morosa dada a multiplicação do número de processos. Impõe-se, por isso, um conjunto de medidas que permitam, designadamente, a simplificação processual, a libertação do juiz de tarefas burocráticas, um apoio pericial capaz, sobretudo na criminalidade económica, a criação da figura do mediador no pequeno crime.

Reconhecendo que a justiça «continua a não ser igual para todos», admitiu como positiva a proposta, recentemente apresentada pelo PCP, de criação do Defensor Público. Considerou ainda como irreversível o fenómeno da mediatização e defendeu a institucionalização de um serviço de informação pública e da figura do Porta-Voz.

Eduardo Maia Costa começou por referir que o actual discurso alarmista é, em si, deslegitimador da justiça e tem um fundo saudosista.

A crise da justiça, devida ao aumento incessante de processos, repercute essencialmente a crise social. Recordou que os processos de sobreendividamento, sobretudo com os cheques sem provisão, assim como os processos resultantes do tráfico de droga, são em tal número que verdadeiramente «colonizam» o sistema.

Como factores de morosidade lembrou, ainda, as peias burocráticas, a má produção legislativa e o facto de ser ainda pouco restringido o expediente meramente dilatatório do recurso.

Recordando que ninguém está acima da lei e os tribunais só têm que aplicar o direito, afirmou haver ainda deficiências na direcção funcional do Ministério Público, na formação, e que se impõe o patrocínio oficioso,

cuja falta é mais patente nos Tribunais Superiores.

Apontou várias melhorias recentes, nomeadamente as que podem resultar da entrada em vigor das alterações ao Código do Processo Penal e manifestou o acordo genérico às 14 medidas propostas pelo PCP, embora alertasse para o facto de a figura do defensor público poder originar «advogados de segunda».

Mário Brochado Coelho, por sua vez, defendeu que não há sistema democrático sem justiça e sem cultura democrática e que não se pode resolver os proble-

mas da justiça sem resolver os problemas da sociedade.

Afirmou que o poder judicial é um serviço público e defendeu que os tribunais deveriam ser dotados de peritos assessores e de uma assistência pluridisciplinar, devendo tais funcionários ser considerados também como operadores judiciais.

E, alertando para o facto de haver sectores a quem convém tribunais morosos para que os cidadãos desistam de litigar, sublinhou que o Direito é uma grande conquista civilizacional e que é essencial o princípio da norma abstracta.

Noutro registo, condenou a actual onda de corporativismo e considerou indispensável «sentar todos os intervenientes no foro à mesma mesa».

«A crise da justiça agora está ao léu», disse, considerando que as deficiências existentes exigem a criação de associações de utentes da justiça.

Luís Sá, que lembrou que a crise da justiça está apenas mais

exposta perante a opinião pública, alertou para o perigo do poder económico pretender flutuar acima da justiça, referiu «os poderes invisíveis» sobre os quais escreveu Bobbio e apresentou as propostas do PCP sobre a justiça, contidas na Declaração oportunamente publicada pelo «Avante!».

O advogado António Macedo Varela, que interveio como moderador, analisou, por sua vez, diversos factores que estão na origem das deficiências do sistema judiciário, tendo alertado para os perigos que resultarão da privatização dos serviços do notariado.

O debate, em que intervieram vários magistrados e advogados, contribuindo para melhor conhecer os graves problemas existentes, sobretudo os atinentes à morosidade processual, confirmou muitas das afirmações feitas, bem como a justeza de algumas propostas e indicações apresentadas.

Um debate «importante e oportuno», como foi salientado, que valeu a pena pela riqueza e diversidade das intervenções.

## Têxtil, Vestuário e Calçado «Dignificar a classe»

A Comissão Têxtil, Vestuário e Calçado de Santo Tirso do PCP realizou recentemente, em S. Martinho do Campo, um encontro-convívio que juntou meia centena de camaradas e amigos do Partido.

Entre outras conclusões, o Encontro considerou justo o lançamento de um movimento de sensibilização e luta para a dignificação da classe.

Na verdade, particularmente desde há três anos, algumas das grandes empresas do sector vêm apresentando bons lucros. Por outro lado, os trabalhadores, em muitos casos, trabalham sába-

dos, domingos e feriados e, em algumas situações, as horas extra são pagas abaixo do valor legal. Não há nada que justifique que os trabalhadores do sector continuem a ser dos mais mal pagos deste país, considerou o Encontro, lembrando que a maioria dos trabalhadores ganha apenas mais cinco contos do que o salário mínimo.

Por isso, «dignificar a classe» é um imperativo de todos. «Produzimos a ritmos acelerados, produzimos com qualidade, queremos e temos direito a uma vida melhor e mais digna. Isso passa, essencialmente, por

umentos significativos dos salários e remunerações.»

Reafirmando a necessidade de os trabalhadores reforçarem o PCP para verem os seus direitos defendidos, o Encontro decidiu, ainda, apoiar todas as medidas que venham a ser implementadas no sentido do reforço da capacidade das estruturas representativas dos trabalhadores, designadamente do seu sindicato.

A culminar o Encontro, realizou-se um convívio, que decorreu de forma alegre e confiante, com música e dança, onde não faltaram as saborosas castanhas assadas e um bom vinho.

### CAMARADAS FALECIDOS

#### Amadeu Rodrigues

Faleceu, recentemente, com 83 anos de idade, o camarada Amadeu Rodrigues. Antifascista de longa data, foi desde sempre um destacado militante do Partido. Foi membro de várias estruturas na freguesia de Alcântara, entre elas a CURPIA, da qual foi dirigente. Foi igualmente dirigente nacional do MURPI. Estava organizado na freguesia de Alcântara, onde desempenhava várias tarefas.

#### Francisco Domingos de Oliveira

Também recentemente, faleceu o camarada Francisco Domingos de Oliveira (Chico da Alice), de 75 anos de idade. Era membro da Associação de Reformados de S. Julião do Tojal, Loures.

#### Maria Albertina Martins Nunes

Com 58 anos de idade, faleceu, no passado dia 11 de Dezembro, a camarada Maria Albertina Martins Nunes. Era membro do Partido desde 1993 e estava organizada na Comissão de Freguesia de Almada.

#### Rosa Florismunda Ferreira

Faleceu recentemente, em Aveiro, a camarada Rosa Florismunda Ferreira. Fez parte da Comissão Concelhia de Aveiro do PCP, sendo uma militante muito dedicada e activa na divulgação da imprensa do Partido e no apoio à Festa do «Avante!». Pertencia ao MURPI e ao MDM. Firme nas suas convicções, era muito estimada por todos com quem convivía.

#### Vítor Ribeiro da Silva

Faleceu, no dia 7 de Dezembro, após doença prolongada, o camarada Vítor Ribeiro da Silva. Fez parte da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos, de várias Comissões de Trabalhadores da extinta Sociedade de Reparações de Navios e da Direcção do Clube Recreativo Charnequense. Estava organizado na Comissão de Freguesia da Charneca de Caparica.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



## Assembleias de Organização

# Novo impulso no Partido

**Prosegue, um pouco por todo o Partido, a realização de Assembleias de Organização para balanço do trabalho desenvolvido, definição de orientações para a actividade futura e eleição das respectivas direcções.**

Com a presença de Álvaro Cunhal e de José Antunes, membro da Direcção da Organização Regional de Braga e do Comité Central, realizou-se no passado sábado, no Salão da Junta de Freguesia de Selho S. Jorge, Pevidém, a 7.ª Assembleia de Organização Concelhia de Guimarães.

No plano político, os cerca de cem participantes da Assembleia decidiram como objectivos imediatos, face às batalhas eleitorais que se aproximam, reforçar os votos da CDU e aumentar o número de deputados do PCP no Parlamento Europeu, fazer chegar a mensagem do Partido às diversas camadas da população e eleger deputados do distrito para a Assembleia da República.

Em relação às autarquias locais, a Assembleia considerou que os comunistas e demais eleitos da CDU devem promover acções e apresentar propostas que, indo ao encontro das aspirações da população, funcionem como porta-vozes do povo do Vale do Ave.

Os comunistas de Guimarães apontaram ainda uma série de medidas para o reforço da organização do Partido na região e elegeram uma nova Comissão Concelhia constituída por 22 elementos.

Na sua intervenção de encerramento dos trabalhos, Álvaro Cunhal alertou para «os problemas gravíssimos» que o País vive nas várias vertentes da democracia política, económica, social e cultural, que afectam, particularmente, a classe operária e os trabalhadores, e a que só o PCP está em condições de dar resposta.

Alertando, depois, para «os novos perigos e as novas formas de exploração que a nova legislação laboral pretende impor», Álvaro Cunhal considerou que «o PCP é talvez o único partido que é necessário, indispensável e insubstituível».

### Seia

Em Seia, no passado dia 13 de Dezembro, a Organização Conce-

lhia de Seia reuniu, no Centro de Trabalho, a sua 5.ª Assembleia para, com a presença de José Casanova, membro da Comissão Política, fazer um balanço da sua actividade ao longo dos últimos quatro anos e eleger uma nova Comissão Concelhia.

Depois de uma análise à situação económica e social - que se traduziu, nomeadamente, pelo desmembramento de algumas empresas -, a Assembleia considerou que só o reforço organizativo do Partido pode aprofundar a sua ligação às massas e melhorar a sua intervenção.

Nesse sentido, definiu como principais objectivos imediatos a dinamização de acções necessárias ao acompanhamento dos trabalhadores e ao contacto com as suas estruturas representativas, a melhoria do contacto e acompanhamento dos eleitos autárquicos, a utilização do Centro de Trabalho como espaço privilegiado de trabalho, convívio e acções de natureza cultural.

Os comunistas de Seia decidiram ainda dar atenção especial ao trabalho com a juventude e procurar uma maior divulgação da imprensa do Partido.

### Holanda

Também em Amesterdão, no dia 13 de Dezembro, reuniu a Assembleia de Organização do PCP na Holanda, que analisou questões organizativas e as várias problemáticas que afectam os emigrantes, decidindo uma série de acções a desenvolver no futuro próximo com vista à melhoria da intervenção do Partido, nomeadamente junto dos jovens e das mulheres.

A comemoração, em Março, do aniversário do Partido, as eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República foram outras questões analisadas pela Assembleia que discutiu ainda as conclusões do encontro de quadros da emigração na Europa, realizado em Novembro, o problema da emissão de documentos de residên-

cia, em relação ao qual não houve quaisquer alterações de fundo - apesar das questões que o eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro tem apresentado à Comissão - e as dificuldades de funcionamento do movimento associativo português.

Por fim, a Assembleia congratulou-se com a aprovação do reforço de verbas para o Conselho das Comunidades proposto pelo PCP e aprovou por unanimidade um voto de louvor ao camarada Luís Sequeira, pelo trabalho desenvolvido ao longo dos anos, «revelador dos seus dotes humanos».

### Guarda

Um importante momento de reflexão sobre o trabalho realizado e as perspectivas do trabalho futuro foi a 3.ª Assembleia de Organização Concelhia da Guarda, realizada em 13 de Dezembro, com a participação de Francisco Lopes, membro da Comissão Política.

Da análise efectuada constatou-se que a cidade cresce ao sabor dos interesses dos grandes especuladores e não da cidade, que tem crescido devido ao abandono do meio rural «sem incentivos do Estado e progressivamente destruído por uma PAC desajustada». Por outro lado, a região está a ficar cada vez mais desertificada, o que tem dificultado o trabalho de organização.

O balanço do trabalho é, porém, positivo, designadamente nas autarquias, onde se mantiveram os dois eleitos da Assembleia Municipal, se passou de um eleito na Vila

Gonçalo para cinco nas Assembleias de Freguesia do concelho, se recuperou o eleito em Famalicão da Serra e, pela primeira vez, se conseguiu um eleito em Casal de Cinza e dois em Benespêra.

A Assembleia concluiu que existem condições para avançar e reforçar o Partido, nomeadamente criando organismos onde houver dificuldades, e elegeu uma nova Comissão de Freguesia composta por 23 camaradas.

### Bancários

Por sua vez, os Bancários do Porto realizaram a sua 3.ª Assembleia de Organização, num quadro dos processos de concentração dos bancos e de desregulamentação do trabalho resultantes das privatizações e da liberalização do capital.

Sob o lema «Rejuvenescer e Organizar para Reforçar o Partido e Defender os Bancários», os bancários comunistas analisaram os problemas com que se debatem os trabalhadores do sector, tais como a eliminação de postos de trabalho, as pressões para as reformas antecipadas, os incumprimentos de horários, o trabalho precário e clandestino e a ofensiva patronal contra a contratação colectiva, concluindo pela necessidade de se reforçar a organização e a intervenção dos trabalhadores e dos comunistas.

E, assumindo as suas responsabilidades políticas e sindicais, a Assembleia aprovou uma resolu-

ção em que o papel da sua organização partidária, rejuvenescida e reforçada, é considerada fundamental para a defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores bancários.

### Paranhos

No dia 12 de Dezembro, foi a 3ª Assembleia de Organização da Freguesia de Paranhos que reuniu, na Casa de Cultura de Paranhos, com o objectivo de adequar a organização do Partido à realidade e à problemática local e eleger a nova Comissão de Freguesia, agora composta por 14 camaradas.

Na Assembleia, cerca de meia centena de militantes debateram aprofundadamente os problemas de organização e da freguesia e aprovaram por unanimidade as principais linhas de intervenção.

Destas, destacam-se as que dizem respeito ao reforço do trabalho na frente autárquica, conjugado com um maior contacto com as forças vivas da freguesia; uma informação mais regular e eficaz junto da população; uma maior atenção ao Pólo Universitário e às questões da juventude e das mulheres; a dinamização da intervenção das populações e moradores em torno dos seus problemas concretos; a organização dos reformados comunistas com vista à dinamização de uma estrutura unitária; o reforço do recrutamento; uma acção política prioritária às questões ambientais, dos Bairros Camarários e da Educação.

### Ramada

Também a Organização da Ramada, no dia 11 de Dezembro reuniu pela primeira vez a sua Assembleia, tendo, num ambiente de optimismo e confiança, eleito o seu Organismo de Direcção, integrando nove elementos.

Nesta 1.ª Assembleia foi analisado o importante trabalho desenvolvido pelos eleitos comunistas na freguesia e valorizada a dinâmica da população e das suas estruturas associativas, sendo a luta e a iniciativa política em torno de importantes reivindicações de «manifesta necessidade» para a freguesia - Centro de Saúde, Esquadra da Polícia, Pavilhão Gimnodesportivo, Nô da Ramada e Saída da Radial -, consideradas como prioridades.

### EDP

Por sua vez, a Célula da EDP, reunida em Assembleia, no dia 13 de Dezembro, destacou, nas suas conclusões, o apoio dos camaradas à redução das tarifas da energia eléctrica de 15%, proposta pelo Partido.

A Assembleia, que elegeu um novo Secretariado, aprovou a continuação da luta contra a alienação de mais 15 por cento do capital social da empresa e o reforço do trabalho de célula e valorizou o contacto entretanto restabelecido com membros do Partido que se encontravam desligados.



### Barreiro

## Escola Pública em debate

Com mais de trinta presenças e a participação da deputada comunista Luísa Mesquita e de Helena Gonçalves, do Secretariado da FENPROF, teve lugar, recentemente, no Convento da Verdereira, Barreiro, o debate «Conceito de Escola - o novo modelo de autonomia, administração e gestão escolares», o primeiro de um ciclo que a Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP vai levar a efeito nos próximos meses, sob o lema «Por uma Escola Pública de Qualidade».

Em relação à aplicação do Decreto-Lei 115-A/98, que institui o novo modelo de gestão - contra o qual o PCP se manifestou -, o debate denunciou a pretensa responsabilização dos agentes educativos e da comunidade exterior, uma vez

que o conceito de autonomia subjacente era, desde logo, «posto em causa pelo objectivo estratégico do Ministério da Educação e do Governo da empresarialização da função educativa». Ou seja, pela «teia» de um «Contrato de Autonomia», a sobrevivência das escolas estaria dependente da sua maior ou menor capacidade para encontrar os meios financeiros necessários ao seu funcionamento.

No plano interno, o modelo desvaloriza a função do Conselho Pedagógico e subverte o importante património colegial pelo qual a «Escola do 25 de Abril» se tem, no fundamental, orientado.

Por outro lado, face à constituição de Assembleias de Escola na base do corpo docente, discente e de apoio e autarquias, o PCP con-

sidera que na elaboração dos seus Regulamentos não se deve perder a oportunidade de minimizar os aspectos mais gravosos do modelo, com particular destaque para a figura da «Comissão Executiva» que, com a possibilidade de designação, em pé de igualdade, da figura do «Director», abriria uma porta ao exercício unipessoal das responsabilidades de gestão.

A deputada Luísa Mesquita informou, ainda, ter apresentado, em 2 de Outubro passado, um conjunto de propostas de alteração, designadamente para a eliminação dos artigos referentes aos «Contratos» - a favor da «obrigação do Estado garantir à escola os meios financeiros e orçamentais que suportem a Autonomia, de modo a dar cumprimento ao con-

sagrado nos artigos 73.º e 74.º da Constituição da República» -, e da opção pelo Director.

Entretanto, o balanço feito a um vasto conjunto de Regulamentos Internos em discussão nas escolas do distrito mostra que a iniciativa parlamentar do PCP é plenamente corroborada por praticamente todos, onde, à partida, é excluída a figura do Director - tal como a FENPROF e os seus sindicatos recomendavam.

A reunião condenou o encerramento abrupto do ensino nocturno em várias escolas do distrito, considerando que as iniciativas em curso irão contribuir para uma maior mobilização dos agentes educativos e da opinião pública na defesa da Escola Pública de Qualidade.



## PCP recebe ID

Na quinta-feira passada, uma delegação do PCP, integrando o Secretário-geral, Carlos Carvalhas, e Rosa Rabiais, do Secretariado do CC, recebeu no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes uma delegação da ID composta por Blasco Hugo Fernandes, Herbert Goulart e João Geraldés.



## TRABALHADORES

## Jerónimo, da Metalimarco Tem razão e não desiste

Jerónimo, de 31 anos de idade, exerce a profissão de motorista numa empresa metalúrgica, a Metalimarco, no Marco de Canavezes.

Jerónimo transporta cargas bastante pesadas, nomeadamente máquinas de grande porte, por essas estradas de Norte a Sul do País. Jerónimo tem consciência de que o transporte que conduz tem uma velocidade limitada, assim como o peso da carga que transporta não pode ser exercido, de forma a não violar o Código da Estrada.

Jerónimo teve um acidente de viação por deficiência dos travões do seu transporte. A deficiência dos travões tinha sido já declarada na empresa, mas esta não entendeu a sua reparação (quantos são os casos igual a este?). Após este acidente, a empresa abre um inquérito, com efeitos de despedimento, ao trabalhador, alegando excesso de velocidade. Jerónimo defende-se e o tribunal dá-lhe razão, obrigando a empresa a proceder à sua reintegração e ao pagamento de todos os salários.

Mas o problema que a empresa tem com Jerónimo não é só o facto de este ter tido um acidente. Jerónimo, por várias vezes, se tinha recusado a dirigir o transporte com excesso de carga, e a entidade patronal não gostou que o trabalhador assumisse esta atitude de segurança. Os lucros diminuiriam, se Jerónimo tivesse de fazer o carregamento por duas vezes, mas certamente diminuiriam ainda mais se o trabalhador aceitasse violar todas as normas de segurança e um acidente ocorresse na altura.

Mas o estranho deste caso é que, depois da decisão do tribunal, a empresa não cumpre a ordem, e mantém Jerónimo na empresa sem que qualquer serviço lhe seja distribuído. E a Inspeção Geral do Trabalho, não faz nada? A I.G.T., depois de accionada, remete a solução desta situação para o tribunal. E a bola de neve rola e rebola de lado para lado, e o trabalhador continua desde Junho a ser pressionado psicologicamente a abandonar o seu emprego.

A pressão vai desde a não atribuição de serviço à discriminação com que é tratado no pagamento dos salários. Recebe o salário vários dias depois dos seus colegas e ainda não recebeu o subsídio de férias. Mas esta forma de tratamento não é estranha no dono da Metalimarco: a fase de experimentação foi efectuada numa outra empresa do mesmo, a Socometal, tendo como «cobaias» outros trabalhadores.

E pergunta-se: que justiça? Como o caso do Jerónimo existem, certamente, centenas de casos, outros provavelmente mais graves e que precisam de ser denunciados. Se Jerónimo cometesse uma infracção grave quando dirigia o seu camião, como por exemplo em estado de embriaguez, a justiça castigá-lo-ia severamente, e com todo o direito; mas quem castiga o patrão, que quase o obrigava a prevaricar face a algumas leis? E quem castiga o patrão por não cumprir uma ordem do tribunal? E quem se responsabiliza por toda a pressão psicológica que Jerónimo está a sofrer desde a data da sua reintegração?

Jerónimo poderia despedir-se, abandonar o seu posto de trabalho e a situação ficaria resolvida. Mas Jerónimo é daquelas «cabeças teimosas», para as quais a signidade e a justiça são factores que contribuem para a diferença entre seres racionais e irracionais, entre Homens e «homenzinhos».

No ano em que se comemora o cinquentenário dos Direitos do Homem, Jerónimo continua à espera de JUSTIÇA.

■ **Manuela Dias**  
(Sindicato Metalúrgicos Norte)

## Medidas urgentes para a saúde

A CGTP salientou sexta-feira, em conferência de imprensa, a necessidade de pôr em prática medidas urgentes no sector da saúde, com vista à satisfação dos interesses da população, e avançou algumas propostas concretas.

A recuperação das listas de espera foi uma das medidas defendidas pela Intersindical Nacional.

Na área dos medicamentos, a central defendeu que a prescrição de medicamentos compartilháveis pelo Sistema Nacional de Saúde passe a ser feita com indicações do princípio activo, que seja elaborado um formulário nacional de medicamentos, que sejam abertas as farmácias hospitalares ao público e que sejam dados aos utentes do SNS os medicamentos que lhes forem

prescritos nos hospitais e centros de saúde.

No documento distribuído aos jornalistas e citado pela Lusa, a *Inter* afirma estar provado que, se todos os recursos instalados nas instituições de saúde pública funcionassem cerca de **10 horas diárias durante oito meses**, conseguiriam fazer face a todas as necessidades dos utentes em termos de exames complementares de diagnóstico.

Nesta perspectiva, a CGTP defendeu a rentabilização dos recursos humanos e o desenvol-

vimento de um plano de investimento para as zonas geográficas mais carenciadas, de modo a diminuir as assimetrias e aumentar a acessibilidade aos serviços.

### Gestão sem contas

As listas de espera hospitalares existem porque «ninguém presta contas a ninguém e ninguém é responsabilizado pelos resultados da sua gestão», declarou sexta-feira o presidente da Federação Nacional dos Médicos.

Mário Jorge Neves comentava, à Agência Lusa, declarações da presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, relativamente à desorganização das listas de

espera hospitalares. As listas - adiantou o sindicalista - «devem-se à insuficiência de recursos humanos, à completa ineficácia de métodos de gestão e organização do trabalho e à ausência de indicadores mínimos de desempenho de produtividade dos serviços». «Grande parte destes problemas advém da completa irresponsabilização de muitas administrações hospitalares e direcções de serviço e da impunidade destas mesmas estruturas de direcção no que diz respeito aos resultados práticos da sua gestão», adiantou.

A solução requer, segundo Mário Jorge, «uma alteração radical dos métodos de gestão e organização do trabalho e a responsabilização integral das chefias».

## A maioria dos médicos não está no «self-service»

A Federação Nacional dos Médicos (FNAM) afirmou sexta-feira que a greve «self-service», convocada pelo SIM, está a minar o prestígio da classe

No final de uma audiência com o primeiro-ministro, em que esteve também presente a ministra da Saúde, o presidente da FNAM fez questão de «denunciar o facto de a greve estar a pôr em causa aspectos básicos da prestação de cuidados de saúde, precisamente a doentes mais necessitados, e está a traduzir-se numa degradação nunca antes atingida da imagem do prestígio e da idoneidade da classe médica».

«Não podemos deixar de alertar a opinião pública para o facto de que é bom que se desmistifique que a esmagadora maioria dos médicos não tem nada a ver com esta greve», disse Mário Jorge Neves, citado pela Lusa, considerando que «é uma tremenda injustiça que os casos pontuais de adesão a esta greve sirvam para pôr em causa o prestígio e a idoneidade de toda uma classe profissional».

Frisando que a FNAM tem «total discordância» quanto à eventualidade de uma requisição civil, Mário Jorge criticou também o novo bastonário da

Ordem dos Médicos, que «usou como principal lema na sua campanha a necessidade de expurgar a ordem de quaisquer influências ou ligações sindicais», motivo por que «não é admissível que, uma vez eleito, a primeira medida que anuncia é imiscuir-se em questões estritamente sindicais, como é esta greve, e a servir inclusivamente de mensageiro para procurar resolver um conflito que é sindical».

A FNAM - que agrupa os sindicatos dos Médicos do Norte, Centro e Sul, cujos dirigentes estiveram presentes na audiência de dia 18 com Guter-

res - considerou ainda que a greve, tal como está a processar-se, é susceptível de permitir ao poder político «tentativas que ponham em causa o direito legal à greve por parte dos trabalhadores».

Relativamente à revisão dos regimes de trabalho, uma questão que esteve em cima da mesa durante o encontro, a FNAM defende a curto prazo a extinção do regime de trabalho de 35 horas em dedicação exclusiva e também a necessidade de ser adoptada a semana de 40 horas como carga horária semanal máxima.

## As prendas adiadas da Administração Pública

Representantes sindicais dos trabalhadores da Administração Pública cantaram sexta-feira o clássico de Natal «Jingle Bells», numa versão cuja letra dava conta da falta de palavra do Governo no cumprimento do acordo de 1996.

Concentrados na Praça do Comércio e apoiados pelo carro de som da CGTP, os «coristas» afinaram sobretudo contra «o escandaloso salário mínimo» que continua a vigorar no Estado, situado 6,5 por cento abaixo do salário mínimo nacional. «É esta diferença que queremos ver eliminada», disse Paulo Trindade à Lusa. Para o porta-voz da Frente Comum de Sindicatos, «é inaceitável a proposta do Governo de um aumento salarial de 2,5 por cento, a menos que queira causar um Natal difícil aos trabalhadores». «Ao contrário do que o ministro-adjunto Jorge Coelho disse há uns meses, referindo-se às «broas antecipadas

para os trabalhadores», trata-se afinal de um presente envenenado», lamentou o sindicalista.

Os sindicatos já se manifestaram dispostos a aceitar que a

equiparação dos salários mínimos seja feita de forma faseada, mas mesmo assim não obtiveram resposta dos responsáveis. Um dirigente do STAL admitiu

que em Janeiro a luta vai agudizar-se, até porque se prevê que o Governo apresente outros *pacotes* laborais, bem como alterações à lei sindical.



Um protesto no Natal e um Ano Novo com mais lutas são os votos dos sindicatos



## TRABALHADORES

## Amorim

A concentração de dia 11 teve como «resultado mais saliente e positivo» o facto de o patronato ter finalmente recebido a comissão de representantes dos trabalhadores das empresas corticeiras do grupo Amorim, assumindo o compromisso de iniciar no princípio de 1999 a negociação do caderno reivindicativo, há muito apresentado. Esta apreciação foi feita na semana passada, numa reunião da comissão com o Sindicato dos Corticeiros, onde foi afirmada a necessidade de os trabalhadores se manterem «mobilizados para a necessária resposta ao patronato, caso não responda positivamente às reivindicações» - informou a União dos Sindicatos de Aveiro. Até à concentração na sede da holding, os representantes viam-se remetidos desta para cada uma das empresas e daqui para a chefia do grupo empresarial, sem se definir um interlocutor para negociar o caderno reivindicativo há muito apresentado.

## Trabalho infantil

Reuniu sábado no Porto a Assembleia Geral da Confederação Nacional de Acção sobre o Trabalho Infantil (CNASTI), para eleger os novos corpos gerentes para o triénio e para proceder à alteração de estatutos. Na reunião a CGTP participou com uma delegação que incluiu o seu coordenador, Carvalho da Silva - a quem caberia presidir aos trabalhos, na sua qualidade de presidente da Assembleia Geral da CNASTI - e Manuel Lopes, Adão Mendes e Maria Emília Reis, membros da Comissão Executiva da central.

## Misericórdia de Lisboa

Os 500 trabalhadores do Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa «não vão perder qualquer direito adquirido e as novas carreiras vão ter em conta as actuais remunerações», disse Ana Avoila, da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, à Lusa. A Misericórdia de Lisboa e os trabalhadores do Departamento de Jogos assinaram dia 16 um compromisso sobre as questões laborais ligadas à implementação do sistema on-line dos jogos. Os trabalhadores chegaram a decidir uma greve para os dias 17 a 21 de Dezembro, com o objectivo de exigir que os salários não fossem reduzidos com a aplicação das novas carreiras, mas numa reunião posterior com a tutela, as suas reivindicações foram, «em princípio», aceites. Os trabalhadores temiam que, com a informatização dos serviços, os seus salários fossem reduzidos por deixarem de trabalhar ao fim-de-semana.

## Exigida intervenção do Governo

# «Regina» pirata à venda e dívidas a dez por cento

**Os trabalhadores querem que as fraudes deixem de avolumar, que seja reposta a legalidade e viabilizada a empresa. E denunciam o facto de alguém se apropriar indevidamente da prestigiada marca de chocolates.**

Estão à venda chocolates com uma reprodução do logotipo «Regina», apesar da laboral desta fábrica se encontrar parada desde Janeiro. A gerência da empresa propõe ao Estado e demais credores a redução das dívidas para um décimo do seu valor. Dos trabalhadores pretende que perdoem 90 por cento dos salários e indemnizações por pagar e

gerência: a empresa facturou cerca de milhão e meio de contos em 1996; não pagou à Segurança Social nem ao fisco; descontou dos salários as quotizações sindicais que também não remeteu aos sindicatos.

A proposta dos dez por cento foi veementemente repudiada em plenário de trabalhadores, no dia 11,

ra reacção das ORTs da Regina, na véspera do plenário.

Do Governo os trabalhadores da Regina e os seus representantes querem ainda que esclareça e corrija o facto de estarem a ser comercializados chocolates «Regina» que não são feitos na fábrica de Alcântara - parada há quase um ano - e cujo fabricante não é identificado nas embalagens.

Na reunião com as Finanças, realizada sexta-feira, a gerência da Regina não compareceu nem se fez representar, o que é interpretado pelas organizações dos trabajado-

representantes legais da gerência sobre a venda da fábrica à RAR «não têm fundamento real e apenas visam pressionar os trabalhadores para, a troco de pequenas quantias (10 por cento da dívida de salários e indemnizações) rescindirem os seus contratos», uma vez que «deste modo, a Regina poderia ser vendida a um preço mais baixo e com redução dos montantes em dívida, uma vez que estes teriam que ser assumidos pela nova gerência».

## Persistir

Os trabalhadores, como refere a nota divulgada ao início da noite de sexta-feira, estão decididos a continuar a lutar. Exigem, em concreto, que se realize uma reunião de representantes dos ministérios da Economia, Finanças, Trabalho e Segurança Social e dos sindicatos, com o objectivo de procurar uma solução para um drama que já se arrasta há 12 meses: estão sem salários, sem emprego e com grandes incertezas quanto ao futuro.

Idêntica posição foi expressa publicamente pelos trabalhadores da delegação do Porto da Fábrica de Chocolates Regina, que se concentraram, também na sexta-feira, à porta das instalações. Segundo o Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte (Cesnorte/CGTP), citado pela Lusa, os trabalhadores da delegação distribuíram panfletos aos transeuntes denunciando a sua situação. O Cesnorte «exige o respeito pelos direitos dos trabalhadores e não pode aceitar que a gerência da Regina se aproveite agora da situação de desespero dos seus trabalhadores, para, a troco de uma pequena quantia (10 por cento dos créditos), quitar dívidas de milhares de contos».



As dívidas e suspeitas agravam o sentimento de injustiça dos trabalhadores (foto da concentração de sexta-feira, no Terreiro do Paço)

que aceitem, nestas condições, a rescisão do contrato por mútuo acordo.

Para os trabalhadores esta proposta é «ofensiva e vergonhosa». Um comunicado distribuído pelo Sindicato da Alimentação do Sul e Tabacos (STIAST/CGTP) explica três motivos por que as organizações representativas do pessoal da Regina «estranham» tal atitude da

justificando a decisão de promover uma concentração na Praça do Comércio no dia em que os sindicatos iam reunir com um responsável do Ministério das Finanças. «Estranha-se que o Governo esteja disposto a perdoar a dívida do Estado em 90 por cento, não garantindo com esta atitude que os trabalhadores recebam os seus créditos na totalidade», afirmava-se na primei-

res como «indisponibilidade para, em conjunto com as ORTs e o Governo, encontrar uma solução com futuro para a empresa».

A nota de imprensa divulgada após a reunião informa também que a venda pública dos créditos do Estado ainda não está concluída. Esta confirmação, por parte do Governo, leva as ORTs da Regina a esclarecer que as afirmações dos

## Operários da Arrifana recusam despedimento

Os trabalhadores da «José Gomes Ribeiro, Lda.» vão erguer uma árvore de Natal, com decorações alusivas à fome e ao desemprego, junto à casa do patrão, onde decidiram passar a concentrar-se a partir de ontem.

A empresa, com sede na Zona Industrial de Fontanheira, em Arrifana (São João da Madeira), mandou no dia 1 todos os seus 130 trabalhadores para umas férias antecipadas de 15 dias, devendo retomar o trabalho no dia 16.

Entretanto, cada um dos trabalhadores da empresa recebeu em casa, durante o período de férias, uma carta de despedimento, na qual a entidade patronal referia que a «José Gomes Ribeiro, Lda.» iria encerrar, devido a «escassez de encomendas e a falta de pagamento de exportações para a Rússia».

Os trabalhadores não aceitaram esta justificação, pelo que

se apresentaram quarta-feira ao serviço, não tendo encontrado qualquer representante da empresa com quem pudessem falar. Nomearam então uma comissão de 20 elementos para dialogar com o patrão mas, após várias tentativas, não conseguiram contactá-lo, pelo que apresentaram queixa à Inspeção de Trabalho.

O dirigente sindical Manuel Graça disse à Lusa que os trabalhadores suspeitam que o sócio gerente, José Gomes Ribeiro, pretenda fechar ilegalmente esta empresa, para abrir outra noutra região, de forma a beneficiar dos fundos do PEDIP destinados a deslocalização regional. «A empresa tinha uma boa carteira de encomendas e estava a trabalhar em pleno, pelo que deve ser investigada a possibilidade de uma falência fraudulenta», reclamou o responsável sindical.

## Hotel Atlantis

No final de uma reunião realizada na semana passada, no Funchal, o governo regional e o sindicato da hotelaria da Madeira expressaram o seu acordo quanto ao facto de, primeiro, ter de ser resolvida a situação dos trabalhadores, para então avançar com decisões sobre o futuro do Hotel Atlantis.

O hotel, anteriormente propriedade do grupo Grão-Pará, foi desactivado há cerca de três anos, devido às obras de ampliação do aeroporto do Funchal, lançando no desemprego aproximadamente 230 trabalhadores.

O imóvel foi incluído no acordo celebrado entre o Estado e a Grão-Pará, tendo um relatório internacional de peritos aeronáuticos aconselhado a sua demolição, dada a proximidade

com o aeroporto, em zona de aproximação à pista.

No final da reunião de dia 16, o dirigente sindical Leonel Nunes manifestou a tristeza dos trabalhadores do Atlantis por verem, cada vez mais perto, o fim do hotel. O sindicalista acrescentou que os trabalhadores não queriam esse fim, mas admitiu que «as razões técnicas irão sobrepor-se a tudo e a demolição do hotel poderá ser uma imposição para que seja homologado o futuro aeroporto da Região Autónoma da Madeira».

Leonel Nunes notou que o envolvimento do governo regional na solução do problema dos trabalhadores «não é do mesmo grau de responsabilidade», mas revelou que obteve de Alberto João Jardim a garantia de que «haverá um maior empenhamento do executivo madeirense» nesta matéria.

## Provedor de novo

A CGTP pediu, uma vez mais, o apoio do Provedor de Justiça para a luta contra o incumprimento por parte de algumas empresas da designada «Lei das 40 horas». Após uma audiência, na semana passada, o coordenador da Intersindical Nacional disse aos jornalistas que Menéres Pimentel tem acompanhado a questão e prometeu dar atenção ao pedido da central.

Foi solicitada ainda a intervenção de Menéres Pimentel para acabar com «a escandalosa situação» das comparticipações da Segurança Social em próteses, óculos e outros aparelhos, cuja tabela não é revista há 30 anos. Nalguns casos, protestou Carvalho da Silva, os valores representam um terço do que é pago pela ADSE, enquanto «há comparticipações inferiores ao custo do papel necessário para processar o pagamento».

## Jornalistas satisfeitos

A direcção do Sindicato dos Jornalistas congratulou-se com a aprovação, quinta-feira, pela Assembleia da República, do Estatuto do Jornalista e da Lei de Imprensa. Em comunicado, citado pela Lusa, o SJ reconhece que nem todas as sugestões que apresentou foram acolhidas, embora assinala a «disponibilidade para escutar» da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, que considera revelar «um espírito aberto ao debate cívico, que honra a AR».

O SJ saúda a consagração do direito de autor de todos os jornalistas. «Pela primeira vez na história da comunicação social portuguesa, vemos abrangidos por tal direito todos os profissionais da informação, da imprensa à rádio, à televisão e às novas tecnologias ao serviço do jornalismo moderno», assinala o comunicado. O sindicato refere ainda que irá participar no esclarecimento da «definição legal da protecção dos direitos de autor dos jornalistas».

## Telecom

O assalto aos lugares de topo na Associação de Cuidados de Saúde da Portugal Telecom foi vivamente denunciado pela Comissão de Trabalhadores da PT, num comunicado em que reagiu ao aumento dos lugares de administradores da ACS, que «nada tem a ver com necessidades de serviço». «Sempre que um quadro afecto ao PS, ou próximo, se encontra em maus lençóis num outro local, logo lhe é arranjado um lugar doirado de saúde na PT», afirma-se no documento, que contém também um alerta para o posicionamento das seguradoras face à PT-ACS.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Debate  
na «estratosfera»

O presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira,

afirmou que «o País precisa de uma alternativa de política que o PSD não oferece». Estava-se num debate sobre a situação da Justiça e da Saúde, introduzido pelo PSD, debate este que, no entanto, acabou por mudar de rumo levando o líder da bancada comunista a situá-lo no domínio da «estratosfera». Tudo começou com uma intervenção de Marques Mendes, que centrou as suas críticas no Procurador-Geral da República (PGR), chegando mesmo a pedir, implicitamente, a demissão de Cunha Rodrigues do cargo que ocupa há 14 anos. «Se eu fosse ministro da Justiça, tenho a convicção absoluta de que a esta hora já o PGR me tinha apresentado a sua demissão», afirmou Marques Mendes, em resposta a uma questão colocada pelo deputado do PP Silvío Cervan sobre o que faria se fosse responsável da pasta governativa que tutela o Procurador. Na resposta, Francisco Assis (PS) classificou a intervenção do líder da bancada laranja de «impetuosidade retórica» e «vazio programático».

Fiscalização  
do SIS

O Conselho de Fiscalização do SIS foi finalmente eleito pela Assembleia

da República. Da lista conjunta subscrita pelo PS e PSD para esta órgão, depois de estar cerca de três anos inactivo, fazem parte Faria Costa, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, que presidirá, Paulo Sousa Mendes e Sofia Galvão, ambos assistentes na Faculdade de Direito de Lisboa. A lista obteve 130 votos a favor, nenhum contra, 30 brancos e sete nulos. Face à eleição, o Grupo Parlamentar do PCP retirou de debate um projecto de lei no qual preconizava medidas para a eleição urgente daquele Conselho e onde propunha a sua eleição por maioria simples.

Saúde e Ambiente são os mais afectados  
Situação caótica  
nos resíduos industriais

«Caótica e inaceitável», assim classificou o deputado do PCP Joaquim Matias a situação do País em matéria de resíduos industriais, incluindo os perigosos. Responsabilizando directamente o Governo por esta situação, incapaz que foi de adoptar um «política correcta e coerente para o sector», o parlamentar comunista entende que há fundados motivos para a preocupação das populações, bem como para a sua «justa e legítima indignação».

Estava-se no debate agendado por iniciativa do Partido Ecológico «Os Verdes» sobre a «política para os resíduos industriais, da produção ao destino final, na óptica do ambiente e da saúde».

A realidade actual neste domínio é tudo, com efeito, menos tranquilizadora. Joaquim Matias não teve dúvidas em apelidá-la de «terceiro-mundista» e face ao que considerou serem as «agressões ambientais» e os «atropelos à legislação em vigor e atentados permanentes à saúde pública».

«Não existe um levantamento das lixeiras de resíduos industriais, nem se conhece com exactidão o que temos, o que produzimos e as tendências da variação da produção dos resíduos industriais», alertou, concluindo, em conformidade, não ser de admirar que haja da parte das populações uma «legítima falta de confiança quer nos processos indus-

triais, quer na administração pública e nos seus serviços».

Nem podia ser de outra forma se atendermos à situação concreta que se vive no sector. Dela falou Joaquim Matias, recordando, entre outros aspectos, a enorme indiferença com que alguns industriais continuam a agir perante a legislação e as directivas comunitárias, não se coibindo de continuarem a «efectuar depósito clandestinos de resíduos, alguns perigosos, em minas abandonadas, antigas pedreiras ou simples terrenos em pousio, sem qualquer controlo e sem cuidar dos efeitos sobre a saúde das populações».

E tudo, acusou, sob a «inadmissível passividade do Governo que, dispondo de legislação, embora escassa, não a utiliza para disciplinar as graves ilegalidades que diariamente são cometidas».

A demonstrá-lo - e estes foram exemplos concretos rela-



Muitas linhas de água e lençóis freáticos continuam a ser contaminados pela acção sem escrúpulos de industriais que depositam clandestinamente resíduos em antigas pedreiras ou simples terrenos em pousio

tados pelo parlamentar do PCP - está a permissão de que as declarações obrigatórias da produção de resíduos industriais não sejam entregues pelos industriais, que permaneçam indústrias que manuseiam produtos tóxicos ou produzam resíduos perigosos no meio de zonas residenciais e se instalem novas actividades deste tipo sem o respectivo estudo de impacte ambiental.

Dá que, na perspectiva da bancada comunista, resulte clara a necessidade de ser urgentemente adoptada uma política para os resíduos industriais que

«ponha cobro à situação actual, como o País há muito necessita e reclama».

Uma política que visando a melhoria da qualidade do ambiente, da qualidade de vida e da defesa da saúde das populações, conforme sublinhou Joaquim Matias numa crítica implícita às recentes opções do Governo nesta matéria, não subordine estes objectivos «aos aspectos técnicos e económicos dos processos de tratamento de resíduos industriais».

Uma tal política, ainda no entender do Grupo comunista, feita que esteja «uma caracteri-

zação actualizada da produção, recolha, transporte, manuseamento e destino final dos resíduos industriais», tem de assentar num «Plano Nacional de Resíduos Industriais».

Sobre ele se pronunciou também Joaquim Matias para relevar a importância de ter «linhas estratégicas, objectivos e prioridades bem definidas», a par de uma adequada integração no ordenamento do território, em articulação com as autarquias, por forma «a ser compatível com o planeamento nacional e os planos directores municipais».

## Em causa orientação autoritária

Urge novo rumo  
na política de imigração

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou um conjunto de propostas visando aperfeiçoar o regime de direitos dos imigrantes e demais estrangeiros que entrem ou residam em Portugal. Entregues no final da semana transacta, no próprio dia em que foi chamado a plenário por sua iniciativa para apreciação parlamentar (ratificação) o decreto-lei que regulamenta esta matéria, estas propostas da bancada comunista serão brevemente objecto de discussão na especialidade em sede de Comissão.

Na base desta diligência do Grupo comunista está o entendimento de que o diploma aprovado há uns meses pelo PS e PSD, com a sua oposição, prossegue uma «política de raiz autoritária», privilegiando «não a garantia legal dos direitos dos cidadãos mas a decisão administrativa».

Assumindo-se como «zeloso guardião das fronteiras externas da União Europeia», o diploma, na perspectiva de António Filipe, que interveio em nome do PCP, está assim muito longe de materiali-

zar uma «orientação política de acolhimento e integração dos imigrantes na sociedade portuguesa marcada pelo respeito pelos seus direitos cívicos, sociais e culturais, de apoio à sua integração harmoniosa, de valorização do seu contributo para o desenvolvimento do País».

Ao contrário, prosseguindo aspectos essenciais das orientações do seu antecessor, a política do Governo PS neste domínio caracteriza-se, no fundamental, por «iniciativas e actos marcadamente repressivos e discriminatórios que ferem o quotidiano dos imigrantes».

Lembrado por António Filipe foi concretamente a «evidente falta de meios e de poderes que caracteriza o Alto Comissariado para a Imigração», bem como, noutro plano, a penalização dos que demandam o nosso país em busca de uma vida melhor ao mesmo tempo que são deixados «incólumes os grandes interesses económicos e empresariais que se alimentam das redes de imigração ilegal e do trabalho clandestino».

O decreto-lei em causa, que classificou de «globalmente negativo», é, pois, apenas mais um exemplo desta política em relação ao imigrante e ao estrangeiro, uma política que na opinião do deputado

do PCP é «inspirada por uma atitude geral de desconfiança e de fechamento de Portugal em relação aos cidadãos oriundos de países que não sejam membros da União Europeia».

Verberado por António Filipe foi sobretudo o facto de esta política do PS não valorizar a «especificidade da relação de Portugal com os países de língua portuguesa» e de tratar como «potenciais delinquentes» todos aqueles que demandam Portugal, «esquecendo que a fusão de povos e culturas faz parte da génese do povo português e foi e é um factor de enriquecimento e vitalidade da sociedade portuguesa».

Entre os aspectos da Lei mais visados nas críticas da bancada comunista destaca-se para o que prevê a manutenção de poderes de decisão discricionários e excessivos às autoridades administrativas, especialmente ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, bem como para o que recusa o efeito suspensivo a todo e qualquer recurso que seja apresentado relativamente a decisões de expulsão.

Criticado é ainda o facto de a Lei, se aplicada à letra, tornar quase impossível a entrada de imigrantes para trabalhar legalmente em Portugal, o que é interpretado pelo PCP como um estímulo, na prática, às redes de imigração ilegal e de trabalho clandestino.



Uma correcta política de acolhimento e integração dos imigrantes pressupõe o respeito pelos seus direitos cívicos, sociais e culturais



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# Ford Electrónica despede tendinites

Em matéria de sinistralidade laboral, a política do Governo saldou-se por uma lei de favorecimento das seguradoras e por uma total inércia e indiferença nas situações em que foram gravemente afectados os direitos dos trabalhadores. Tendo como alvo o Executivo do PS, a acusação é da deputada comunista Odete Santos, para quem o Primeiro-Ministro «procede como se tivesse um compromisso, quase um pacto de sangue, com as grandes centrais patronais, hipotecando-lhes o futuro dos trabalhadores, o futuro do País».

Esta posição da bancada comunista foi tomada numa das sessões plenárias da passada semana, em declaração política proferida a propósito do anúncio de despedimentos pela Ford Electrónica dos trabalhadores que ao seu serviço contraíram uma grave doença profissional vulgarmente denominada tendinite.

Depois de ter privado os trabalhadores do direito à saúde, do direito à realização profissional no trabalho, aquela empresa,

recorde-se, propôs-se negociar em carta dirigida aos trabalhadores o seu despedimento, dando preferência às trabalhadoras mais afectadas pela doença ou com sérios riscos de agravamento do seu estado clínico.

Indignada com este comportamento da multinacional, que considera profundamente violador de «elementares direitos do ser humano», Odete Santos afirmou sentir-se ainda mais chocada com o cinismo que a empresa deu mostras ao afirmar, sem

podor, na carta - «arrogando-se o direito de lesar a saúde de quem trabalha», sublinhou - que por esta via (o despedimento) «se dá um passo em frente para a resolução do problema provocado pelas tendinites», proporcionando simultaneamente aos profissionais atingidos pela doença a «continuação da carreira profissional nas melhores condições possíveis de modo a que atinjam a sua realização pessoal e profissional».

«Tartufo não diria melhor», exclamou a parlamentar comunista, sem no entanto se mostrar espantada por esta «escandalosa indiferença das multinacionais pela vida», se atendermos ao «retrocesso que no último quartel deste século se verificou relativamente aos direitos humanos dos trabalhadores».

E a verdade é que a Ford Electrónica, que recebeu do Estado português um subsídio de 10 milhões de contos, só pode ter agido de má-fé, por-

quanto, como realçou Odete Santos, depois do que aconteceu no Brasil - onde milhares de trabalhadores ficaram afectados pela tendinite - sabia perfeitamente que «em Portugal iria lesar a saúde de seres humanos».

De uma multinacional que se deslocaliza em busca de «melhores condições de exploração de quem trabalha», aliás, não seria de esperar outra coisa. «Não admira que se tivesse calado, que não tivesse corrigido a sua estrutura produtiva, porque para ela valem mais os cobres que assim poupou do que a saúde dos outros», acusou a deputada do PCP.

Mas se o comportamento da Ford Electrónica é reprovável a todos os títulos, o do Governo, pela sua indiferença e pelas opções implícitas que evidencia, não provoca menor condenação. «O que é que o actual Governo fez para impor à multinacional o respeito pelas normas nacionais

e mesmo internacionais que protegem a saúde dos trabalhadores?», inquiriu Odete Santos, inconformada com o facto de pouco ou nada ter sido feito, nem mesmo o prometido estudo para adopção de medidas anunciadas pelo ministro da Solidariedade.

«Por que motivo não se cumpriu a legislação sobre higiene, saúde e segurança no trabalho que impõe a realização de estudos como o prometido? A quem deve o Ministério a solidariedade que ostenta no nome? Aos trabalhadores ao às multinacionais? Perante a denúncia de que a Ford pretende tratar as tendinites com despedimentos, o que é que o Ministério já fez para pôr cobro a mais uma arbitrariedade?», perguntou Odete Santos, para concluir que tamanha indiferença e ausência de medidas só pode indicar que a «verdadeira solidariedade está praticamente ausente da política laboral deste Governo».

## Fortalecer as freguesias por via de associações

Onze meses após a aprovação de um projecto de lei do PCP sobre o regime jurídico de criação de associações de freguesias, desde então em sede de comissão para debate na especialidade, o Governo cumpriu finalmente o seu compromisso de levar a plenário uma proposta de lei sobre a mesma matéria. Em debate na passada semana, o diploma não contém diferenças assinaláveis relativamente ao projecto subscrito pelos deputados comunistas, à parte ligeiras questões de

articulado «passíveis de consensualização na especialidade», como observou o deputado do PCP Joaquim Matias.

Aprovada que seja a sua baixa à Comissão, onde será discutido conjuntamente com o projecto comunista, o que se espera agora - e foram esses os votos da bancada comunista - é que os trabalhos na especialidade decorram com a maior celeridade possível.

A justificar este pedido de urgência está, desde logo, o próprio facto de as medidas previs-

tas nos diplomas representarem um importante instrumento de trabalho para as freguesias, possibilitando, em certos casos, uma maior racionalização da sua gestão e um melhor aproveitamento dos meios disponíveis.

Mas está também - foi ainda Joaquim Matias a lembrá-lo - a necessidade de pôr termo a «uma inconstitucionalidade por omissão», dado que na última revisão constitucional foi introduzida por proposta do PCP uma disposição que estabelece que «as freguesias podem constituir, nos termos da Lei, associações para administração de interesses comuns».

Entre as principais medidas preconizadas no projecto do PCP, que foi objecto dos pareceres da ANAFRE, do STAL e da ANMP, está a consagração da

existência de quadro de pessoal próprio. «Partimos da ideia que a sua existência, ou não, deverá depender das próprias freguesias pelo que o diploma não deverá impedir essa possibilidade», esclareceu Joaquim Matias, sem deixar de afirmar a sua plena consciência de que em muitas dessas freguesias, sobretudo as mais pequenas, uma tal medida possa não se justificar.

Destaque merece igualmente o tratamento dado no articulado do projecto do PCP à questão da composição dos órgãos. Também neste plano, como sublinhou Joaquim Matias, não parece adequada a criação de um «quadro rígido que não permita uma correcta adaptação à natureza específica da associação a criar».

Questão de grande relevância é, por fim, a da exigência da con-

tinuidade territorial. Podendo ocorrer situações em que a opinião de apenas uma freguesia pode travar a constituição de uma associação, entende o PCP que não existem motivos para que esta imposição, inexistente em relação aos municípios, seja mantida como regra para as freguesias.

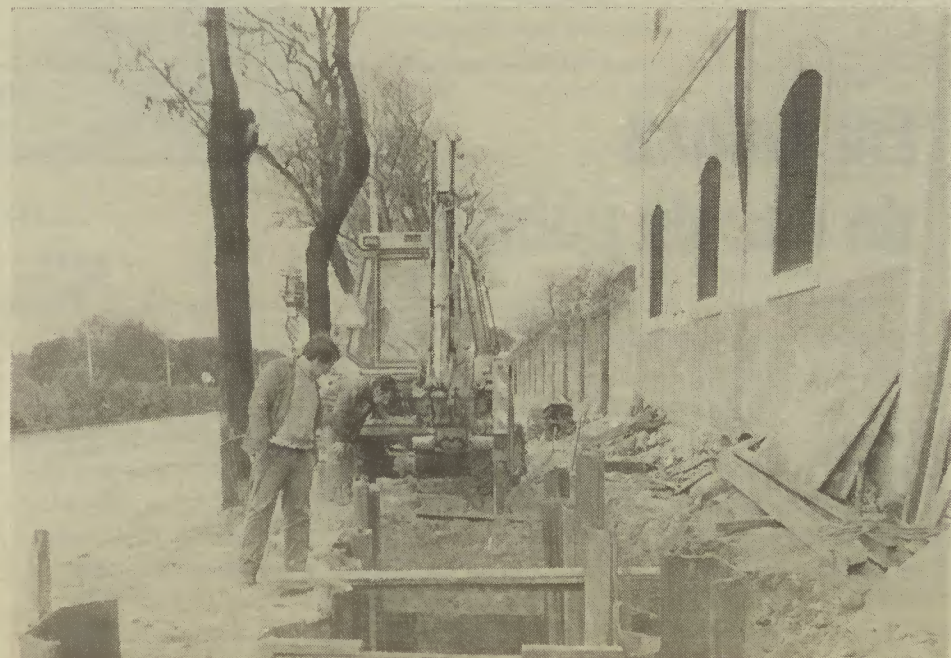
«Para nós, as freguesias são autarquias de grande importância que têm dado e continuarão a dar uma contribuição inestimável ao Poder Local e à democracia portuguesa, pelo que devem ser cada vez mais fortalecidas», sustentou Joaquim Matias, defendendo, simultaneamente, um aumento das suas «atribuições, competências e autonomia financeira», na perspectiva do aprofundamento da «democracia participativa».

## Técnicos de Serviço Social

O Grupo Parlamentar do PCP propôs uma alteração ao decreto-lei que procede ao «reenquadramento da carreira de técnicos adjuntos de serviço social» com vista a que todos os profissionais sejam abrangidos nos mesmos termos previstos no diploma. Trata-se, simplesmente, como explicou Alexandrino Saldanha, de evitar a violação do princípio da igualdade que resulta do facto de o decreto governamental restringir o referido reenquadramento aos profissionais habilitados com o curso de auxiliares sociais, excluindo todos os outros que não possuem essa formação.

Para a bancada comunista, que chamou o diploma para apreciação parlamentar, não faz sentido esta discriminação entre profissionais que desempenham exactamente as mesmas funções. E a principal razão reside no facto, como sublinhou Alexandrino Saldanha, de aqueles últimos não lhes ter sido exigido o curso aquando do ingresso na carreira, ou porque os «conhecimentos académicos foram supridos através de acções de formação profissional», ou porque «possuíam outras habilitações académicas de nível equiparado ao curso de auxiliares sociais».

Acresce que a maior parte dos profissionais agora excluídos, recordou, exercem as suas funções há mais de 30 anos, sendo alvo de notação anual pela tutela hierárquica de que dependem.



A proximidade das freguesias às populações confere-lhes grandes potencialidades democráticas que impõem um aumento das suas atribuições, competências e autonomia financeira

## Contencioso com Grão-Pará



A Comissão de Inquérito às relações do actual Governo com alguns agentes

económicos aprovou, por unanimidade, na passada semana, as audições de Abel Pinheiro, administrador do Grupo Grão-Pará e membro da Comissão Política do CDS-PP, e do secretário de Estado Vitalino Canas. Este último será ouvido sobre o «valor total das dívidas do Grupo Grão-Pará», veiculadas num artigo de opinião publicado no «Diário de Notícias».

Abel Pinheiro prestará depoimento na Assembleia da República pela segunda vez depois de ter sido ouvido na Comissão Parlamentar de Economia sobre o processo que levou ao cancelamento do Grande Prémio de Fórmula Um. Estas audições visam o cabal esclarecimento das acções contenciosas entre o Estado e o Grupo Grão-Pará, designadamente quanto às alterações na sociedade proprietária do Autódromo do Estoril.

## Estatuto do Jornalista



A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, o Estatuto do

Jornalista. Igualmente aprovada quinta-feira passada foi a proposta de Lei de Imprensa, com os votos favoráveis de PS, PCP e PEV e as abstenções do PSD e PP. A proposta de lei do Governo sobre a organização e funcionamento dos tribunais judiciais viu também a sua passagem garantida na votação em plenário, mas apenas com os votos favoráveis do PS, optando todas as restantes bancadas pela abstenção. Já em relação à proposta de lei que regula a publicidade domiciliária por telefone e telecópia voltou a registar-se a unanimidade da Câmara, sentido de voto que se repetiu na aprovação do orçamento da Assembleia da República para 1999. Aprovada, por último, com o voto favorável do PS, contra do PSD e PP e a abstenção do PCP e do PEV, foi a proposta de lei de organização e funcionamento da Polícia de Segurança Pública.



## NACIONAL

# Uma nova associação pelos direitos humanos

Portugal está entre os países da Europa com mais elevada percentagem de pobres

Num momento em que, por todo o mundo, são assinalados os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, nasceu em Portugal uma nova associação que tem como objectivo a sua defesa e promoção no nosso país. A Associação Promotora dos Direitos Humanos - APRODIH avança, como primeira meta, a ratificação da Carta Social Europeia.

Que Portugal ratifique a Carta Social Europeia revista (com os direitos aprovados em 1983 e 1996) e tome medidas «de forma a reduzir ou eliminar as situações que, de facto e num conceito lato, configuram aspectos de verdadeira violação dos direitos humanos que atingem milhares de portugueses» é a proposta que a recém-criada Associação Promotora dos Direitos Humanos - APRODIH apresenta ao governo português.

## Os Correios o «Avante!» e as notícias

A Administração dos CTT tem acusado o Sindicato Nacional dos Correios e Telecomunicações de «andar a reboque do Comité Central do PCP». Diz também que o sindicato utiliza o jornal «Avante!» para divulgar as suas informações. São uns brincalhões!

Esta administração, nomeada pelo Governo PS, com total cobertura da senhora secretária de Estado e que até já colocou largas centenas de «boys» em postos-chave na empresa, não tem nenhuma moral para fazer as afirmações que faz.

O SNTCT, tal como afirmam os seus Estatutos, pauta a sua actuação por uma total independência em relação aos partidos políticos. A Direcção do SNTCT é constituída por socialistas, comunistas e independentes, mas na sua actuação diária é apartidária e tem como fio condutor a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores.

O SNTCT envia as suas notícias para todos os órgãos de informação, mas acontece que, normalmente, o único jornal que publica notícias sobre o mundo do trabalho é precisamente o «Avante!». Ainda bem que o faz.

Mas é também engraçado que a Administração dos CTT se mostre tão preocupada com este assunto, uma vez que constituiu um lobby junto da comunicação social, que impede determinados órgãos de informação de publicar notícias do SNTCT.

■ **Victor Narciso**  
Dirigente do Sindicato Nacional dos Correios e Telecomunicações

Criada em Maio, e com o processo de legalização concluído em Outubro, a APRODIH propõe-se apresentar esta proposta em entrevistas que irá solicitar ao governo e à Comissão Parlamentar dos Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República.

A nova associação surge num momento em que se assinala o 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e quando decorre a «Década para a erradicação da pobreza» (1997-2006), instituída pelas Nações Unidas.

Defendendo um conceito de direitos humanos «com um conteúdo e uma dimensão globalizantes, conducentes a uma efectiva realização do ser humano», como afirma em documento dis-

tribuído à imprensa, a APRODIH denuncia, em particular, a necessidade de promoção dos direitos sociais.

Portugal, lembra a nota divulgada pela nova associação, «com 27% da população abaixo do limiar da pobreza, possuiu o mais elevado nível da União Europeia e um dos mais baixos de protecção social».

«Para muitos desses pobres, os sem-abrigo, além da exclusão social, atinge-os também a exclusão dos direitos de cidadania tendo em conta que o recenseamento eleitoral está ligado ao domicílio», lembra ainda a APRODIH.

## Debate em Lisboa

Um debate sobre *Direitos Humanos - 50 anos - Contribuição para a sua promoção no novo século* foi a primeira iniciativa promovida pela associação, dia 9 de Dezembro, na Sociedade Portuguesa de Autores, em Lisboa.

Na introdução ao debate, foram lembradas as palavras do



Secretário-Geral Adjunto do Conselho da Europa, proferidas na 1.ª Sessão do Comité de peritos independentes da Carta Social Europeia - *Todos os direitos do homem são iguais e indivisíveis, não há escolha a fazer entre eles: desde que um só é suprimido, suprimem-se todos os outros, e a democracia não admite ser parcelar.*

Decorridos 50 anos da aprovação da Declaração Universal

dos Direitos Humanos, «assiste-se a uma regressão dos direitos individuais e colectivos, agravando o sofrimento e privações de milhões de seres humanos em todo o mundo», sublinhou-se nesta introdução ao debate.

Face à questão crucial - *como inverter o processo em curso, como rejeitar a lógica do sistema capitalista* - registam-se as palavras de Riccardo Petrella, professor da Universidade Católica de Lovaina, que defende que *a mundialização da economia, sob a bandeira do capitalismo de mercado liberalizado, desregulamentado, privatizado,*

*competitivo, não é um fenómeno interminável e irreversível. São possíveis outras formas e modalidades de mundialização.*

A concluir, a APRODIH lembra que «a defesa e promoção dos direitos humanos passam por questões tão importantes como o direito à protecção no despedimento, o direito a uma habitação condigna, o direito à protecção contra a pobreza e a exclusão social», são parte integrante dos 12 direitos consagrados na Carta Social Europeia, revista, ainda não ratificados pelo governo português.

## Um novo hospital para a Amadora

A criação de um Hospital de Cuidados Continuados na Amadora, proposta pelos vereadores da CDU, foi maioritariamente aprovada pela Câmara Municipal, com abstenção de um vereador do PSD.

Esta proposta vem na sequência de um levantamento das maiores carências na área da saúde, promovido pela CDU através dos seus eleitos. Uma iniciativa que envolveu um conjunto de contactos sistemáticos com as direcções, profissionais e utentes dos Centros de Saúde da Amadora.

Deste levantamento ressaltou, nomeadamente, a necessidade de um Hospital de Cuidados

Continuados que, nos termos da proposta agora aprovada, «assegure a prestação de cuidados médicos aos utentes que, carecendo deles, ou padecem de doenças crónicas cujo tratamento não tem lugar nas unidades hospitalares tradicionais e/ou não têm, nos seus domicílios, as condições indispensáveis de tratamento».

No quadro deste mesmo levantamento de necessidades, foi igualmente aprovada pela Câmara, então por unanimidade, uma moção apresentada pela CDU sobre as carências dos Centros de Saúde da Amadora.

A moção indica, como algumas das mais graves carências

do Serviço Nacional de Saúde local, quer o diminuto número de médicos de saúde pública quer a quase inexistência de especialidades médicas elementares. Uma situação para que se reclamam medidas urgentes.

O reduzido número de médicos de saúde pública é sentido com particular apreensão, tanto mais que no município «se reconhece subsistir uma dramática realidade, especialmente em torno de doenças transmissíveis de alto risco - sida, tuberculose, hepatites, etc. - que vivamente aconselha o drástico reforço da intervenção de técnicos de saúde pública», afirma-se na moção.

## Em defesa da escola pública

A defesa da Escola Pública é o tema do fórum nacional que a Fenprof vai realizar no início do ano, em Coimbra.

Segundo Paulo Sucena, secretário-geral da Federação, o objectivo desta iniciativa é congregar um «painel amplo de figuras representativas da vida pública portuguesa, com pensamento e reflexão sobre os vários níveis de ensino, do básico ao superior.»

«Queremos trazer para a primeira página toda a estrutura pública do ensino português», declarou o dirigente sindical em con-

ferência de imprensa realizada dia 18, em Coimbra.

Com a realização deste fórum, a Federação Nacional dos professores quer «tornar claro para a opinião pública que a educação não pode ser apenas objecto dos agentes da comunidade educativa, mas que deve mobilizar toda a sociedade.»

A iniciativa terá lugar em fins de Fevereiro, princípios de Março, em Coimbra, por ser esta cidade, nas palavras de Paulo Sucena, «o exemplo flagrante do favorecimento do ensino privado em detrimento do ensino público.»

## Forum de Almada O Natal das crianças

Durante o mês de Dezembro, a Câmara Municipal de Almada organiza, no Forum Municipal Romeu Correia, um programa dedicado ao Natal e destinado aos mais jovens.

No sector Infante-Juvenil do Forum têm lugar, até ao fim deste mês, as mais diversas actividades.

Até dia 29, entre as 15 e as 17 horas, é hora dos «momentos de poesia», seguindo-se o *atelier* de expressão «brincar com a cera», no qual as crianças a partir dos quatro anos de idade podem, através de cera moldável, criar objectos alusivos ao tema que foi recitado.

Entretanto, na sala do conto, há histórias de Natal, enquanto no *atelier* de expressão as crianças tomam contacto com novos materiais para criarem enfeites para a decoração da árvore de Natal.

A «hora do vídeo» e a leitura de histórias de Natal são outras das actividades implementadas. Entre as histórias contam-se a «Noite de Natal» de Sophia de Mello Breyner, «O melhor Natal de António», de Mónica Leal da Silva e Fernando Villas Boas, «Um cântico de Natal» de Char-

les Dickens, «Bom Natal, Pai Natal» de José Jorge Letria e o «Presente dos Reis Magos» de O. Henry.

Outras iniciativas, como o «prazer de ler em grupo, uma canção ao fim do dia» e «cartas aos avós», acontecem todos os dias. Na iniciativa «cartas aos avós», as crianças e os seus avós participam juntas na realização de cartões de Natal. O objectivo é que estas duas gerações passem mais tempo a conviver.

Entre Dezembro e Janeiro, o auditório do Forum Municipal será palco de sessões de Teatro para a Infância, com a «História da Princesa, Minha Menina Majestade», da autoria de José Jorge Duarte.

O sector Infante-Juvenil da Biblioteca Municipal levou entretanto a cabo uma iniciativa de recolha de livros, jogos e brinquedos para distribuir pelas crianças carenciadas.

No pólo da Biblioteca da Cova da Piedade, freguesia do concelho de Almada, decorre o projecto «Sozinho em casa. Não!». Aos sábados de manhã, os pais podem deixar aí os seus filhos a ler, desenhar, pintar, jogar ou ver um vídeo.



## NACIONAL



Uma delegação do PCP, com Francisco Lopes, recebida pelo ministro adjunto

## 58 mil assinaturas pela redução das tarifas da EDP

Um abaixo-assinado com 58 mil assinaturas, reclamando uma redução das tarifas da electricidade em 15%, foi entregue na residência oficial do primeiro-ministro, por uma delegação do PCP.

Uma delegação do PCP, que integrava Francisco Lopes, membro da Comissão Política, e ainda Alexandre Teixeira, Rego Antunes e Idália Martins, foi recebida pelo ministro adjunto José Sócrates, dia 18.

Em nota do Gabinete de Imprensa, o PCP lembra que é no seguimento de uma iniciativa dos comunistas que se vai concretizar, pela primeira vez, uma redução das tarifas da electricidade para os consumidores domésticos.

Escandaloso é, entretanto, sublinha a nota, «que esta redução se tenha limitado apenas a 4,7% para os consumidores domésticos, que representam a quase totalidade da população

portuguesa e que desde já se queira impedir a redução de tarifas no final de 1999».

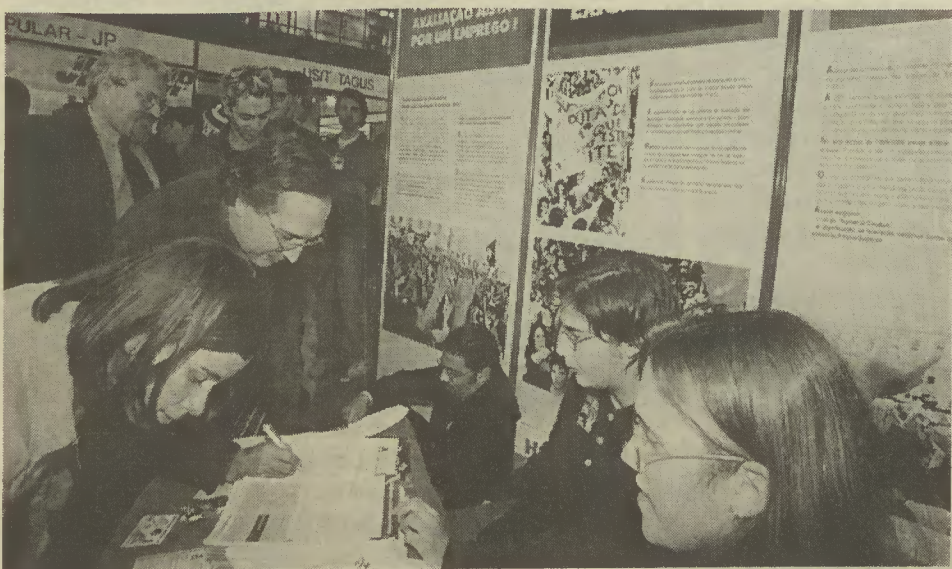
Uma situação só possível pela cedência «às pressões dos grupos económicos e financeiros que crescentemente controlam a EDP, com a sua privatização».

O PCP lembra ainda que «as tarifas da electricidade continuam a ser as mais elevadas da Europa e a EDP teve 283 milhões de contos de lucro nos últimos quatro anos e prevê 120 milhões de contos para 1998». O que comprova a possibilidade de «promover uma mais significativa e continuada baixa de tarifas, sem pôr em causa a estabilidade económi-

ca e financeira da empresa, o seu autofinanciamento e a melhoria da qualidade de serviço».

O PCP considera que, com as actuais tarifas, o povo português «não está apenas a pagar o serviço de electricidade, está a pagar uma taxa para a especulação bolsista» e defende que a EDP deve ser uma empresa de serviços públicos, e não «um aspirador dos orçamentos das famílias, para transferir recursos para os lucros dos grupos económicos e financeiros».

A concluir, a nota do Gabinete de Imprensa sublinha o elevado número de assinaturas recolhidas, «significativo da opinião existente sobre a injustiça das tarifas da electricidade e do apoio à sua baixa significativa, cuja exigência vai continuar».



## Forum Estudante Carvalhas na FIL com JCP

Acompanhado de uma delegação da JCP, Carlos Carvalhas visitou, na tarde de dia 17, o «Forum Estudante/Juventude 98», na Feira Internacional de Lisboa.

O secretário-geral do PCP esteve, naturalmente, no stand da Juventude Comunista, onde se destacavam as exigências *Pela Educação; Por uma avaliação justa, Por um emprego*, de par de referências concretas à luta contra o *numerus clausus*.

A «Forum Estudante/Juventude 98», que decorreu entre os dias 13 e 17 de Dezembro, é uma iniciativa do CUPAV - Centro Universitário Padre

António Vieira, que se realiza de dois em dois anos.

O objectivo, segundo os seus organizadores, é promover o contacto dos jovens/estudantes com as diversas áreas profissionais e de formação pré-profissional.

A Exposição possibilita ainda aos jovens um intercâmbio e acesso a várias manifestações de arte e cultura.

A edição de 98 seguiu os mesmos moldes das anteriores, tendo entretanto sido introduzido o tema «Criatividade e inovação».

## INTERNACIONAL

## EUA Clinton mais perto da destituição

O futuro de Bill Clinton está nas mãos do Senado norte-americano. A Câmara dos Representantes votou a destituição do Presidente, na sessão de sábado, aprovando duas das quatro acusações a Clinton: perjúrio no Grande Júri Federal (228 votos a favor e 206 contra) e obstrução à justiça (221 a favor e 212 contra).

A acusação de alegado perjúrio no depoimento do caso de assédio sexual a Paula Jones foi recusada com 229 votos contra e 205 a favor, bem como a de abuso de poder (com 248 contra e 127 a favor).

Clinton não se dá por vencido e afirma que ocupará o cargo «até à última hora do último dia» do seu mandato. Isto significa que a hipótese de demissão é posta de lado e que só lhe resta ser julgado pelos 100 membros do Senado. Para ser condenado é preciso haver uma maioria de dois terços, número difícil de alcançar dado que o Senado que irá tomar posse a 6 de Janeiro é constituído por 55 republicanos e 45 democratas.

Discursando junto dos 200 deputados democratas da Câmara dos Representantes, o Presidente americano apelou ao fim da «política da destruição pessoal». O líder da sua bancada, David Bonior, tinha antes referido a recente

vitória do Partido Democrata no escrutínio para o Senado: «As eleições foram claras. O povo quer que este Presidente termine o seu mandato e quer saber por que é que esta maioria (os republicanos)

quer anular as eleições».

Antes da votação, o recém-nomeado porta-voz do Partido Republicano na Câmara dos Representantes anunciou a sua demissão devido a confessadas relações extracongugais que manteve no passado. Bob Livingston defendeu a demissão de Clinton e anunciou a sua saída do hemiciclo depois dos democratas gritarem «Demita-se você!». Numa decisão surpreendente, foi isso que ele fez: «Só o posso desafiar desta maneira, se estiver preparado para respeitar as minhas próprias palavras.»

Os republicanos mostram assim que a destituição de Clinton não está relacionado com a violação de leis ou com o seu comportamento político, mas sim com as aventuras sexuais do Presidente e a sua alegada «imoralidade». Não se trata de perjúrio e obstrução à justiça, mas da condenação do comportamento sexual de Clinton.

## Chile Pinochet recupera imunidade

O Comité de Apelação do Câmara dos Lordes decidiu por unanimidade anular a declaração do Comité Judicial que retirara a imunidade a Pinochet. Esta resolução - sem precedentes na história da Grã-Bretanha - surgiu na semana passada como resposta às acusações dos advogados do antigo ditador chileno contra a falta de neutralidade do Lord Leonard Hoffmann devido às suas ligações com a Amnistia Internacional.

Lord Browne-Wilkinson resumiu a situação: «Nas circunstâncias especiais deste caso - incluindo o facto de a Amnistia Internacional se ter unido a ele (Hoffmann) no papel de interveniente e ter actuado por meio de advogado - Lord Hoffmann, que não revelou a sua relação, não estava em condições para formar parte do comité de apelação.»

O comité deve voltar a pronunciar-se a 18 de Janeiro. Até lá fica suspensa a autorização do ministro do Interior britânico para a abertura do processo de extradição de Pinochet para Espanha.

Reagindo à nova declaração dos Lordes, a vice-presidente do Grupo de Familiares de Presos Desaparecidos, Viviana Díaz, declarou que a imunidade não justifica as violações dos direitos humanos. A Amnistia Internacional, por seu lado, afirmou que «continua a instar os Estados a cumprir as suas obrigações de investigar e levar perante a justiça os acusados de tortura e crimes contra a humanidade».

Com esta decisão, o antigo ditador e actual senador chileno recupera a imunidade soberana reconhecida pelo Tribunal de Londres em 28 de Outubro, mas continua a viver em regime de detenção vigiada.

Entretanto, o governo chileno anunciou a

contratação de um advogado que intervirá nas novas discussões sobre a imunidade de Pinochet. Esta defesa centrar-se-á no princípio de territorialidade da aplicação da justiça e propõe o julgamento do ditador no Chile, ao contrário dos outros advogados que tentam justificar os delitos cometidos pelo senador.

Nas palavras do Presidente Eduardo Frei, trata-se de pôr «fim a esta situação e permitir

## Cronologia

**9 de Outubro** - Pinochet dá entrada num hospital londrino para ser operado a uma hérnia.

**16 de Outubro** - Pinochet é detido por ordem do juiz espanhol Baltasar Garzón, acusado do assassinato de espanhóis no Chile entre 1973 e 1983.

**28 de Outubro** - O Tribunal Superior de Londres pronuncia que Pinochet «tem direito à imunidade como ex-chefe de Estado».

**25 de Novembro** - O Comité Judicial da Câmara dos Lordes pronuncia-se contra a imunidade do antigo ditador.

**9 de Dezembro** - O ministro do Interior britânico, Jack Straw, aprova a extradição de Pinochet para Espanha.

**10 de Dezembro** - A Câmara dos Lordes aceita estudar a petição da defesa de Pinochet para a revisão da decisão do Comité Judicial.

**11 de Dezembro** - Pinochet comparece pela primeira vez perante um tribunal de Londres.

**17 de Dezembro** - A Câmara dos Lordes anula a retirada de imunidade a Pinochet.

que o senador Pinochet regresse ao Chile e que os chilenos tratem dos seus próprios assuntos».

As medidas do Chile não se ficam por aqui. O presidente do Senado, Andrés Zaldívar, visitou Espanha e pediu ao primeiro-ministro José María Aznar para permitir que seja um comité internacional de justiça a decidir que país e que instituição é competente para julgar Pinochet. O ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol respondeu que está disposto «a estudar e aprofundar a proposta».



# Ataque ao Iraque

## Árabes revoltados contra EUA

A operação «Raposa do Deserto» durou quatro dias e provocou mais de 70 mortos. Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha mostraram o seu poderio e atacaram o Iraque à margem de qualquer decisão do Conselho de Segurança da ONU.

Durante quatro dias, as forças norte-americanas e britânicas bombardearam o Iraque. Para Bill Clinton e Tony Blair o objetivo foi alcançado: reduzir a capacidade iraquiana de ameaçar os seus vizinhos com armas químicas e biológicas.

A defesa aérea iraquiana, os centros de comando e controlo, a sede do Partido Baas, a força de elite Guarda Republicana, vários palácios presidenciais, instalações governamentais e dos serviços secretos foram atingidos. Mas também foram destruídos vários hospitais, centros de saúde e zonas de habitação em Bagdad e noutras cidades.

«Enquanto Saddam estiver no poder, continua a ser uma ameaça», afirmou Clinton no domingo, depois de ter anunciado o fim da operação militar, acrescentando que «ficaremos vigilantes e

prontos a usar a força». Isto significa que ataques como este podem repetir-se, mesmo sem o consentimento do Conselho de Segurança da ONU.

Para Clinton, a autorização não é necessária. Nas suas palavras, os ataques foram legitimados pela advertência que dirigiu às autoridades iraquianas durante a crise de Novembro, em que explicou que anularia o ataque mas que da próxima vez actuaria sem avisar.

### Ataques versus destituição

Os ataques – em que se verificou uma vantagem militar gigantesca dos americanos e britânicos sobre os iraquianos – foram criticados por inúmeras organizações e vários países. Os vizinhos do

Iraque (que Clinton diz pretender defender) foram os maiores contestatários da operação. Em todo o mundo árabe realizaram-se manifestações de protesto contra os EUA, alcançando por vezes níveis de grande violência.

Na Síria, a embaixada americana foi atacada, um automóvel diplomático foi destruído junto à representação britânica e livros da escola americana foram queimados. Na Cisjordânia, jovens palestinos saíram à rua e envolveram-se em confrontos com o exército israelita, de que resultou um morto e dezenas de feridos.

A Rússia, a China, a França e a Itália foram dos países que se mostraram mais descontentes com os ataques. «Não existe qualquer desculpa ou pretexto para utilizar a força contra o Iraque», afirmou o representante chinês na ONU. Esta «não terá apenas graves consequências para a aplicação das resoluções do Conselho de Segurança, mas constitui uma ameaça para a paz internacional e para a segurança regional».

Na Rússia, o parlamento considerou os ataques um caso de «terrorismo internacional», decidindo congelar a ratificação do

acordo de armas nucleares Start II, pedir um aumento do orçamento militar e apelar à revisão das relações com os EUA.

O primeiro-ministro italiano criticou duramente a operação militar e apontou como prioridade «devolver às Nações Unidas o papel protagonista». A França, por seu lado, não condenou nem apoiou directamente os ataques, mas referiu o sofrimento da população iraquiana.

Para muitos a «Raposa do Deserto» foi uma operação de diversão dirigida à Câmara dos Representantes e ao eleitorado americano. Os ataques iniciaram-se na véspera da data prevista para o início da discussão sobre a destituição de Clinton, mais tarde adiada para sábado. Clinton justifica-se dizendo que a operação militar tinha de ser feita antes do Ramadão, mas a verdade é que o mês sagrado muçulmano já tinha começado no Iraque e as bombas continuavam a ser lançadas.

## As palavras do «dono do planeta»

Por muito veementes que sejam as críticas internacionais à operação «Raposa no Deserto», Bill Clinton não lhes dá ouvidos. O que, de resto, não constitui surpresa para ninguém. Se alguém tinha dúvidas disso, elas dissiparam-se ainda antes dos ataques ao Iraque com um discurso proferido pelo presidente americano em meados de Novembro.

«Quem manda aqui neste planeta sou eu e mais ninguém. Para a próxima já sabem: seja o Saddam Hussein ou outro qualquer que me queira estragar o fim-de-semana, disparo sem pedir licença à ONU e toma - lá vai míssil à hora do telejornal de maior audiência, sem direito a indemnização, porque o Saddam e os iraquianos não são a Monica Lewinsky.»

Comentários para quê?

## Cronologia

**23 de Fevereiro**- O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, consegue um acordo com o governo iraquiano, resolvendo momentaneamente a crise com uma promessa de esforços para revogação das sanções.

**5 de Agosto**- O Iraque anuncia o corte de relações com os inspectores de armas, invocando falta de medidas no sentido da revogação das sanções. Mantém-se apenas a vigilância a longo prazo.

**30 de Outubro**- O Conselho de Segurança da ONU oferece uma ampla revisão do programa de inspecção de armas para demover o Iraque, mas rejeita a exigência de que essa revisão levará à revogação das sanções.

**31 de Outubro**- O Iraque impede o trabalho dos monitores

da ONU. Washington e Londres advertem de ataques militares possíveis como meio de forçar a cooperação pelo Iraque.

**11 de Novembro**- A ONU começa a retirar a maioria do seu pessoal em Bagdad, incluindo inspectores de armamentos e alguns funcionários humanitários.

**14 de Novembro**- Bill Clinton ordena bombardeamentos aéreos contra o Iraque, anulando depois a operação em face de um aparente retrocesso de Bagdad. O Iraque anuncia o reatamento sem condições da cooperação com os inspectores da UNSCOM.

**18 de Novembro**- A UNSCOM retoma as inspecções.

**30 de Novembro**- A ONU indica que o Iraque não lhe entregou no prazo imposto um importante dossier com informações sobre o seu stock de armas químicas. No dia seguinte, Bagdad reitera a sua recusa em entregar esse documento.

**9 de Dezembro**- Peritos da UNSCOM são impedidos de entrar na sede do partido Baas, em Bagdad.

**14 de Dezembro**- Os peritos da UNSCOM deixam o Iraque depois de uma última série de inspecções-surpresa «intensivas», prévia à apresentação do relatório de Richard Butler no Conselho de Segurança.

**16 de Dezembro**- Os EUA e a Grã-Bretanha iniciam a operação «Raposa do Deserto» contra o Iraque.

**19 de Dezembro**- Bill Clinton anuncia o fim dos ataques.



Civis iraquianos a sair dos bunkers

## Comunistas iraquianos defendem solução política

O Partido Comunista Iraquiano condena o ataque americano e britânico e defende o seu fim imediato, apelando a uma saída política para o conflito que obrigue Saddam Hussein a cumprir os seus compromissos e as resoluções do Conselho de Segurança da ONU.

Os comunistas iraquianos condenam igualmente «a atitude negligente do ditador enquanto a segurança e os destinos da população» são postos em causa. «Cabe-lhe a maior responsabilidade ao expor o povo e o país a este perigo», afirma o PCI numa comunicado.

Ao mesmo tempo, chama a atenção para «o longo sofrimento do nosso povo, a primeira e a

principal vítima da agressão americana e da política criminosa de Saddam Hussein» e apela aos iraquianos para se prepararem para defender os seus interesses e direitos face à ofensiva militar e à repressão do ditador.

«Este é um momento histórico que requer a participação das forças de oposição iraquianas, com todas as suas tendências democráticas, nacionais e islâmicas. Estas devem encontrar-se imediatamente, de forma a conduzir um diálogo sério para coordenar os seus esforços e mobilizar as suas potencialidades contra a agressão americana, o bloqueio económico e a ditadura», sublinha o PCI.

## Mais francesas no poder

A Assembleia Nacional francesa aprovou na semana passada por unanimidade uma modificação da Constituição que afirma o princípio de igualdade para as mulheres no acesso a cargos públicos ou eleitos. A revisão não especifica como é que na prática se vão operar mudanças, mas, como sublinhou a ministra da Justiça, Elisabeth Guigou, tem um «enorme valor simbólico». Em França, a representação feminina nos órgãos de poder é a segunda mais reduzida da União Europeia. Apenas 11 por cento dos membros da Assembleia Nacional, seis por cento do Senado e oito por cento das Câmaras Municipais são mulheres.

## Itália liberta líder curdo

O Tribunal de Recursos de Roma decidiu, na semana passada, libertar o líder do Partido Curdo dos Trabalhadores, Abdullah Ocalan, com base na substituição do mandado de captura emitido pelas autoridades alemãs por outro que não inclui o pedido de extradição. Ocalan pode agora deixar a sua residência, onde permanecia vigiado desde 20 de Novembro. Segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, o líder curdo será julgado em Itália ou expulso. «As opções que temos são explorar a possibilidade de julgar Ocalan em Itália ou, de outra forma, só nos resta a solução de expulsão, dado que Ocalan entrou ilegalmente em Itália», declarou Lamberto Dini.

## Alta taxa de mortalidade infantil no Brasil

A Unicef, num relatório sobre a infância brasileira divulgado recentemente, criticou a política económica conduzida no país e recomendou ao governo que não faça cortes orçamentais nos programas sociais. A sua taxa de mortalidade de 37 crianças por mil é mais elevada do que em países com rendimento per capita inferior. Um dos factos apontados pela Unicef é o rendimento nacional estar excessivamente concentrado. Cerca de 40 por cento da população mais pobre possui 9 por cento do rendimento, ao passo que um por cento das camadas mais ricas tem 14 por cento. O grande nível de mortalidade materna (de 161 por cada 100 mil) foi também sublinhado.

## PCP contra ataques

A Comissão Política do PCP condenou a operação «Raposa do Deserto», considerando que os ataques constituem «uma grosseira violação da soberania iraquiana e do direito internacional».

Exigindo o seu imediato cancelamento, a CC afirma que «esta agressão causará novas destruições, provocará mais mortes e deixará o povo iraquiano, já martirizado pelo embargo, em terríveis condições de sobrevivência».

«Trata-se, além do mais, de uma agressão decidida de um modo totalmente unilateral, sem ter sequer a cobertura da ONU e do seu Conselho de Segurança, e significativamente desencadeada na véspera de uma votação decisiva sobre o processo de destituição do presidente dos EUA, deixando os povos e os países do mundo à mercê destas potências imperialistas», refere a Comissão Política numa nota à comunicação social.

A CC sublinha ainda a dupla estratégia dos Estados Unidos na região, onde «Israel continua a violar há duas décadas de anos várias resoluções da ONU e a ocupar militarmente territórios palestinos». O PCP considera que «é fundamental um novo esforço político-diplomático com vista à solução global do problema do Médio Oriente» que passa pelo «fim do embargo ao Iraque, pelo reconhecimento inequívoco dos direitos nacionais do povo palestino, pelo respeito das opções soberanas de cada povo e país».

Quanto a Portugal, a Comissão Política defende que a única posição digna deverá ser a firme condenação da acção militar em todas as instâncias em que participa e a recusa de envolvimento directo do país nas acções dos EUA, nomeadamente através da utilização da base aérea das Lajes.



# O Natal negro das multinacionais

Texto  
Carlos Nabais  
Fotos  
João António

**N**os últimos meses, já a entrar na quadra natalícia, a opinião pública portuguesa foi surpreendida com a notícia de mais cerca de 800 despedimentos consumados em resultado do encerramento de duas fábricas no norte – a Tisep e a Longa Vida, dominadas respectivamente pelas multinacionais Texas Instruments/Samsung e Nestlé. Entretanto, outras empresas estrangeiras anunciaram a intenção de despedir trabalhadores, ou vender as suas posições em Portugal. É o caso da Ford Electrónica e da Yazaki Saltano, esta última com fábricas em Ovar e Vila Nova de Gaia, onde pretende extinguir cerca de mil operários. A Ford Electrónica, em Palmela, emprega dois mil trabalhadores e propôs rescisões a cerca de 100 operárias afectadas com a doença profissional da tendinite. Por último, a Siemens divulgou a sua intenção de vender as unidades que possui em Portugal.

Na sua maioria são empresas do sector eléctrico que se dedicam ao fabrico de semicondutores, cablagens e componentes electrónicos. Todas alegam «perdas de competitividade» e evocam a crise asiática para justificar a saída do nosso país, em busca de mão-de-obra mais barata, quiçá na América Latina, no Leste europeu ou na Ásia. Perante a passividade do Governo, que não soube ou não quis salvaguardar os interesses nacionais, deixam atrás de si um rasto de desempregados, condenados para a vida ao biscate ou a trabalhos precários mal remunerados.

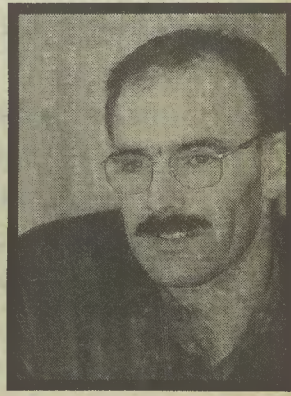
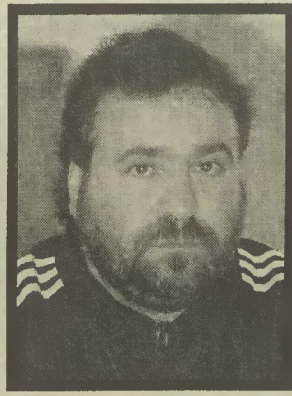
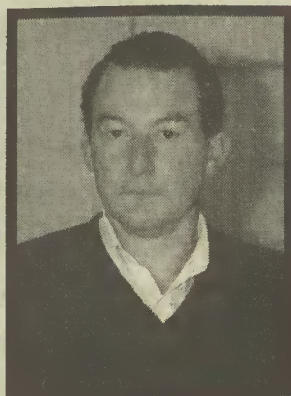
Novos de mais para a reforma, velhos de mais para arranjam emprego estável e com direitos, vêm a fábrica desaparecer e com ela a utilidade de tudo aquilo que aprenderam ao longo de muitos anos e que fazia deles operários especializados, com salários acima da média e uma vida confortável, invejável para muitos trabalhadores de outros sectores.

O que acima se disse aplica-se particularmente aos cerca de 740 trabalhadores da Tisep, fábrica de semicondutores, instalada na

Maia há 25 anos. O seu inesperado encerramento suscita as mais diversas questões sobre a forma como as multinacionais actuam em Portugal, onde parecem estar acima de qualquer obrigação de ordem social, política ou económica, sempre prontas a levantar a tenda quando «deixa de dar num sítio» e procurar outro oásis de assalariados a baixo custo.

No Porto, o *Avante!* procurou saber mais sobre a Tisep e sobre o drama dos trabalhadores. Contando com a valiosa ajuda da camarada Lurdes, da DORP do PCP, a nossa reportagem falou com Daniel Sampaio, coordenador do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Norte, e com Joaquim Gaspar, coordenador do sector dos fabricantes de material eléctrico do STIEN.

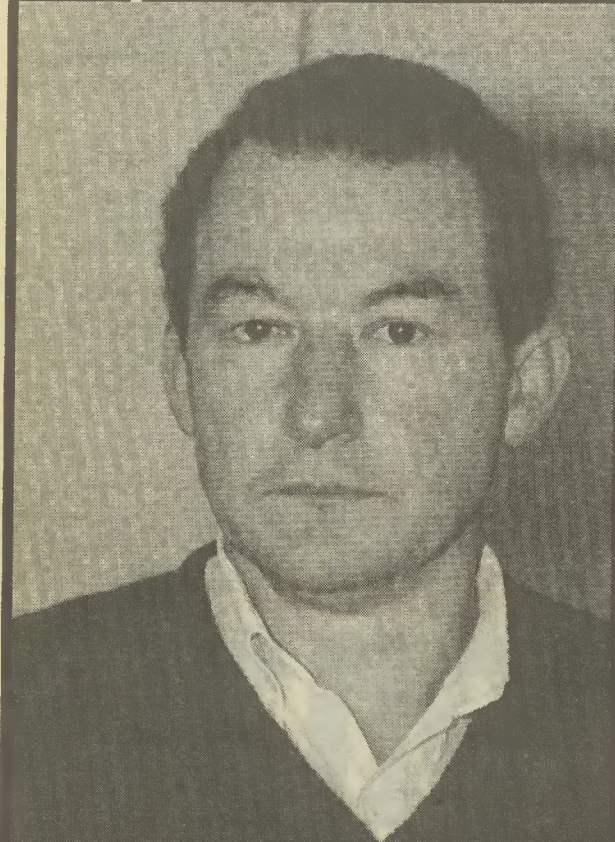
Obtivemos ainda testemunhos de cinco trabalhadores da Tisep que aceitaram falar, ao nosso jornal, da sua situação pessoal, afinal comum a muitas camaradas seus para quem o Natal de 1998 significou o início de um futuro incerto e amargo.



# ou o desemprego para a vida



## Depoimentos



## José Vieira 45 anos, trabalhador da Texas há 18 anos

Começou a trabalhar aos doze anos e com 27 anos foi para a Texas Instruments. Hoje era verificador de qualidade dos *chips* - circuitos integrados - que a fábrica produzia. Com apenas a quarta classe, tinha um salário-base superior a 130 contos, ao qual somava mais 50 por cento de complemento nocturno, o que lhe garantia cerca de 180 contos mensais. «E eu era o que ganhava menos dos meus colegas», mas mesmo assim «estava todo contente porque pensava que ia ficar ali».

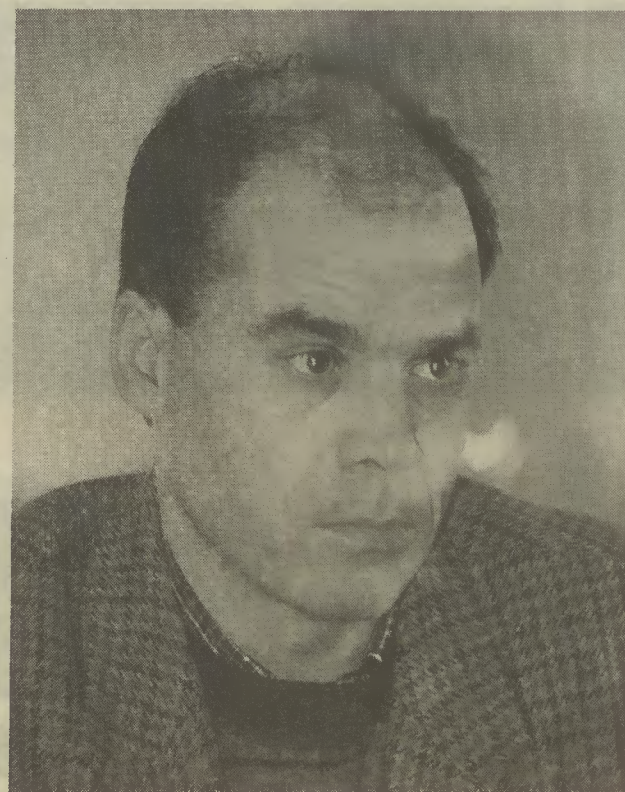
Ao longo deste tempo, afirma, todos os anos se falava em crises, mas em 1992 «a coisa esteve por um fio». Até teria sido melhor ser despedido na altura: «sempre era mais novo e provavelmente hoje já tinha o meu problema resolvido porque havia mais emprego».

Fala da Texas com revolta, recorda as pressões dos chefes e a discriminação a que foi sujeito por ser delegado sindical. «Ali funcionava a política do estáscalo-ou-és-castigado. Eu estive cinco anos sem ser aumentado e tinha colegas a fazerem o mesmo que eu a ganharem quase o dobro.» Assim o pessoal mantinha-se calado, mas roído por dentro. A prova é que, há dias, tiveram de cancelar o jantar de homenagem ao director porque só se inscreveram 10 pessoas.

A esposa de José Vieira perdeu o emprego que tinha na Lionesa, empresa têxtil de Leça do Balio. A sua filha tem contrato como caixa do Continente que caduca em 24 de Dezembro. O Natal, diz, sem conseguir disfarçar a tristeza no olhar, «vou passar bem, obrigado...».

A Texas Instruments instalou-se no concelho da Maia em 1973 com capital exclusivamente americano. Em 1991, surgem dúvidas sobre a viabilidade da empresa e pela primeira vez é

anunciado o seu encerramento. Foi então encontrado um parceiro estratégico - a sul-coreana Samsung - com o qual foi criada uma *joint-venture* que adoptou as iniciais Tisep (Texas Instruments - Samsung, Electrónica Portugal). Em 1995, ainda sob mandato do PSD, o Governo estabeleceu com a empresa um contrato estruturante de 10,4 milhões de contos, dos quais 20 por cento eram investimento do Estado a fundo perdido, outros 20 por cento dados em benefícios fiscais e como ajuda para a formação profissional. Ao todo, o Estado português deu mais de quatro milhões de contos à Tisep, num contrato de investimento previsto durar até Dezembro de 2004. Porém, no dia 19 de Novembro, a empresa rompe unilateralmente o acordo e



anuncia a decisão irrevogável de encerrar. Estranhamente, não se registou qualquer agitação ou movimento de protesto no seio dos trabalhadores, o que na opinião de Daniel Sampaio resultou de uma fria estratégia seguida quer pela administração quer pelo Governo que desde o início tudo fizeram para que o caso passasse despercebido, sem grande barulho. «O Sindicato tentou juntar os trabalhadores apelando para que lutassem em defesa dos seus postos de trabalho. Fizemos um plenário com os três turnos, onde foi decidido lançar um abaixo-assinado a ser entregue ao Ministério da Economia por uma delegação alargada de trabalhadores. Falava-se já levar três ou quatro autocarros a Lisboa.» Mas acabou por não acontecer. O abaixo-assinado não circulou entre os

trabalhadores, já que os próprios delegados sindicais foram convencidos de que tal podia ter consequências negativas na negociação do despedimento colectivo. Segundo explica Daniel Sampaio, a administração da empresa fez saber de imediato que estava disposta a pagar indemnizações muito acima dos valores legais, o que teve um efeito desmobilizador. Depois, a fraca estrutura sindical existente na Texas foi ultrapassada nas negociações por uma comissão *ad-hoc*, constituída por quadros médios e superiores, que passou de facto a liderar o processo. «Os quadros bem pagos viram na rescisão uma boa oportunidade e souberam contornar a voz dos trabalhadores que podiam dar corpo às exigências do Sindicato.»

### Daniel Sampaio

«O Governo não estava interessado no protesto dos trabalhadores, porque o encerramento da Tisep é mais uma prova de que as políticas seguidas no campo económico constituem um rotundo falhanço»

### Joaquim Gaspar

«Procuraram fazer crer que estão todos no mesmo barco, mas uns viajam em 1.ª classe, junto aos salva-vidas, e outros estão no porão afundado-se com o navio»

# O Natal negro das multinacionais

encontrar novo emprego. De resto, a própria Tisep contratou uma empresa que garante empregos a pelo menos 70 por cento dos quadros. É por isso que apesar de aparentemente todos estarem no mesmo

Está tudo nas actas da negociação», afirma indignado, sobretudo porque os trabalhadores não foram ouvidos, nem lhes foi dada a possibilidade de discutirem a proposta da empresa.

### Todos no mesmo barco...

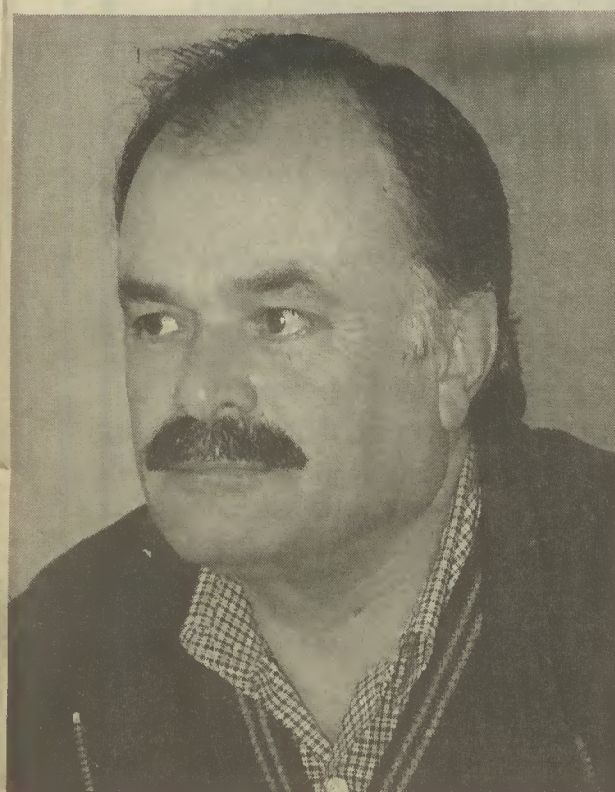
Com um nível etário médio de 41 anos e poucas habilitações, que em geral não vão além da quarta ou sexta classe, a maioria dos operários irá engrossar a lista de desempregados. Apesar do seu alto grau de especialização, não existe no país outra empresa congénere capaz de aproveitar este conhecimento e experiência acumulados. Para Joaquim Gaspar, «o Estado deveria ter acautelado os interesses dos trabalhadores, obrigando a empresa a criar uma mais-valia tecnológica para o país». Outra situação têm os quadros médios e superiores da empresa. Para além das substanciais indemnizações que irão receber, na ordem das dezenas de milhares de contos, têm mais facilidade em

barco, a verdade é que «uns viajam em primeira classe, junto aos salva-vidas, e outros viajam no porão, afundando-se com o navio».

Sobre o resultado obtido, Joaquim Gaspar diz que «não é bom nem é mau», mas considera que «era possível terido muito mais longe», sublinhando que a referida comissão deu por terminada a negociação antes de terminar o prazo legal de 30 dias, sem conhecer sequer o conteúdo do contrato firmado entre o Estado e a Tisep, o qual pode ter cláusulas favoráveis aos empregados. Nisto o ministro da Economia também é culpado porque só agora parece disposto a revelar ao Sindicato o texto exacto do contrato. «Foi um autêntico acordo de cavalheiros, com as partes a congratularem-se mutuamente, pela forma civilizada como decorreram as negociações.

### O falhanço das políticas económicas

Quanto ao executivo PS, Daniel Sampaio insiste em atribuir-lhe grandes responsabilidades. «O Governo não está interessado em que os trabalhadores reclamem os seus postos de trabalho. Aproxima-se um ano de eleições e o encerramento da Tisep é mais uma prova de que as políticas seguidas no campo económico, de cedência às multinacionais, constituem um rotundo falhanço. «Na nossa opinião, podiam ter sido feitas mais exigências à Texas e à Samsung, uma vez que não existem razões suficientes e objectivas, mesmo do ponto de vista legal, para abandonarem a laboração da empresa e rescindirem os vínculos laborais. O próprio Governo se mostrou surpreendido com o anúncio de encerramento e, sendo assim,



## Depoimentos



## Fátima Antunes 40 anos, trabalhadora da Texas há 15 anos

Fátima Antunes era operadora na manufactura e está convencida de que a única razão que levou a Texas a encerrar a fábrica em Portugal é porque pretende ter lucros maiores noutros países. Revela que no seu local de trabalho já viu máquinas embaladas para o México, Malásia e Coreia do Sul.

Conhecedora dos métodos da empresa e do «poder emocional» que tinha sobre os trabalhadores, relata um episódio que ainda hoje «não lhe cabe na cabeça»: «No dia 19 de Novembro, o Director convocou todos os trabalhadores, mesmo aqueles que estavam de baixa, para nos comunicar o despedimento colectivo. Fez um discurso rápido e sentido, daqueles que fazem as pessoas ter pena do carrasco. Perguntou se havia perguntas, alguém fez uma e encerrou logo a reunião, dispensando todos os trabalhadores para o fim-de-semana. Todos entraram e saíram ordeiramente, não houve um protesto. É absurdo que ele tenha conseguido anunciar a extinção de 740 postos de trabalho sem que ninguém protestasse. Nunca pensei que tal fosse possível.»

Com dois filhos, um rapaz de 21 anos e uma rapariga de 11 anos, com quem vive sozinha, diz que é uma lutadora mas confessa que está assustada. Sabe que precisa dos cerca de 150 contos mensais que ganhava para viver e não sabe como obtê-los fora da Texas.



## Isabel Macedo 41 anos, trabalhadora da Texas há 15 anos

Sente-se «revoltada e enganada». Em 1992, teve esperança e aceitou o novo horário de trabalho: «Deixámos de ter fins-de-semana em nome da viabilização da empresa, que nos garantiu a manutenção dos postos de trabalho até 2004. Houve pessoas que até compraram casas, pensando que tinham o salário certo.»

Isabel Macedo está melhor preparada que muitos dos seus colegas, tem o antigo sétimo ano dos liceus, e contava com isso para arranjar novo emprego. «Nas entrevistas que já fiz só me ofereceram 70 contos. Assim não aceito porque ganho mais com o subsídio de desemprego.»

Na Tisep, onde trabalhava no controlo de qualidade, ganhava cerca de 240 contos por mês. Recusa-se a assinar a rescisão de mútuo acordo e sublinha que nunca se sentiu representada pela comissão *ad-hoc* que negociou o despedimento colectivo. Contudo, reconhece, que «se estamos nesta situação, nós também fomos culpados, porque sempre nos acobardámos e tivemos medo».

# ou o desemprego para a vida



## Depoimentos



## Abílio Martins

43 anos,  
trabalhador da Texas  
há 25 anos

Entrou para a empresa com 18 anos, depois de ter trabalhado como canalizador, profissão esquecida que hoje de nada lhe vale. Cursos, tal como todos os colegas da Texas, tem vários, todos eles muito especializados, mas sem valor cá fora.

«O Governo esqueceu-se dos trabalhadores e só pensa em recuperar a sua garantia bancária», dizem, preocupado com o seu filho de 16 anos, por causa de quem deixou de fazer horas extraordinárias, vai para 12 anos. «Num domingo, em que tive de ir trabalhar, o meu filho, ainda pequeno, disse-me: “Pai, só trabalhar, só trabalhar, temos de passear.” Desde então nunca mais fiz horas extraordinárias.»

No entanto, o novo horário privou-o também dos fins-de-semana e feriados, tudo em benefício da empresa. «Era preciso, e agora dão-nos meia dúzia de milhares de contos que não nos vai resolver absolutamente nada.»

Receia, no futuro, de não poder garantir ao seu filho o mesmo nível de vida de agora e pensa já na reforma: «Ao fim de 25 anos de descontos, quando chegar a idade vou ter uma reforma de miséria, devido a esta lei em que só conta a média dos dez melhores anos de salários dos últimos quinze.»

# O Natal negro

## das multinacionais

terá obrigatoriamente de pensar como o Sindicato.»

Todavia, em vez de exigir o cumprimento do contrato firmado em 1995, o Ministério da Economia limitou-se a assegurar a opinião pública que os interesses do Estado estavam salvaguardados. Revelou então a existência de uma garantia bancária de 2,2 milhões de contos, o que cobre cerca de metade dos benefícios dados à empresa, e que estava disposto a reclamar a devolução dos benefícios concedidos acrescidos dos respectivos juros.

Para Joaquim Gaspar, isso não basta porque «não se trata de um simples exercício contabilístico. Foi criada uma expectativa aos trabalhadores, que eram parte interessada no contrato, de que pelo menos até 2004 teriam os empregos assegurados. Tal não foi cumprido e as indemnizações prometidas não cobrem de forma alguma o rompimento desse compromisso».

### Um mau exemplo

O sector dos fabricantes de material eléctrico é dominado por meia dúzia de multinacionais, nomeadamente a Siemens, a Delphi, a Philips, a Yazaki, a UTA (United Technologies Automotive), a Grundig/Blaupunkt, a Ford Electrónica, para além da Texas Instruments/Samsung. No conjunto têm 17 fábricas em Portugal, concentradas sobretudo no Porto e em Lisboa, que empregam aproximadamente 65 por cento da mão-de-obra do sector, maioritariamente feminina, segundo indica um estudo da Federação dos Sindicatos das Indústrias Eléctricas de Portugal (FSTIEP).

A forma como se comportam em relação ao Governo, impondo condições leoninas para permanecerem em Portugal, é criticada pela Federação, que aponta ainda o elevado nível de precariedade, as violações aos direitos dos trabalhadores e todo o ambiente hostil à actividade sindical.

Neste contexto, Daniel Sampaio manifestou grandes preocupações porque teme que outras multinacionais sigam o mau exemplo da Texas, sabendo que não têm oposição por parte do Governo.

E motivos de apreensão não faltam. À instabilidade no complexo Grundig, o STIEN refere problemas na multinacional alemã Roederstein, que recusa reclassificar mais de 200 trabalhadores, sob ameaça de

fechar as portas se for obrigada a fazê-lo. Outras empresas, como a Yazaki, a Cablinal e a UTA, não só não cumprem o acordo do sector, como mantêm cerca de 40 por cento dos trabalhadores contratados a prazo, admitindo todos os anos centenas de pessoas para substituírem aqueles cujos contratos não são renovados. Nestas empresas, refere Joaquim Gaspar, o Sindicato teve de recorrer ao tribunal quer para instalar placards com informações sindicais, quer para obrigar as administrações a reconhecerem os delegados sindicais e a cederem instalações no interior da empresa.

### O perigo das tendinites

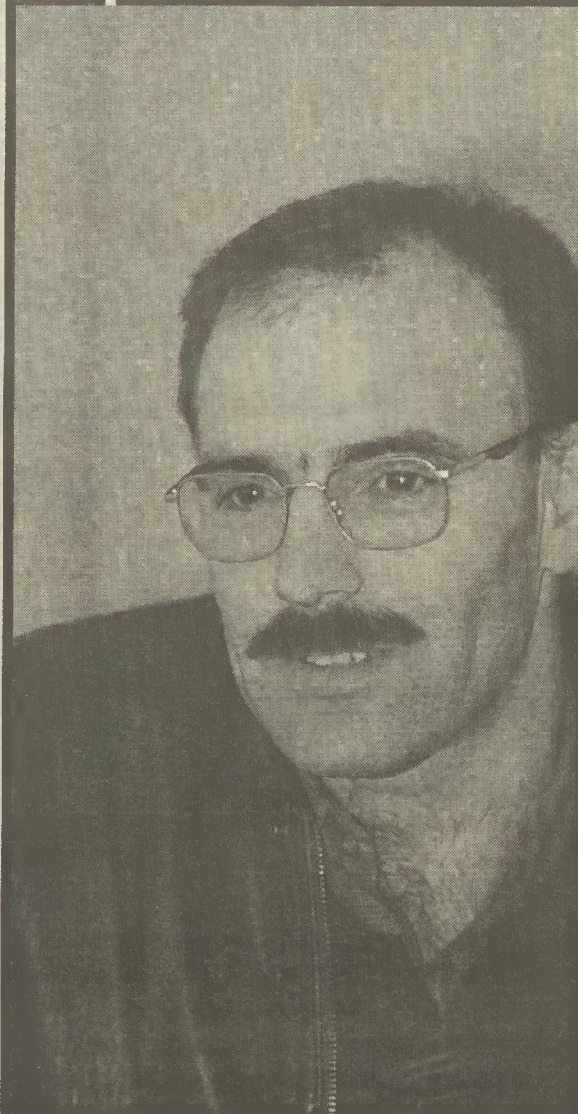
Por um momento, a doença da tendinite ficou conhecida devido à denúncia de muitas trabalhadoras da Ford Electrónica de Palmela, que processaram a empresa exigindo o pagamento de indemnizações. Contudo, ao contrário do que se possa supor, as tendinites não são uma doença nova, nem exclusiva daquela fábrica.

Como relatou Joaquim Gaspar, o STIEN há muito que vem alertando para esta doença, tendo já levado à Assembleia da República trabalhadoras afectadas de empresas do Norte. Por outro lado, o Sindicato consegue provar que se trata de facto de uma doença profissional e sustenta que as empresas deviam ser obrigadas a informar os trabalhadores dos seus sintomas e tomar medidas de prevenção.

Joaquim Gaspar vai mesmo ao ponto de identificar as fases de produção onde a doença se manifesta, designadamente no sector do enfitamento, em que o trabalhador repete o mesmo movimento quando enrola uma fita num cabo, e na colocação de conectores, em que é obrigado a fazer uma pressão manual.

A sintomatologia, diz, é sempre a mesma: «formigueiros nos dedos, que avançam depois para as mãos, dores nos pulsos, dores nos ombros, dores na coluna e depois está na parte final. Temos trabalhadoras que já não conseguem lavar a roupa, ou mesmo segurar um copo. Isto podia ser evitado se houvesse rotatividade dos trabalhadores, de modo a que ninguém permanecesse muito tempo naquelas tarefas e as empresas deviam tentar mecanizar estas operações».

## Depoimentos



## Manuel Graça

43 anos,  
trabalhador da Texas  
há 25 anos

Foi delegado sindical durante dez anos e esse facto valeu-lhe perseguições constantes por parte das chefias. Essa experiência deixou-o desiludido, sobretudo devido ao comportamento dos colegas.

«Nas reuniões e plenários tudo era combinado e acordado, depois passavam pelas chefias e mudavam de opinião, dando o dito por não dito.»

«Quando houve a mudança do horário, para a laboração contínua, chegámos a ter redes de bufos que sabotavam todo o trabalho informando a administração de tudo o que se dizia entre os trabalhadores. Hoje, estão como eu, estão no desemprego. É humilhante.»

Casado, com uma filha de treze anos, Manuel Graça tem consciência de que vai ter muita dificuldade em encontrar trabalho. Como muito dos seus colegas, deu à fábrica tudo o que tinha: «a empresa exigiu e nós demos». Abdicou da família aos fins-de-semana e feriados, mas pelo menos mantinha o emprego. Defende por isso que o Governo devia pressionar a empresa a pagar aos trabalhadores até 2004. «Se estamos num Estado de direito isso é o mínimo que nos podiam fazer!»



ALBANO NUNES

Membro do Secretariado do CC

# EUA: o problema

**É IMPOSSÍVEL não ver nos bombardeamentos dos EUA e da Grã-Bretanha no Iraque coincidências e cálculos de conjuntura ligados ao processo de destituição do Presidente dos EUA. Porém, o essencial não está aí, mas no carácter profundamente reaccionário e agressivo da política dos EUA e, em particular, numa nova e arrogante afirmação da liderança imperial que os EUA não querem sequer ver questionada. Trata-se também de um raro caso de contumácia: Bósnia, bombardeamentos ao Afeganistão e ao Sudão, Kosovo... um longo rosário de ilegalidades, arbitrariedades e crimes. Até quando?**

**1.** A verdade é que com a sua estratégia de precedentes e de factos consumados os EUA procuram banalizar e transformar numa espécie de direito consuetudinário a sua política imperial.

Da contestação e frontal violação da carta da ONU e do Direito Internacional, pretende passar a um profundo reordenamento jurídico visando dois objectivos centrais. O primeiro, consagrar a correlação de forças desfavorável resultante da desagregação da URSS e do socialismo como sistema mundial, ou seja, uma "nova ordem" que defenda o "status quo" frente à inevitável contra-ofensiva das forças do progresso social e da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos. O segundo, assegurar, em letra de forma, a centralidade e hegemonia dos EUA num novo sistema de relações internacionais, enquadrando em situação subalternizada outros imperialismos (as potências europeias no quadro da NATO e suas "parcerias", o Japão no quadro do Tratado nipo-americano), por forma a gerir em proveito próprio as contradições e os conflitos de interesse que - até pela crise económica que aí está - tendem a multiplicar-se e agudizar-se.

**2.** É a economia que está na base dos processos de fundo que determinam as grandes linhas de força que moldam o desenvolvimento mundial. É sabido, por exemplo, que a produção e comércio de armas, constituindo uma das mais tenebrosas malhas que o capital tece, é um dos mais chorudos e lucrativos negócios do mundo. Aliás, a indústria de armamentos participa em lugar de destaque na "guerra económica" que aí está e, tal como noutros ramos industriais, verifica-se uma onda de fusões - aquisições. Com o activo concurso do Estado (isenções fiscais, encomendas garantidas, mercados assegurados, etc.) os conglomerados do complexo militar-industrial tornam-se ainda mais poderosos, tudo indicando que o seu peso na formação da política das potências imperialistas tende a crescer. Os perigos que tudo isto encerra para a paz (e para a democracia, obviamente) são muito grandes.

"Agora que ganhamos a guerra fria, o mundo é nosso e a nossa economia pode começar a crescer", proclamava Bush na sequência da guerra do Golfo (1). A prática mostrou que tais proclamações, aliás solenemente repetidas pela administração norte-americana noutras ocasiões, eram para levar muito sério. Os EUA, o núcleo duro do sistema que existe para além das vicissitudes de conjuntura e certamente sobreviverá a um eventual afastamento do ultrafragilizado presidente de serviço, estão na verdade determinados em mobilizar a sua incontestável supremacia militar para que a "sua economia" cresça mesmo à custa de riscos de isolamento.

**3.** Em 1991, com a "Tempestade do Deserto", os EUA conseguiram arregimentar praticamente tudo, no campo dos seus "aliados" e não só. Tratou-se então de "forças multinacionais". Agora ficou praticamente só, com a Grã-Bretanha e pouco mais. O que mostra quanto o mundo mudou nos últimos anos. Incluindo no campo do imperialismo onde a liderança dos EUA é cada vez mais questionada e as suas "unilateralidade" e arrogância cada vez mais criticadas e rejeitadas.

Claro que não podemos deixar de ver, por exemplo, que as reacções na Europa da União Europeia, não obstante a demarcação da Itália e da França, são em geral singularmente frouxas, de explícita "compreensão" (apesar do enxovalho de nem sequer terem tido informação prévia) quando não de apoio claro e entusiástico, como no caso da vizinha Espanha. Destaque para a reacção da Alemanha, onde não podem deixar de anotar-se as declarações de "fidelidade e lealdade aos aliados" de Schroder e o "apoio político" do ministro da Defesa Rudolf Scharping. De qualquer modo as reacções "europeias" estão bem longe da ine-

quívoca condenação da Rússia, da China e do próprio Vaticano ("agressão"), talvez mais atento que noutras ocasiões aos sinais dos tempos. Mas não vão, em geral, ao ponto do explícito apoio do Japão que, não obstante as suas ambições no plano regional, se debate com uma profunda crise económica e está amarrado aos EUA por um "Tratado de Segurança" que atrela a potência nipónica, em posição subalterna, ao "amigo americano".

**4.** Este exemplo do Japão é paradigmático. Muito mais do que a Saddam (que

se não existisse teria de ser inventado para servir de pretexto à implantação militar gigantesca dos EUA na região e à sua estratégia de tensão) é aos seus próprios "aliados"/ rivais que a "mensagem" dos EUA se dirige ao decidirem avançar por sua própria conta e risco, sem o aval das Nações Unidas, a luz verde e mesmo a informação prévia dos próprios "amigos". Para afirmar a tal "liderança" que o próprio Deus -



**A verdade é que com a sua estratégia de precedentes e de factos consumados os EUA procuram banalizar e transformar numa espécie de direito consuetudinário a sua política imperial.**

Segurança da ONU, ou o G-7. Com a França o nó dos problemas está no essencial identificado (comandos NATO, África, etc.); veremos com outros países e sobretudo com a Alemanha de Schroder que entretanto, descontando *nuances* significativas, tem proclamado com a maior solenidade a continuidade da política externa de Helmut Kohl e a "fidelidade" à aliança com os EUA. Tudo isto tem que ver com significativos processos de rearrumação de forças na arena internacional que importa acompanhar.

**5.** Há entretanto uma realidade a que é necessário prestar ainda maior atenção. Trata-se da militarização em curso na União Europeia, aliás incentivada com o Tratado de Amsterdão.

O combate à arrogância imperial norte-americana não deve servir de pretexto para o fortalecimento das tendências e estruturas federativas supranacionais, com uma PESC militarizada, e a formação do bloco económico-político-militar que muitos preconizam em alternativa à hegemonia dos EUA na Europa. Ou seja, não a "autonomia" da Europa e a libertação da tutela norte-americana, mas a opção por um outro sistema de dominação imperialista. É neste sentido que apontam as

carpideiras da "impotência da Europa" e os arautos da "afirmação da UE a uma só voz" (2). É a esta luz que se deve também lidar com a espectacular viragem do presidente do Movimento Federativo Europeu, Mário Soares.

Naturalmente que não é por aí que vamos, mas pelo caminho de luta pelo desarmamento efectivo, pela dissolução da NATO e demais blocos político-militares, por uma Europa de paz, progresso e cooperação assente em países e povos soberanos e iguais em direitos.

**6.** Os EUA estão por toda a parte (ou quase) com as suas bases militares, as suas esquadras navais, os seus negociantes de armamento, os seus satélites espíões, os seus serviços de informação e contra-informação, as suas Embaixadas e embaixadores itinerantes, os seus observadores de "eleições" e de "processos de paz", os seus negociadores de "conflitos", o seu avassalador domínio dos "media" e "produtos" culturais e de entretenimento, as suas "seitas", os seus "peritos", as suas generosas "fundações" e as suas "humanitárias" ONGs, as suas multinacionais, o seu dólar dominador. O "Echelon" vigia o planeta inteiro. O FBI pretende organizar em torno de si as polícias de todo o mundo. A CIA, hoje à (quase) rédea solta aparece como "garante" de acordos de segurança na

Palestina. Ironicamente, como em Wye Plantation, Washington surge com crescente frequência a "mediar" situações em que são parte interessada. Em suma, os EUA que fazem parte do problema (quando não são "o problema") pretendem determinar a própria solução.

Erguer uma ampla frente contra este totalitarismo imperial é uma tarefa fundamental dos comunistas e de todos os democratas.

(1) "Expresso", 31.10.92.

(2) O alargamento da UE e da NATO é "um processo conjunto que se articula" - J. Gama, "Público", 29.5.97. "O alargamento da NATO, como da União Europeia, é um imperativo histórico" - J. Gama, "Visão", 28.5.98.

(3) A NATO prepara-se para assinalar o 50.º aniversário da sua fundação em 4 de Abril de 1949, com uma profunda revisão da sua estrutura e da doutrina, que os EUA desejam planetária e ainda mais ofensiva.

(4) "A disputa estratégica central do princípio do século XXI é reganhar a Rússia para o mundo ocidental" - J. Gama, "Público", 29.5.97.

(5) "A Europa vai ter uma moeda única. Precisa também de dispor de uma capacidade militar que possa garantir a sua segurança e velar pela protecção dos seus interesses" - J. Cuileiro, SG da UEO, "DN", 30.7.98.



# O escândalo

**E**nquanto no inquérito parlamentar proposto pelo PCP eram feitas revelações sobre o envolvimento directo de membros do governo PSD num escândalo de enormes proporções em torno da OPA sobre o BPA, toda a comunicação social entretinha o País a discutir o enorme escândalo que foi o engenheiro Belmiro ter sido ouvido nesse inquérito às oito da manhã.



António Filipe

O facto de uma comissão parlamentar de inquérito ter aceite ouvir o eng. Belmiro de Azevedo às oito da manhã fez com que a Assembleia da República fosse duramente fustigada por toda a comunicação social, que viu nesta aceitação um sinal de subserviência do poder político perante o poder económico. Tendo tal comissão de inquérito sido constituída por proposta do PCP e havendo entre os seus membros alguma gente que nada deve ao eng. Belmiro e que é insuspeita de subserviência perante o poder económico, parece-me útil fornecer aos leitores alguma informação sobre este episódio que foi omitida pela comunicação social mas que é importante para formular um juízo objectivo a seu respeito. Perante toda a opinião pública, a questão foi apresentada da seguinte maneira: ao contrário do que aconteceria com qualquer outro cidadão, o eng. Belmiro teve o privilégio de marcar a reunião da comissão de inquérito em que seria ouvido, determinando uma hora madrugadora para o início e impondo uma hora de fecho, perante a aceitação de todos os deputados. É preciso dizer com clareza que, sendo esta obviamente a versão que interessaria ao eng. Belmiro pôr a circular, está muito longe de corresponder à verdade dos factos.

Convém que seja dito que nenhuma comissão parlamentar impõe a qualquer cidadão um dia e hora para proceder à sua audição, embora o possa fazer. Antes de ser formalizada a marcação de uma audição há

sempre um contacto prévio com a pessoa a ouvir, por forma a acertar uma data e hora que, sendo compatível com os trabalhos parlamentares, não implique prejuízos injustificados para quem tem de se deslocar à AR (basta referir que a recente audição de António de Almeida, antigo presidente da EDP, foi adiada várias semanas até se encontrar uma data conveniente para ambas as partes). Convém também que se saiba que o eng. Belmiro havia pedido (por escrito) para ser dispensado de depor, invocando a inutilidade do seu depoimento, e que a comissão de inquérito recusou tal pretensão, intimando-o a sugerir dia e hora para ser ouvido obrigatoriamente entre os dias 2 e 4 de Dezembro. Quanto à hora para terminar, todos os que assistiram aos trabalhos da comissão sabem ter sido decidido que tal pretensão só seria aceite se não decorresse daí qualquer prejuízo para o inquérito.

Posto isto, e sendo obviamente passível de discussão a aceitação por parte da comissão parlamentar de reunir a uma hora pouco habitual, importa ter em consideração que era mais que evidente que Belmiro de Azevedo tinha o cenário montado para a hipótese de recusa e que, caso tal ocorresse, os mesmos editorialistas se apressariam a fustigar todos os deputados por serem insensíveis aos compromissos de quem trabalha, recusando começar reuniões à hora em que muitos portugueses entram no emprego e em que centenas de milhares de crianças entram na escola, e sendo certo que os trabalhos parlamentares se prolongam tantas vezes até horas desusadas. Mas sendo ainda assim obviamente discutível a opção, pensar que é por aí que se mede a subserviência do poder político perante o poder económico é um exagero a raiar o ridículo.

## Acusações comprometedoras

Acontece, entretanto, que o inquérito parlamentar avança e revela factos eluci-

dativos e comprometedores. Apesar do próprio Belmiro de Azevedo ter considerado antecipadamente o seu depoimento uma "formalidade inútil" e de, ao contrário do que antes havia prometido, se ter recusado a dar pormenores que pudessem comprometer outros grupos económicos (o que, no fundo, não surpreende), a verdade é que esse depoimento não foi inútil e abriu perspectivas para uma averiguação que presentemente prossegue. E se o facto de não ter sido ainda concluído o inquérito obriga a alguma prudência quanto a conclusões definitivas, é público — embora seja pouco publicitado — que as diligências já efectuadas acerca da OPA do BCP sobre o BPA, ocorrida em Janeiro de 1995, permitiram trazer à luz do dia graves acusações de favorecimento do BCP e do Grupo Mello por parte do governo PSD, com envolvimento pessoal e directo de alguns ex-governantes. E paralelamente, o questionário já aprovado pela comissão no que se refere à privatização do BPSM aponta para factos muito comprometedores quanto ao favorecimento de Champalimaud por parte do governo da altura. Aliás, o facto de terem sido divulgados rumores sobre opiniões não identificadas vindas da área do PS, de que seria preferível travar este inquérito dadas as suas possíveis consequências para o "regime", só põe em evidência a sua pertinência e a necessidade de levar as averiguações tão longe quanto possível.

Só que, quanto a estas revelações, têm sido poucas as notícias e nenhuns os editoriais. Enquanto para ouvir o eng. Belmiro fazer declarações "inúteis" as televisões montaram as câmaras às sete e meia da manhã, para ouvir revelações úteis feitas a hora mais tardia não se dignaram sequer aparecer. Foi assim que a recente audição de Eduardo Catroga terminou às onze da noite com um jornalista na sala e que a reunião realizada na manhã da passada sexta-feira onde se debateram alguns aspectos relacionados com o prosseguimento das averiguações do caso Champalimaud decorreu sem a presença de um único representante da comunicação social.

Se este inquérito parlamentar poderá ser revelador de alguma coisa em matéria das relações entre o poder político e o poder económico, não deixa de ser para já um interessante contributo para o estudo das relações entre este poder e a comunicação social. A experiência das reuniões parlamentares com a presença do patrão da SONAE já permitiram demonstrar que vá Belmiro de Azevedo à Assembleia da República as vezes que for, diga o que disser, e seja a que horas for, sairá sempre na comunicação social como vencedor. Vários órgãos de comunicação social chegaram mesmo a referir que Belmiro de Azevedo teria saído "ilibado" da reunião, ignorando ou fingindo ignorar que não estava em causa qualquer condenação ou ilibação do próprio, mas antes a confirmação de acusações que ele havia ameaçado fazer a respeito de outros.

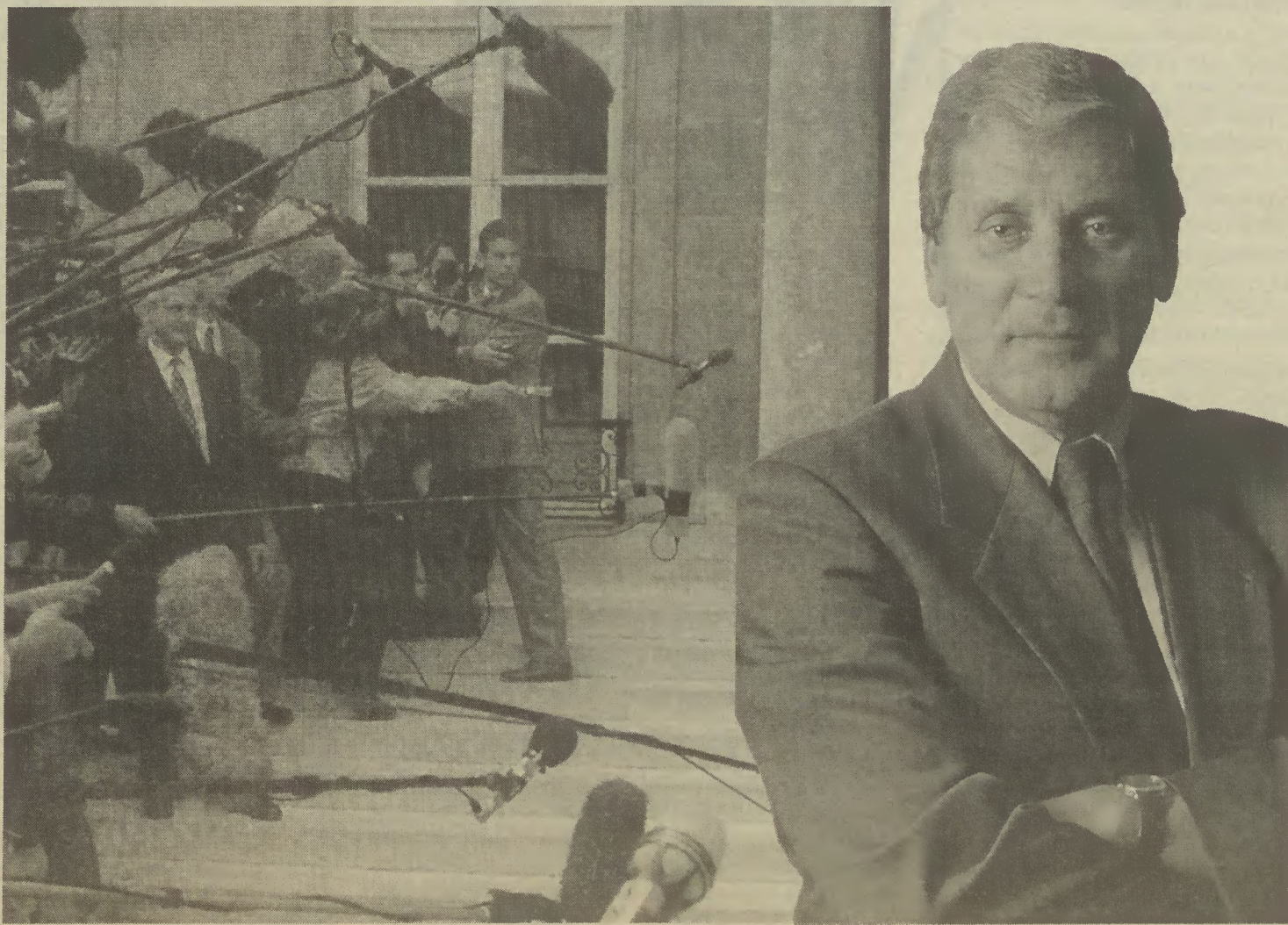
## Promiscuidades

As relações entre o poder político e o poder económico, não apenas na vigência do Governo PS mas já durante os governos PSD, revelam sinais de promiscuidade que merecem ser investigadas, por muito difícil que tal investigação se revele. Estas relações, dada a dissimulação a que se prestam, impõe da parte do poder político a adopção de medidas preventivas, designadamente em matéria de incompatibilidades e impedimentos para o exercício de determinados cargos.

Já a relação entre o poder económico e a comunicação social é mais clara. O poder económico detém o capital social da grande maioria dos órgãos de comunicação social, designa os seus directores e torna cada vez mais precária a situação dos que neles trabalham. A relação dos grupos económicos com os órgãos de comunicação social que controlam é crescentemente assumida por aqueles como uma relação entre o patrão e os seus empregados. Por isso, ninguém estranhou que o patrão da SONAE tenha dito perante a comissão de inquérito que encarregou o "Público" de

recolher elementos para o auxiliar na elaboração do depoimento, tratando publicamente este jornal como fazendo parte do seu "staff" pessoal.

Não admira, por estas e por outras, que seja mais fácil para todos os editorialistas criticar os deputados por atacado do que melindrar um patrão do sector. Estamos perante um daqueles casos em que — como escreve Serge Halimi — "os interesses do patrão, miraculosamente, coincidem com os da informação".





# O acordo de pescas UE/Marrocos

**C**omo é público, uma delegação de cinco deputados do Parlamento Europeu (um português, dois espanhóis, um inglês e um irlandês) deslocou-se a Marrocos onde durante dois dias manteve contactos com o secretário de Estado das Pescas e com o ministro da Agricultura e Pescas do Governo marroquino, para além de se ter avistado com deputados e senadores, bem assim como com dirigentes do sector empresarial ligados a todos os segmentos da indústria da pesca.

O objectivo fundamental desta delegação prendia-se com o acordo de pescas entre a UE e Marrocos, cujo termo está previsto para o final do ano de 1999.

Convém a propósito recordar alguns elementos centrais do actual acordo, o mais importante estabelecido entre a UE e um país terceiro.

A contrapartida financeira que aporta ao orçamento marroquino atinge 500 Mecus em quatro anos (de final de 95 a final de 99) – cerca de 100 milhões de contos, um terço do que é actualmente dispendido pela Comunidade com todos os acordos de pesca. Esta contrapartida financeira é 22,4% superior (mais 91,6 Mecus) à do precedente acordo com Marrocos, no fundamental devido à afectação de mais cerca de 97 Mecus a programas específicos e de formação e investigação destinados ao desenvolvimento do sector de pescas local. Neste valor não estão naturalmente incluídas as receitas derivadas do pagamento de licenças de barcos e outras taxas relacionadas com vistorias e desembarques, cujos valores – suportados directamente pelos armadores – são os mais elevados de todos os acordos, e têm garantido, certamente, uma receita adicional muito relevante para o orçamento marroquino.

Marrocos concede a possibilidade de capturar, no último ano do acordo, até um limite de 48 000 toneladas de peixe de diversas espécies, um decréscimo de 30 500 toneladas relativamente ao último ano do acordo precedente. A frota afectada a este acordo é de 472 embarcações, fundamentalmente espanhola, se àquele total deduzirmos meia centena de palangreiros portugueses (que pescam pescada e fundamentalmente peixe espada, até um total de 3220 toneladas de capturas em 99), e pouco mais de uma dezena e meia de barcos franceses e gregos (fundamentalmente atuneiros). Registe-se no entanto que no acordo precedente o número de embarcações envolvidas era de 700. Ainda como elemento de referência registe-se que a tonelagem global de peixe desembarcado em portos marroquinos no ano de 1997 foi superior a 750 000 toneladas (números oficiais marroquinos) nas quais só uma pequena parcela da tonelagem atribuída à frota da UE está contabilizada, já que os desembarques em Marrocos só são obrigatórios para 25 dos 86 barcos da frota de pesca de cefalópodes.

Note-se que são tradicionais as dificuldades de negociação de acordos em matéria de pesca com Marrocos. Em 1995 a sua morosidade levou à paralisação da frota comunitária durante quase sete meses, com consequências sociais e económicas bem conhecidas. Recorde-se, por ser relevante, que, em 1995, Marrocos decidiu unilateralmente antecipar de um ano a caducidade do acordo e conseguiu, por tal via, estabelecer um paralelismo entre a sua renovação e a negociação de um acordo de associação comercial através do qual a UE passou a permitir facilidades de entrada no mercado comunitário a diversos produtos marroquinos, entre os quais as conservas de peixe.

## Compromissos

O actual acordo de pescas não prevê de forma explícita a possibilidade de renovação. Como igualmente não prevê a possibilidade de ser denunciado durante o seu período de vigência, tendo, neste contexto, a delegação do PE recebido garantias oficiais das intenções do governo marroquino em dar cumprimento pleno ao seu conteúdo até ao final de Novembro de 1999.

É neste quadro que Marrocos tem vindo a afirmar que o presente acordo de pescas será o último, «**não havendo intenção em estabelecer negociações que visem um novo acordo baseado nos mesmos moldes do actual**».

A propósito, Marrocos afirma ainda que foi a própria Comissão Europeia que, quando em 1995 solicitou a renovação do acordo por mais quatro anos, admitiu a sua não renovação, invocando entretanto a necessidade daquele período suplementar para proceder à reestruturação da frota comunitária envolvida em Marrocos e à sua deslocação para outra águas.

Como comentários a este «compromisso» deve dizer-se que não são conhecidas nenhuma iniciativas da CE visando gerar alternativas para a frota comunitária que entretanto continuou a operar em Marrocos. Da mesma forma desconhece-se que o Governo português – admitindo que conhecia, e a isso é obrigado, o teor daquela posição oficial da Comissão – tenha feito algo no mesmo sentido.

**Em complemento, Marrocos, admite negociar um entendimento em matéria de pescas cuja base seja a da cooperação/partenariado a estabelecer em toda a fileira da indústria de pesca,**

abrindo a possibilidade de, neste quadro, vir a continuar a permitir a concessão de oportunidades de pesca para certas espécies e em determinadas condições.

É este o contexto que Portugal e o Governo português deverão potenciar, a todos os níveis. Sem hesitações e omissões/esquecimentos (veja-se a recente Cimeira entre os dois governos que, de acordo com declarações oficiosas, nada abordou em matéria de pescas).

## Medidas urgentes

**A Comissão deve estabelecer, desde já, e oficialmente, negociações com o governo marroquino destinadas a explorar e pormenorizar o quadro de um futuro acordo em matéria de pescas entre a UE e Marrocos. É essencial que uma clarificação sobre as possibilidades reais existentes se faça atempadamente por forma a evitar a repetição das situações indesejáveis de paralisação da frota que ocorreram em 1995.**

Ainda que seja público e conhecido que o estabelecimento de sociedades mistas não serve a quase totalidade das empresas portuguesas actualmente a operar em Marrocos ao abrigo do acordo de pescas (essencialmente pela sua dimensão e consequentes debilidades económicas e financeiras), é de exigir que, no quadro daquelas negociações, o Governo português insista na necessidade de **clarificar, simplificar e flexibilizar o quadro jurídico, financeiro e administrativo actualmente existente para o seu estabelecimento**, por forma a melhor e mais facilmente poder motivar as empresas portuguesas que por tal se venham a interessar.

No entanto, no quadro das negociações, **não será nunca aceitável que um futuro entendimento com Marrocos em matéria de pescas se baseie exclusivamente em sociedades mistas** ou partenariado de cooperação na fileira da indústria de pescas. **Há que garantir um número adequado de oportunidades de pesca. E para tal a frota portuguesa apresenta vantagens comparativas que não podem nem devem ser esquecidas e que o Governo português tem obrigatoriamente de potenciar. E que lhe permitem a possibilidade de uma grande individualização face às características e dimensão da frota espanhola. É o caso de boa parte da frota portuguesa a operar em Marrocos ser a única a pescar peixe-espada (já que nem espanhóis nem marroquinos pescam esta espécie, que só é consumida em Portugal).**

Não existem questões concorrenciais nem de sobreexploração stocks que desaconselhem, por parte de Marrocos, a manutenção tais licenças de pesca, as quais, como é sabido, interessam de forma especial a frota de Sesimbra.

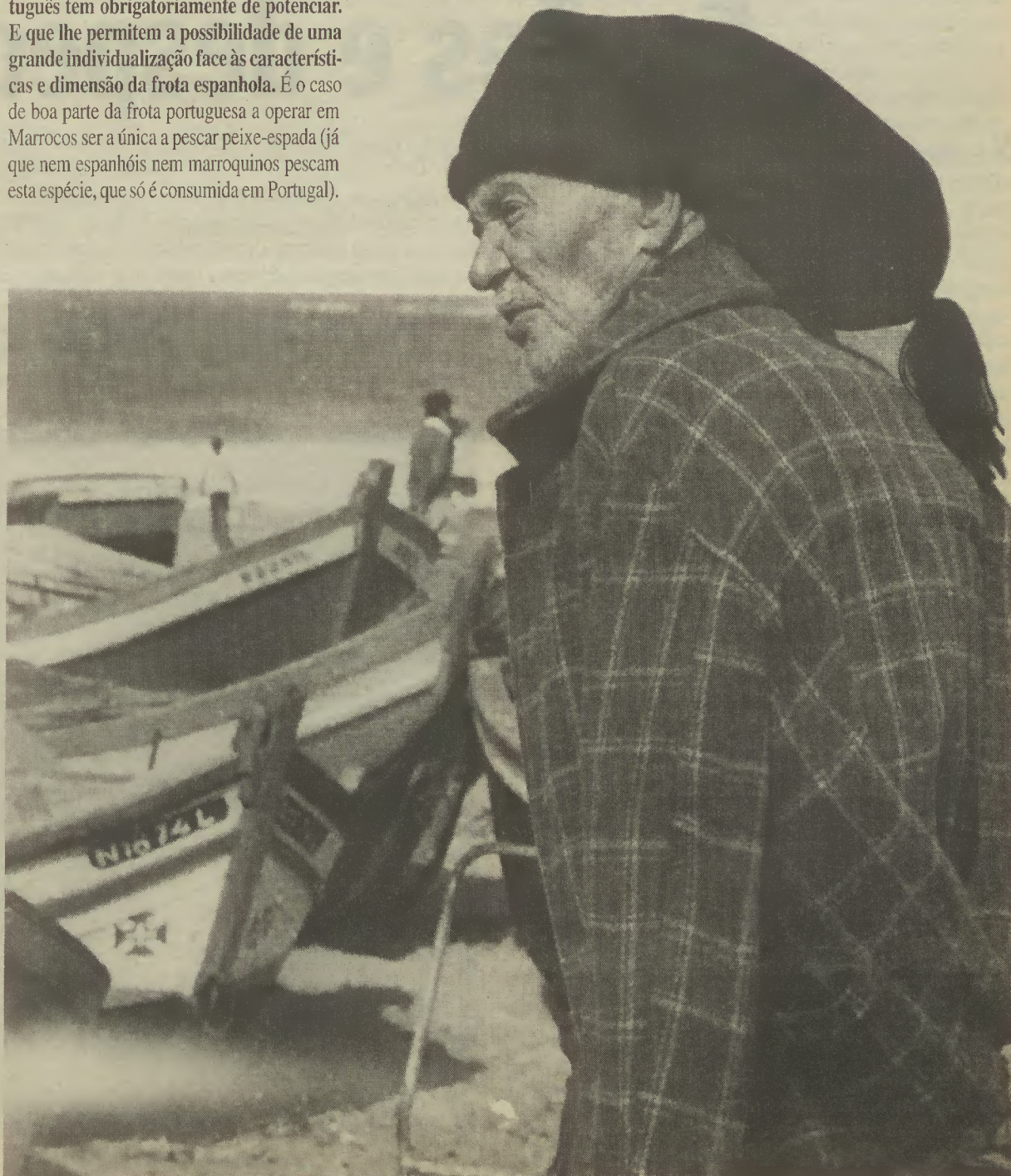
## Os interesses nacionais

Para além do necessário acompanhamento das negociações nível comunitário, o Governo português **deverá potenciar bilateralmente as relações** (consideradas excelentes) **com o governo marroquino, enfatizando a pequena dimensão da nossa frota que opera em Marrocos** (comparativamente à espanhola), **as suas características de tipo artesanal e, novamente, o tipo de espécie que captura.** Por via bilateral é possível e desejável que o Governo obtenha a concessão de um número suplementar de oportunidades de pesca.

Da conjugação dos vários enquadramentos negociais, é fundamental que resulte, no final de 1999, **a manutenção da actual frota portuguesa a operar em Marrocos sem que seja necessário recorrer, como no passado recente, a abates de embarcações.**

Reconheça-se alguma lógica de Marrocos quando afirma que reservar para a sua frota a possibilidade de extrair um recurso próprio que consideram essencial para o auto-abastecimento e para potenciar o seu desenvolvimento económico e social.

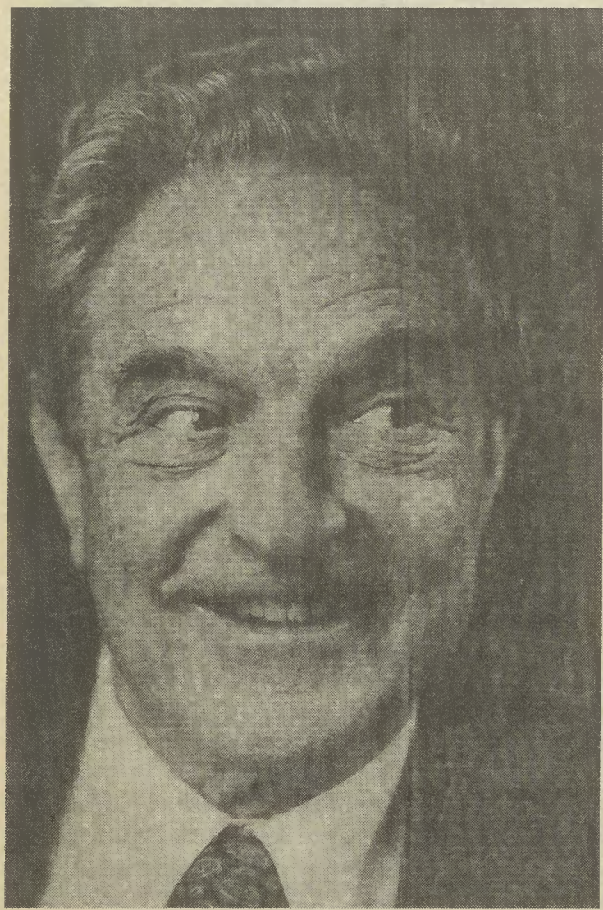
Neste contexto há que reconhecer que as oportunidades de pesca concedidas, neste como noutros acordos de pesca, poderão crescer e tender a diminuir, tendo em atenção a indisponibilidade de países terceiros em ceder recursos próprios. **Por isso, nos parece essencial que, perante a necessidade cada vez maior dos nossos barcos serem confrontados com a necessidade de vir a operar em águas nacionais, o Governo português exija de forma inegociável, no quadro da futura Política Comum de Pescas, não apenas a manutenção da utilização exclusiva da zona das 12 milhas para a frota nacional como igualmente o seu alargamento até às 24 milhas náuticas.**





Segundo Soros, o homem que viu o outro mundo...

# As nações e os povos podem vencer os mercados



**G**eorge Soros, o príncipe de todos os especuladores financeiros, esteve em Londres, recentemente, para promover o lançamento do seu livro «A crise do capitalismo global». Desiludido com as diabólicas perdas que sofreu durante o Verão, declarou que «as nações e os povos podem vencer o poder dos mercados», que «os monetaristas e os fundamentalistas são a vulgarização de todas as teorias económicas» e que «o megacoloapso do LTM (Long Term Capital Management) estava prestes a arrastar todo o sistema financeiro internacional para perdas de 1 bilião e 400 mil milhões de dólares em vez dos 300 mil milhões de que se falou».

O capitalismo amava-o. Eis o homem que, quase só por sim, «arrancou» 1000 milhões de libras ao Banco de Inglaterra naquela quarta-feira negra de 16 de Setembro de 1992. Nesse dia terrível, quando Norman Lamont, chanceler do Tesouro, e John Major, primeiro-ministro, decidiram que a taxa de conversão da libra esterlina seria defendida até às últimas consequências e a Grã-Bretanha não abandonaria o mecanismo regulador dos câmbios de moedas europeias, Soros partiu ao assalto das reservas da Old Lady of Threadneedle Street (!) e arrastou consigo a pirataria global dos fundamentalistas do mercado. Resultado: a Grã-Bretanha sofreu uma das mais humilhantes derrotas financeiras de toda a sua movimentada História.

Mas, agora, o capitalismo odeia-o. Soros, já viu «o outro mundo» e conhece aquilo que o próprio Alan Greenspan, o provisório salvador do sistema durante os fatídicos meses de Agosto, Setembro e Outubro passados, jamais observou. Profundamente ferido pelos prejuízos sustentados e tendo assistido à derrocada e à fuga de todos os fazedores de mercado, retirou-se dos negócios. Ao publicar o livro que acima mencionamos, permite ao mundo analisar aquilo que os seus olhos ciganos viram durante a guerra infernal lançada aos povos e às nações (à civilização, na verdade!) pelas hidras com mil cabeças a que, vergonhosamente, se dá o nome de investidores.

Londres recebeu-o friamente porque a capital do Império perdido aguarda sempre a sua hora de vingança. E esta foi tentada e, parcialmente, conseguida, pelo vice-governador do Banco de Inglaterra, Mervyn King, ao declarar: «Soros é um ignorante da Economia e o seu livro não trará de novo ao nosso capital intelectual. Temos enfrentado uma série de crises financeiras e parece-me crucial que as tornemos menos frequentes. Mas é importante, também, que não abandonemos os nossos princípios mais racionais.»

George Soros é considerado, pelos pensadores da London School of Economics, como um simples pirata, um «outsider», um aventureiro que despreza os valores intelectuais da Eco-

## Os nossos Bancos

# Fusões e despedimentos

No momento actual da trajectória do capitalismo, a situação da indústria bancária não deixa de interessar os observadores internacionais. Não é que o capitalismo, que vive e morre na alma de tantos e tantas, capitule e desapareça se todos os Bancos falirem. Mas, sem dúvida, se e quando isso acontecer, o desastre global ficará mais perto.

As malditas amalgamações a que temos assistido, recentemente, abrem diante dos nossos olhos o quase inacreditável espectáculo da luta feroz que está a desenvolver-se entre os grandes Bancos (tal como na indústria automóvel e em muitas outras) no sentido de conseguirem eliminar custos, reduzir despesas, diminuir o aparato, optar por métodos de funcionamento mais eficientes através de meios reduzidos. Neste insano combate, os dirigentes dos Bancos «atiram-se» ao pessoal, preferencialmente, considerando-o como a raiz de todos os males, um corpo inerte de valor a eliminar – e exploram-no ferozmente. Basta ver a intimidação que lavra no conjunto da chamada indústria bancária. Quem não quiser trabalhar até à meia-noite...

Em todos os países, os despedimentos são assustadores. Mas só assim é possível às administrações dos Bancos a realização de lucros que possam sustentá-las perante as assembleias de accionistas. Só assim lhes é possível responder ao capital em circulação e ao dinheiro dos investidores e dos depositantes. Mas esta luta, que parece interminável, terá um fim. E esse fim estamos a vê-lo. Está na nossa frente, com toda a clareza. Apesar de múltiplas manobras enganadoras e da terrível barragem de publicidade que os Bancos empregam, a verdade é que estão quase todos falidos. Ou então, se não estão, deixem-nos examinar-lhes os livros...

## Morrer para competir

Como se disse, as amalgamações prosseguem. Mas nem sempre com êxito. No Canadá, por exemplo, certos sectores da opinião pública e dos meios políticos e parlamentares, acabam de obrigar o ministro das Finanças, Paul Martin, a pôr de lado um plano complexo que previa a fusão de quatro dos cinco principais Bancos do país. De acordo com esse plano, o Royal Bank of Canadá fundir-se-

-ia com o Bank of Montreal e o Toronto Dominion Bank juntar-se-ia ao Canadian Imperial Bank of Commerce. Naturalmente, as amalgamações de Bancos são prejudiciais ao grande público e aos accionistas dos mais pequenos e vulneráveis. Mas os "tubarões" da Banca canadiana disseram: «Só tornando-nos mais fortes e poderosos, mais concentrados, poderemos competir no mercado internacional...»

Esta velha e mortal proposta de «competir no mercado internacional» aplica-se a quase todos os Bancos do mundo, é um projecto de estilo «preso por ter cão ou preso por não o ter». Assim, quem

não competir morre... mas os que se lançam na selva da criação de condições para competir morrem, também, às mãos de outros que surgem de diversos quadrantes com objectivos idêntidos. Até que fiquem só dois Bancos no mundo. Ou só um. É impossível não ver em tudo isto a tragédia, a vida e a morte do capitalismo.

Também no nosso pequeno Portugal os banqueiros andam a trabalhar, afanosamente, para que o parque bancário seja reduzido, o que significa pôr fim a algumas «instituições» que, segundo o correspondente do Financial Times em Lisboa, Peter Wise, estão a mais no mercado. Este jornalista, colaborador do mais importante porta-



A retirada de Moscovo



■ Manoel de Lencastre

nomia. Mas, pelo menos, tem uma virtude – não esconde o rosto quando surge a hora da verdade. E a verdade é esta: todos os economistas sabem que, travada a catástrofe financeira que esteve à beira de acontecer em Setembro, o centro do capitalismo aquietou-se um pouco enquanto as respectivas periferias, conhecido o inferno, entraram na idade do gelo. A economia internacional estagna e derrapa em todo o mundo. O consumo contrai-se. Por isso, o presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, consciente de que a crise global não é apenas financeira (é uma crise total!), apontou um dedo acusador ao FMI (Fundo Monetário Internacional) que teria aplicado soluções inadequadas aos problemas dos países asiáticos atingidos pela derrocada financeira. O economista principal do Banco Mundial, Joseph Stiglitz, disse:

«A política divisada pelo FMI para a Ásia e para a Rússia, não funcionou e contribuiu para arrastar os países dessas regiões no sentido de uma profunda depressão económica.»

O Banco Mundial nada disse, entretanto, sobre a mesmíssima política do FMI para os países da América Latina. Aí, assistiremos a mais um enorme «espectáculo» em tudo similar ao que se viu nos «países tigres» e na velha URSS. Mas foi bom verificar que o povo mexicano saiu às ruas para protestar contra o projecto do governo que pretende atirar para as costas dos trabalhadores os 60 000 milhões de dólares que os Bancos dizem ter perdido.

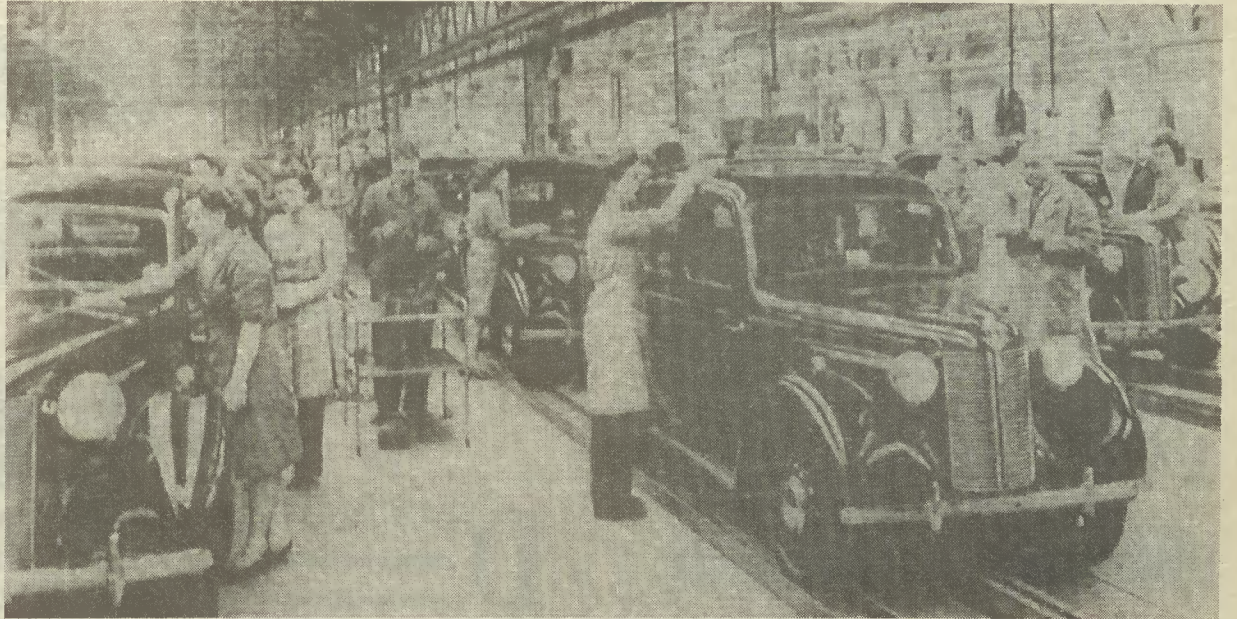
(1) Nome por que é também conhecido o Banco de Inglaterra.

-voz dos meios de negócios britânicos, concluiu que o mercado bancário português comporta 8,1% de valores activos, 12% de depósitos e 13,7% de empréstimos, espalhados por Bancos cujo destino só pode ser o desaparecimento. Vai ser necessário, portanto, agrupar estes valores ou dividi-los entre os mais poderosos. Na verdade, para que a Banca portuguesa «possa competir» deve reduzir-se, apenas, aos seguintes:

1. Caixa Geral de Depósitos;
2. Banco Comercial Português;
3. Grupo Champalimaud (Totta, Pinto e Sotto Mayor, Crédito Predial);
4. Banco Português de Investimentos;
5. Banco Espírito Santo.

Nesta conjuntura, já se fala na absorção do grupo bancário de António Champalimaud pelo BCP e, mais tarde, no possível desaparecimento do próprio BES. Quem de cinco tira... ficarão três. E depois?

Entretanto, a aquisição do Bankers Trust pelo Deutsche Bank (preço: 10 100 milhões de dólares) dará lugar à formação do maior Banco mundial. Mas já se anunciou a eliminação de mais de 10 000 postos de trabalho. Estes despedimentos significarão para o novo Banco um importante corte nas despesas com o pessoal. Um tão significativo corte que já se fala na hipótese de que o total da compra acaba por ser inteiramente financiado, em cinco anos, por economias similares. O número de funcionários de ambas as «instituições» é de 96 442. Vão ter muito por onde cortar, como se vê. No fim de contas, parece ser verdade que a compra dos Bancos uns pelos outros se realiza à custa dos salários que deixam de pagar-se. Os Bancos, portanto, pertencem ao seu pessoal – àqueles que permanecem e aos que foram despedidos ou aposentados.



O passado glorioso: trabalhadores da Austin em Longbridge, 1946

## Automóveis

# Sujas ameaças e propostas da BMW

O descaramento da BMW, proprietária da Rover, não tem limites. Tinha exigido ao governo britânico o financiamento de grande parte das despesas das fábricas de Longbridge e de Solihull onde se produzem os famosos Land Rover Discovery, Defender, Range Rover e Freelander. Se os ministros de Tony Blair não concordassem com as exigências da BMW, esta fecharia as referidas fábricas e lançaria no desemprego os respectivos 37 000 trabalhadores.

Palavras do dirigente sindical, Tony Woodley, do Transport & General Workers Union, durante a reunião em massa dos operários da Rover idos a Birmingham de todas as partes da Grã-Bretanha: «A Rover está tecnicamente falida. Vai perder 600 milhões de libras no próximo ano. Neste momento, a Renault já está a vender mais do que nós em todo o país. E digo-vos isto: a BMW não existe para o fabrico de Land Rovers ou carros de qualquer outra espécie; o negócio da BMW é fazer dinheiro.»

Já anteriormente, numa reunião dos sindicalistas britânicos com o rei dos reis da BMW, Bernd Pischetsrieder, em Munique, este declarara: «Aceitem as nossas propostas porque, se o não fizerem, despeço-os todos. O nosso Conselho de Administração já votou o fecho da fábrica de Longbridge» (17 000 operários).

E Tony Woodley, depois de descrever esta cena dramática bem reveladora de que a indústria automóvel britânica deixou de existir como tal e apenas vive como subsidiária de estrangeiros, disse mais. Era supulcral o silêncio da multidão de trabalhadores membros do Sindicato (Secção Rover). «Não pensem que estamos a trair-vos. O nosso papel é extremamente delicado. Se não concordarem com as propostas da entidade patronal (BMW) a nossa próxima reunião contará com cinco vezes mais trabalhadores do que esta – mas estarão todos já desempregados.»

Finalmente, o acordo entre os dirigentes sindicais da Rover e a BMW foi concluído, mas contém algumas cláusulas dolorosas que farão da histórica fábrica de Longbridge uma colónia da indústria automóvel germânica. Assim:

1. O salário básico anual continuará a ser de £16 000 (4.480 contos) e não será alterado;
2. Deixará de existir a garantia de horas extraordinárias até ao valor anual de £1700 libras (476 contos);
3. O bónus para férias, que era de £150 anuais (42 contos), fica anulado;
4. O aumento anual sobre o salário básico acima descrito será de 3,5% para 1999 e de apenas 0,8% sobre a mesma base no ano seguinte;
5. O período anual de férias continua a ser de 23 dias;
6. A semana de trabalho compreenderá 37 horas. Divide-se em 5 dias de 7,5 horas (de 2.ª a 6.ª-feira). Em certas condições, a companhia pode exigir aos trabalhadores mais 7 horas de trabalho semanal sem pagamento, mas oferecendo compensação dessas horas na base de férias extra; só serão pagos com horas extraordinárias os períodos de trabalho extra aos sábados de manhã;
7. Se determinadas tarefas programadas não estiverem completas no fim do tempo exigido para tal, os trabalhadores terão de compensar o atraso oferecendo horas no sábado seguinte de manhã, mas sem qualquer pagamento.

## Ponham a BMW na rua!

É pena que não exista em Inglaterra um governo com coragem para pôr na rua a BMW e, com os trabalhadores a seu lado, reconstruir a Rover e tudo o que ainda pode ser reconstruído da antiga e gloriosa indústria automóvel britânica – que reserve só para o mercado interno a produção nacional e exporte, segundo acordos justos previamente estabelecidos com outros países, os respectivos excedentes. Então, a Inglaterra voltaria a ser alguma coisa daquilo que foi. Voltaria às suas origens industriais. Deixaria de ser aquilo que é – uma terra de especuladores financeiros que estrangulam o seu próprio povo e fazem sangue no mundo.

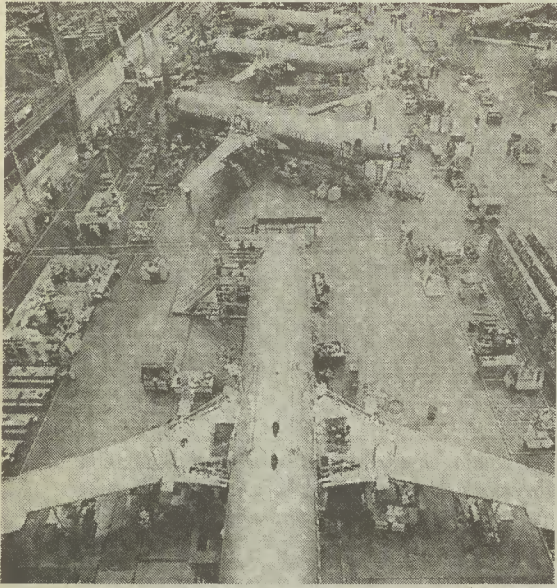
Não é de estranhar que a BMW, um dos mais famosos fabricantes de automóveis, entre no jogo sujo da chantagem contra os trabalhadores da Rover e o próprio governo de Whitehall. A situação da indústria automóvel é asfíxiante. Produzem-se carros, aos milhões, que o mercado não está em condições de absorver. Há fabricantes em excesso. Marcas e designações que nada significam. E alguns dos grandes nomes desta indústria, apesar de continuarem a manter-se, têm os seus dias contados. Nesta arrepiante conjuntura, a Volvo, conhecida empresa sueca produtora de automóveis, autocarros, camiões e material para a indústria da construção, declarou que vai despedir até Junho do próximo ano nada menos de 5300 trabalhadores. O objectivo está na loucura da necessidade de aumentar a produtividade como forma quase única de fazer subir as taxas de lucro.

É nesta corrida trágica para cortar o volume dos custos de produção que acabam de lançar-se a Mercedes e a Chrysler, enquanto a Volkswagen «engoliu» a Skoda e aborveu a Lamborghini. A Fiat, por seu lado, chamou a si a Alfa-Romeo, a Ferrari e a Maserati. Porquê? Cada uma destas fábricas dispunha de mercados específicos. Mas os gigantes que dominam toda a indústria automóvel, não podendo fugir ao seu destino, querem para si toda a produção concentrada, todo o mercado, todos os lucros... Tomarão, porém, no precipício que se lhes desenha na frente. Só que, impulsionados pela inevitabilidade das coisas, não vêem...



Protesto dos trabalhadores da indústria automóvel na Grã-Bretanha





## Aviões

# Situação dramática na Boeing

A Boeing, a maior fábrica de aviões do mundo, deixou os seus investidores, os seus accionistas, empregados, operários, fornecedores e clientes de boca aberta quando anunciou que:

1. suprimiria mais 20 000 empregos nas diversas fábricas, além dos 28 000 previamente anunciados;
2. cancelaria o fabrico de diversos modelos da sua gama industrial e diminuiria o ritmo de produção de outros;
3. uma dramática redução nos lucros cujas previsões para 1999 estão muito longe de poderem ser confirmadas; avisou, ainda, que no ano 2000 não serão de esperar quaisquer lucros; que se registarão prejuízos.

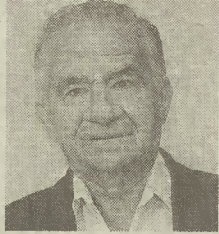
Perante informações desta gravidade, as acções da companhia começaram a perder terreno na Bolsa de Wall Street e o respectivo preço caiu em 20%

A verdade é que já em 1997 a Boeing perdera dinheiro como resultado da anulação de negócios avaliados em 4000 milhões de dólares. Tinha mergulhado em programas de fabrico de aviões em excesso, segundo encomendas de países asiáticos agora falidos, e elevado a produção, confiante e alegremente, para níveis jamais atingidos. De repente, porém, os chamados mercados emergentes tombaram na insolvibilidade e na ruína e o fabrico de aviões em Seattle ficou a meio. Os dirigentes da Boeing deveriam saber que pior do que não fabricar aviões é fabricá-los mas abandonar o trabalho em metade porque os financiamentos se esgotaram. Disse o chefe-executivo da importante companhia, Philip Condit: «A crise nos mercados asiáticos é muito mais profunda e prolongada do que havíamos suposto.» Neste momento, a produção da Boeing já caiu de 3,5 para 2 aviões por mês.

Por sua vez, o dirigente sindical, Bill Johnson, que está a preparar a negociação de um novo contrato de trabalho, declarou: «Se é nesta situação que a entidade patronal espera iniciar as discussões no próximo Verão, podemos estar certos de que nos confrontaremos com dificuldades.» Também ao presidente Clinton não escapou a situação da Boeing. Eis as suas palavras sobre o assunto (2.12.1998): «Não me é possível ser mais claro. Do ponto de vista dos Estados Unidos, a situação é grave. Temos de fazer tudo para que sejam restauradas as condições de crédito e crescimento dos países asiáticos. O meu objectivo não pode ser outro antes que o vírus que está a afectar a Boeing se alastre a outras indústrias.»

Todavia, Harry Stonecipher, chefe das operações gerais da gigantesca empresa, ao regressar de uma visita da inspecção aos países asiáticos, esclareceu: «Estou convencido de que a situação catastrófica que vi se prolongue, pelo menos, por mais cinco anos...»

Igualmente, a Airbus, principal concorrente da Boeing, actualmente, informou que está a lutar com o cancelamento de encomendas que tinha considerado como firmes e que as companhias de aviação começaram a evidenciar um certo pânico quando se trata de colocar as respectivas assinaturas nos contratos. A Airbus é um consórcio formado pelos seguintes fabricantes: Aerospatiale, S. A. (França); British Aerospace (Grã-Bretanha); Daimler-Chrysler Aerospace A. G. (Alemanha); Construcciones Aeronauticas, S. A. (Espanha).



■ Miguel Urbano Rodrigues

# Furacões e ética na política

Dois furacões de enorme poder destrutivo devastaram este ano amplas regiões da América Central e das Caraíbas. O George arrasou cidades e plantações na República Dominicana e no Haiti e causou grandes estragos nas províncias orientais de Cuba. O Mitch ficará na memória da Região como a tragédia do final do milénio. Mais de 30 mil pessoas morreram ou desapareceram nas Honduras, na Guatemala, na Nicarágua e em El Salvador, os quatro países mais atingidos. Os prejuízos, de difícil quantificação, podem ultrapassar 7 mil milhões de dólares.

No total, mais de um milhão de pessoas ficaram desabrigadas. Nas Honduras, o abastecimento de água potável e de energia eléctrica foi interrompido por muitos dias na própria capital. Centenas de quilómetros de estradas desapareceram sob a lama. Surto epidémico irromperam em cidades e aldeias.

Reunidos em San Salvador, os presidentes dos países mais afectados lançaram um apelo à solidariedade internacional condensado em sete pontos.

A rapidez e a amplitude da resposta cubana contrastaram com a lentidão da ajuda da maioria dos países desenvolvidos. Esta, com a excepção da prestada pela França e a Espanha, foi escassa.

Cuba começou por declarar nula a dívida da Nicarágua (50 milhões de dólares), único país da Região que tinha compromissos a saldar com ela.

Para o Haiti, Havana enviou 200 médicos; nas Honduras encontram-se já sete brigadas de saúde cubanas que foram imediatamente colocadas em áreas rurais totalmente desprovidas de recursos. O próprio ministro dos Negócios Estrangeiros, Roberto Robaina, acompanhou pessoalmente a instalação no terreno dessa gente. À Guatemala chegaram também dezenas de médicos cubanos.

Fidel Castro, ao dirigir-se a um Fórum de Ciência e Técnica então reunido em Havana, fez da solidariedade internacionalista o tema do seu discurso.

Cuba é um país de escassos recursos materiais e um bloqueio cruel e irracional impede-a de aproveitar devidamente o pouco que possui. Dispõe, entretanto, de um capital humano de valor inestimável. É actualmente, por exemplo, o país com maior percentagem de médicos em todo o mundo: conta com 63 000, formados nas suas 21 faculdades de Medicina.

Que ofereceu a Ilha, além da mobilização imediata das brigadas de saúde enviadas para o Haiti, Santo Domingo, Nicarágua, Guatemala e Honduras?

Fidel esboçou os contornos de um ambicioso projecto de solidariedade ibero-latino-americano. Convidou a Espanha e Portugal a participarem activamente na ajuda a mais de 20 milhões de centro-americanos e antilhanos (numa população total de 60 milhões) que sofrem as consequências do Mitch e do George. A resposta da Espanha foi positiva; no momento em que escrevo, ignoro a do governo Guterres.

Se da Europa chegarem os medicamentos e o material indispensável, Cuba colocará gratuitamente à disposição dos países da Região - sem custos para os mesmos - 2000 médicos. Oferecerá também a jovens da América Central durante uma década 500 bolsas (500 cada ano) para que estudem Medicina nas universidades cubanas. Havana pensa já no futuro dos povos da Região.

\*\*\*

O Mitch e o George vieram iluminar facetas do subdesenvolvimento a que os grandes media europeus e norte-

americanos prestam atenção mínima; e iluminaram também duas concepções antagónicas dos direitos do Homem.

Catástrofes naturais não previstas - dois furacões - obrigaram os países industrializados a recordar que no Caribe paradisíaco dos cartazes de turismo vegetam povos afundados numa miséria degradante.

Mas logo que o assunto perder interesse para a televisão e os grandes jornais, um manto de silêncio voltará a cobrir aquela área do planeta. Aliás, quase não se falou das centenas de milhares de pessoas que ali morrem anualmente de doenças facilmente curáveis. Pouco se falou das altíssimas taxas de mortalidade infantil, da desnutrição das crianças, do trabalho infantil, do analfabetismo quase generalizado. Não li uma palavra a respeito das granjas clandestinas onde nas Honduras e Guatemala são engordados meninos para «exportação»<sup>(1)</sup>.

O conceito de civilização prevalecente nas nações mais avançadas aceita como natural nesta era da globalização neoliberal - e até necessária - a invasão de Estados do Terceiro Mundo em defesa da «ordem» e dos «direitos humanos» (na versão euro-norte-americana dos mesmos). O direito à saúde, à educação e à própria vida das populações que vivem em condições sub-humanas em dezenas de países - esse, porém, é desconhecido na prática.

Em Cuba contemplamos o reverso da medalha. O seu povo, tão carente de bens essenciais, sentiu como se fora seu

o infortúnio dos irmãos da América Central. A solidariedade, espontânea, brotou e correu como as águas de um rio torrencial. Cuba partilha com alegria o melhor que tem: a sua gente. De todas as províncias surgiram ofertas de voluntários dispostos a integrar as brigadas enviadas para os territórios devastados pelo Mitch.

Não é surpreendente que da Guatemala à Costa Rica o gesto cubano tenha desencadeado uma maré de sentimentos de gratidão. Tão poderosa que o próprio presidente alemão, aquele que no Porto exigia a exclusão de Cuba das Cimeiras Ibero-Latino-americanas, até esse antigo colaborador de Tacho

Somoza sentiu a necessidade de agradecer a solidariedade do governo e do povo que tanto tem caluniado.

A oferta das bolsas de estudo para futuros médicos suscitou tamanho entusiasmo na Guatemala que o presidente pediu que metade dos jovens do seu país incluídos entre os beneficiados sejam índios.

Que grande lição de humanismo acaba Cuba de dar aos ricos países do Norte embarcados na nave apodrecida da globalização neoliberal!

A grandeza da mobilização cubana em resposta solidária aos apelos vindos da América Central confirma mais uma vez que, sendo pequena e pobre de riquezas materiais, a pátria de Martí é uma grande potência ética.

(1) Cf. por Noam Chomsky em El miedo a la democracia, pg. 267, Ed Grijalbo-Mondadori, Barcelona 1997. Chomsky informa que o preço médio de venda para adopção de cada uma dessas crianças é de 10 000 dólares. Os representantes da Federação Internacional dos Direitos Humanos não conseguiram obter provas de que existe também um comércio de órgãos de bebés denunciado pelo jornal hondurenho El Tiempo, mas confirmaram que o assunto é tema de discussão entre os camponeses).





# A síndrome de Pinóquio

**L**i o "Pinóquio", de Carlo Collodi, numa versão integral traduzida para português pelo brasileiro Monteiro Lobato, o que significa que o li como raros garotos o terão feito, pois então ainda Walt Disney não se apoderara da estória e, por isso, ainda vinham muito longe as dezenas ou centenas de versões sumárias e alteradas a que o filme deu origem. Foi isto há muitos anos, já se vê, tantos que seriam compreensivelmente imaginados como jurássicos por qualquer jovem normalmente desenvolvido.

Do que então li, hei-de ter esquecido muita coisa, mas houve um ou outro episódio que a memória reteve definitivamente, mesmo sem o apoio de uma segunda leitura que aliás nunca fiz. Um deles foi o do momento em que, exasperado pelas advertências sensatas do Grilo Falante, o boneco, para calar a denúncia das asneiras que fizera, pega num martelo da oficina do velho Gepetto, seu pai, e atira-o, certo, à cabeça do que era afinal a voz da razão. O Grilo fica então silenciado, mas lá mais para diante Carlo Collodi devolve-lhe a vida, se bem me lembro graças aos poderes da Fada Azul, madrinha de Pinóquio.

Ao longo dos tempos, muitas circunstâncias da vida real me fizeram lembrar o gesto assassino de Pinóquio: a enlouquecida vontade de não ouvir mais verdades, o martelo atirado com raiva, o Grilo enfim emudecido para, afinal, regressar mais tarde. E a última vez em que essa memória aconteceu foi há poucos dias, diante da grande ofensiva que Emídio Rangel desencadeou contra Mário Castrim. Numa explosão de mal-educadíssima raiva que transbordou do "Diário de Notícias", onde Rangel tem agora quarto alugado aos sábados com vista para a coluna de Vasco Pulido Valente, para as páginas do "Tal & Qual", onde foi generosamente acolhido e instalado apesar de vir bolsar calúnias sobre o mais brilhante dos colaboradores permanentes daquele semanário. E o que vinha fazer Emídio Rangel tão em som de guerra, a espumar disparates pelos cantos da prosa? Vinha tentar fazer a Castrim o que Pinóquio fez ao Grilo: esmagá-lo a golpes de martelo para que não continuasse a dizer verdades incômodas.

## Um tráfico de sucesso

O caso não teria importância de maior se não fosse em larga medida paradigmático. Para começar, pelos dois personagens envolvidos. Mário Castrim é, como toda a gente sabe, mesmo os que se aplicam contra ele num permanente trabalho de detracção e calúnias, não apenas um crítico de TV entre vários outros mas quase a própria crítica de televisão em Portugal, assumindo um lugar destacado, por força de méritos vários, no contexto de uma crítica à escala europeia que já contou com nomes tão ilustres como François Mauriac e Maurice Clavel, e onde hoje brilham críticos de TV como Haro Teoglen e Alain Rémond. Por seu lado, Emídio Rangel tem o destaque negativo de se

ter assumido como o ponta-de-lança da televisão rasca, e não apenas pimba, em Portugal, cobrindo-se com o argumento tácito, se não explícito, de que quem não gosta do "Big Show" ou das produções frebilmente acéfalas de Teresa Guilherme é um pseudo-intelectual de ambições frustradas.

Para Rangel, a função da televisão é dar ao consumidor de TV aquilo que ele gosta de consumir, sem hesitações nem remorsos, regra esta que deve ser muito apreciada pelos traficantes de droga que se limitam, também eles, a dar satisfação à procura havida no seu mercado específico e, como é natural, reivindicam para si próprios o estatuto de inocentes mercadores como quaisquer outros. Assim, o embate que resulta da agressividade com que Rangel riposta à indignada reprovação de um crítico acaba por ter o significado de uma oposição muito mais ampla em que Rangel e Castrim surgem como pólos de entendimentos e práticas opostos: de um lado os que reivindicam o direito de se apropriarem da televisão como negócio e do outro os que obstinam em considerar a TV como um prodigioso produto da inteligência humana que deve ser posto ao serviço de todos os homens e não apenas de alguns.

Do êxito da SIC de Rangel como espectáculo distribuído ao domicílio não há que ter dúvidas: as sondagens de opinião atribuem-lhe regularmente maioria absoluta nas preferências do público, e não são as dúvidas levantadas quanto à adequação dos sistemas de audiometria da Markttest e da AGB que descredibilizam a averiguada hegemonia da estação do doutor Balsemão. Aqui, porém, podemos e devemos regressar ao exemplo já usado, por muito desagradável que seja. Não é o êxito junto do mercado nem o volume de negócios que legitimam um comércio: o narcotráfico tem um inegável sucesso mercantil e, ao que dizem estatísticas respeitáveis, já tem um volume de negócios superior ao da própria indústria armamentista (sobre cuja legitimidade, aliás, nem é preciso tecer comentários), e nem por isso é comum assistirmos a que os Rangéis da cocaína saltem para as colunas da grande imprensa ao insultar e difamar os que objectam ao seu êxito. Ora, acontece até que este paralelo entre droga e aquilo a que durante algum tempo se chamou telelixo, embora esta expressão tenha desaparecido dos *media* com curiosa rapidez, não é tão excessiva quanto pode parecer. É certo que os alucinogéneos matam mais e em menos tempo, mas não é de modo nenhum desvairado o receio de que a TV que anestesias populações inteiras, que impõe a distribuição por grosso de mentiras com gravíssimas consequências para o futuro do mundo, que oculta ou menoriza riscos eventualmente letais contra os quais é imperativa e urgente a mobilização da espécie, seja menos perigosa a médio prazo.

## O que está em jogo

Se Emídio Rangel quisesse perceber, fórmula que utilizo porque o homem me parece suficientemente espertalhuço para ultra-

passar o entendimento básico e imediato, dar-se-ia conta de que a rejeição que a crítica (e, sublinhe-se, não apenas ela mas também segmentos crescentes do público) exprime relativamente ao "Big Show", correlativos e sucedâneos, não é menos que a rejeição perante uma sistemática prática de analgesia pelo emparvecimento de populações inteiras. A situação quase se pode narrar em termos de um conto para a infância. Era uma vez um planeta onde os habitantes, tendo descoberto que tinham inteligência bastante para melhorarem as condições de existência, em pouco mais de três séculos (isto é, num instantinho) inventaram maravilhas para curar doenças, para viajarem num ápice, para multiplicarem o conhecimento, para se sentirem mais próximos uns dos outros e se conhecerem melhor. Mas eis que um grupo deles, cúpidos, tomou conta de um dos mais úteis inventos, o que permitiria que todos conhecessem melhor o mundo e a vida, e serviu-se dele para adornar os milhões de outros e, assim, melhor os pilhar durante o sono e os sonhos. Mesmo indiferente ao facto de, ao impedir o melhor e mais generalizado conhecimento da vida, impedir também o conhecimento dos factores de morte que entretanto iam rondando.

É neste quadro, talvez complexo quanto aos elementos que integra mas nada complicado de entender, que se situam a acção da crítica de televisão, entre nós como noutros lugares, e o esbracejar desatinado dos Rangéis que, apesar de solidamente entrenchados por detrás dos poderosos interesses privados, parecem sentir ameaçados os seus chorudos cargos de estribeiro-mor em cavalaria alheia. O nó da questão, o ponto em que com clareza emerge a má-fé dos que sustentam que o direito à produção e difusão de telelixo é um caso de direito à liberdade de expressão, é que a alternativa a uma TV que, como escreveu Castrim, "se aproxima da suicultura", não é uma televisão pedante e chata, capaz de adornar qualquer ao som de programas intelectuais. Por todas as razões, e até porque a inteligência que o é de facto sabe explicar-se e interessar quem a ouve, regra que vale também para o jornalismo, a canção, a ficção audiovisual, o documentário e o mais que a TV pode trazer-nos. O que é indispensável, isso sim, é não semear imposturas que pegam de estaca em terreno prévia e longamente preparado. O que é fundamental é não incorrer em desonestidade, na intelectual e na outra, a que está no pólo oposto da velha honradez que o transitório triunfo neoliberal lançou para o mais fundo das caves do anacronismo.

Entenda-se, pois, o que está em jogo sempre que um bonzo da televisão sem princípios mas com fins desembesta contra a crítica de televisão, guerra antiga que recentemente teve uma agudização na ofensiva ordinária de Emídio Rangel: de um lado, está a defesa dos dividendos imediatos, quer expressos em moeda quer em ganhos políticos; do outro lado, está a talvez utópica reivindicação da devolução da TV ao quadro do interesse comum de onde nunca devia ter saído. Esta segunda posição pode parecer bem pouca coisa aos espíritos que se supõem práticos, concretos, pragmáticos. São esses, mais do que quaisquer outros, que precisam de notar que, por detrás dessa aparente pouca coisa, está muito provavelmente a viabilidade do futuro. Para todos, mesmo para eles.





## Os «cercos» de Jardim

Alberto João Jardim, quando toca a dinheiros públicos, é o mais estrênuo defensor da República. Nessas alturas, as suas monótonas diatribes contra o «colonialismo do continente» mergulham na clandestinidade, os seus delírios secessionistas metem férias e até as pesporrências contra a figura institucional do ministro da República desaparecem por encanto. O palatário do homem passa a ser outro e só um: a patriótica reivindicação de mais fundos que, no seu entender, o País deve permanentemente ao seu executivo regional da Madeira. Como chegámos ao fim do ano e os buracos das suas gestões dos dinheiros públicos têm de ser tapados, cá o temos de novo a gritar pelo ouro da República. Desta vez afirma que a Madeira está numa «situação de cerco», denuncia quebra nos «compromissos assumidos pela República» (certamente em diálogo pessoal e personalizado com o próprio Alberto João), rebola milhões de contos a haver como quem cascalha uns trocos no bolso, reclama universidades, devolução de impostos, mais milhões para os municípios e outros tantos em fundos comunitários, clama que lhe «cortam as

## PONTOS CARDEAIS

pernas» e conclui que estão a «tratar os madeirenses de forma diferente dos restantes portugueses». Pois estão. A tal ponto, que o Estado já assumiu 70% da dívida astronómica que as sucessivas gestões de Alberto João Jardim foram acumulando com a maior das impunidades...

### Voltar atrás

Em nova reviravolta sem precedentes, a Câmara dos Lordes britânica anunciou que a decisão tomada há um mês por cinco *Law Lords* de negar imunidade diplomática ao ex-ditador chileno Augusto Pinochet tem de ser revista, dando provimento a um apelo apresentado pelos advogados do ditador baseado no argumento de que um dos juízes envolvidos na deliberação, *Lord Hoffman*, tem ligações com a Amnistia Internacional. Se a anterior deliberação dos *Lords* britânicos em negar a imunidade a este criminoso brutal foi uma agradável surpresa para o mundo inteiro, o bizarro recuo agora verificado já se aproxima mais do perfil que esta instituição arrasta há décadas perante a opinião pública britânica e

internacional. Um perfil que, pelos vistos, continua colectivamente a considerar «suspeita» qualquer opção política progressista, ainda que tão inocentemente institucionalizada como a da Amnistia Internacional, situando o monopólio da «isenção» em tudo o que de mais conservador e reacçãoário possa existir. Como existe na Câmara dos Lordes, onde pontificam imperialistas sem império, colonialistas sem colónias, caudilhos sem exércitos e barões sem servos. Gente absolutamente isenta para decidir sobre um monstro como Pinochet.

### O «vale social»

O Conselho de Ministros aprovou esta semana uma medida que permite às empresas pagar creches aos filhos dos trabalhadores, «comprando», através de «vales sociais», às instituições privadas de solidariedade social (IPSS) serviços de apoio social em benefício dos filhos dos seus trabalhadores (creches, jardins de infância e lactários) e recebendo, em contrapartida, benefícios fiscais através do IRC. Conta o *Diário de Notícias* que, de

acordo com um dos técnicos da Secretaria de Estado da Inserção Social que elaboraram o diploma, o esquema permite benefícios em três frentes: para as empresas, famílias e IPSS. As primeiras, porque contabilizarão este benefício concedido aos seus trabalhadores como custos a descontar no imposto sobre os rendimentos de pessoas colectivas (IRC); as segundas, porque verão assim garantido um direito de assistência às suas crianças; as terceiras, porque ganharão prestígio (além do dinheiro que lhes pagam, evidentemente...). A gente ouve isto e fica com a impressão que há aqui qualquer coisa que não bate certo. Por um lado, as empresas pagam «vales sociais» para as creches e infantários dos seus trabalhadores mas, em contrapartida, deixam de ter o encargo dessas estruturas - que até aqui suportavam como componente de custos internos - e, ainda por cima, empoçam não se sabe quanto em descontos no IRC. Por outro, o Estado demite-se da sua responsabilidade de regulador e garante da satisfação dos direitos sociais dos cidadãos e, em contrapartida, perde mais dinheiro de impostos a favor dos interesses privados das empresas, alargando ainda mais - e agora de *motu proprio* - a sangria aberta da evasão fiscal.

Estes «vales» são capazes de ser muito mais «privados» que «sociais»...

### E o comboio continua...

Marcelo Rebelo de Sousa foi esta semana experimentar também o comboio da nova travessia ferroviária da Ponte 25 de Abril, tendo sido delicadamente acompanhado até à gare pelo próprio ministro dos Transportes e Comunicações, João Cravinho, que lá foi expressamente entregar-lhe um cartão de boas-festas e desejar-lhe «boa viagem». E Marcelo lá viajou ao lado do maquinista, como anteriormente o fez António Guterres, procurando marcar pontos sobre este ao recusar fazer o que o Primeiro-Ministro havia feito com grande entusiasmo: conduzir a pequena locomotiva. «Seria ridículo!», demarcou-se Marcelo, fingindo que o ridículo de repente o atrapalhava. Cumprido assim o dever de «fazer oposição» a Guterres, Marcelo não deixou de lançar o seu simpático ramo de oliveira, acrescentando igualmente que aquele comboio era uma «obra que faz a ponte entre o Governo do professor Cavaco Silva e o Governo do engenheiro António Guterres». Uma ponte, portanto, a unir demagogias.

## PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

## Salmos de mim

### Actualidade

O rosto me fustigam folhas que o outono despojou dos bens divinos. Revoltadas, insultam-me. Supõem que na matéria fui ouvido. Como

lhes vou dizer toda a verdade? Como dizer que Deus não sou, mas irmão delas? Como dizer que a glória é ser efémero e, sendo-o, bem sabendo que o somos?

Chegou delas o tempo. O meu virá. Quem julgar ter o dia na gaiola não chegará sequer ao entardecer.

Folhas irmãs da eterna seiva, agora nada mais resta do que esperar a hora de vestirmos de novo as novas árvores.

### Procura

Foram ruindo os muros em redor e não foi o primeiro o de Berlim. Temos de derrubar outros. Por exemplo o muro que fez ruir o muro de Berlim.

Sem isso que sentido terão os nossos passos? E as nossas palavras? Os beijos? E as frias esperas pelo autocarro das cinco da manhã?

Sem isso, o quê? Por que razão?

### Diálogo

Olhas-me de soslaio. Que fiz eu de estranho ou condenável? Que mal há em sonhar um dia ver-te dizer, como eu te digo, esperança?

Porque em verdade, quando digo esperança é apenas como quem sabe que há barcos e que eu e tu somos os barcos possíveis para mostrar que o mar é navegável.

Peço-te. Não me olhes assim. Acredita que sou da matéria em que és feito. Ao menos acredita no mar.

## Os meus dedos

Sentei-me à sombra do elefante mas o elefante arrastou com a tromba a sombra.

Sentei-me à sombra do muro. Bummm! Claro quem me mandou sentar-me à sombra de certos muros?

Sentei-me à sombra dela e ela deu-me com os pés preferiu um gestor com um Mercedes metalizado.

À sombra do Partido me confio. Sombra que dia a dia com os meus próprios dedos vou tecendo.

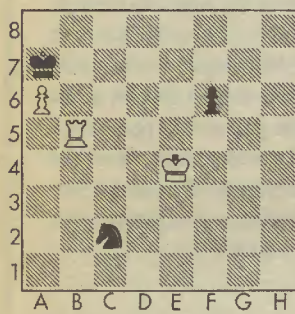
## XADREZ

DCLXXXVIII - 23 DE DEZEMBRO 1998

PROPOSIÇÃO N.º 1998X51

Por: Arthur Havasi  
«Chess Amateur» - 1924

Pr.: [3]: Pf6-Cc2-Ra7  
Br.: [3]: Pa6-Tb5-R64



Branças jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÃO DO N.º 1998X51 [A.H.]

1. Tb2, f5+; 2. Rd3, Ca3; 3. Tb3 e g.  
2. ... Cc1+; 3. Rf3, f4+; 4. R64, Ra6; 7. Tc2 e g.  
4. ... f3; 5. Td2, Cg2; 6. R:f3, Ch4+; 7. R64, Cg6; 8. Tg2, Ch4, 9. Tg4 e g.

A. de M. M.

## DAMAS

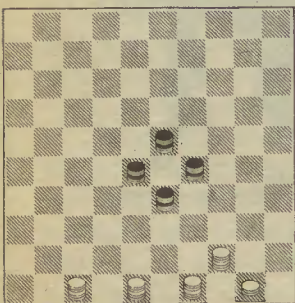
DCLXXXVIII - 23 DE DEZEMBRO 1998  
PROPOSIÇÃO N.º 1998D51

Por: Nicolas Riso

[F]

«L'Effort n.º 156» F., VVI.1974

Pr.: [4]: (23)-(28)-(29)-(33)  
Br.: [5]: (44)-(47)-(48)-(49)-50



Branças jogam e ganham

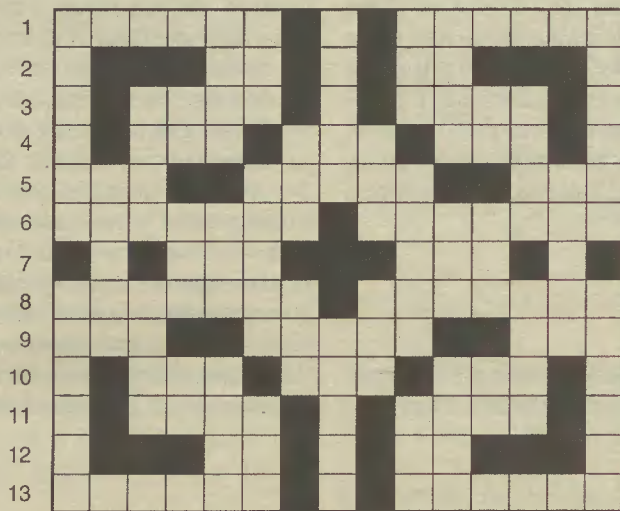
\*\*\*

SOLUÇÃO DO N.º 1998D51 [M.N.]

1. 48-34! (29x40 no no 45); 2. 47x7 (...45x1);  
3. 44x9-34! (7x45); 4. 49-40 (...7x45); 5. 6-1+  
A. de M. M.

## PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



**HORIZONTAIS:** 1 - Espécie de rede de pesca, usada em alguns pontos do Algarve; rego aberto na terra para nele se lançar a semente (pl.). 2 - Antiga nota dó; antiga cidade da Acaldeia. 3 - Planta rizomatosa, de colmo lenhoso, da fam. das gramíneas, cultivada e subspontânea em Portugal; condutor de palanquin, na Índia. 4 - Remoio de água (prov.); ave corredora oriunda da América do Sul; altar cristão. 5 - Título nobiliárquico inglês; antiga flauta de pastor; deus dos raios e do trovão filho de Odin. 6 - Apertado com atacador; instrumento musical, de sopro, de forma ovóide e timbre semelhante ao da flauta. 7 - Elemento de formação de palavras, de origem latina, que exprime a ideia de ovo, óvulo; enguia. 8 - Perfumado; pousara no mar (o hidroavião). 9 - Conjunto de duas pessoas; escavara; óxido de cálcio. 10 - Insignificância (fig.); a barlavento (naut.); cem metros quadrados. 11 - Unidade monetária italiana; acreditar. 12 - Americio (s.q.); acusada. 13 - Crepita; relativo a oásis.

**VERTICAIS:** 1 - Descaramento (gír.); membro de um grupo de criminosos parisienses que se notabilizaram pelos seus crimes e violências. 2 - Repete. 3 - Acção de corar a roupa; relativo à boca. 4 - Alumínio (s.q.); na companhia de; seis romanos. 5 - Acumulação ou monte de areia nas regiões desérticas e nas regiões litorais, sob a acção do vento quase constante; nome de mulher; verbal. 6 - Fruto da ateira; funcionário agregado a outro, como auxiliar, ou que não pertence aos quadros da firma; mulher que cria uma criança alheia. 7 - Eternidade; palhoça de índios. 8 - Ferro puxado à feira; a parte imaterial do ser humano (pl.). 9 - Tempo que o Sol gasta numa revolução aparente em torno da Terra; anel. 10 - Satélite da Terra; em parte mais alta; certo jogo de cartas em que, por passagem, ganha aquele que juntar todas as cartas de um naipe. 11 - Solitária; lavra; medida de uma superfície. 12 - Atmosfera; grande quantidade; nota musical. 13 - Elemento de formação de palavras, de origem latina, que exprime a ideia de largo; planta arbórea dicotiledónea também conhecida por bordo ou zelha. 14 - Oprime. 15 - Enxugara; primeira das refeições do dia.

**SOLUÇÕES:**  
VERTICAIS: 1 - Lata; 2 - Repete; 3 - Alar; 4 - Alumínio; 5 - Acumulação; 6 - Fruto da ateira; 7 - Eternidade; 8 - Ferro puxado à feira; 9 - Tempo que o Sol gasta numa revolução aparente em torno da Terra; 10 - Satélite da Terra; 11 - Solitária; 12 - Atmosfera; 13 - Elemento de formação de palavras; 14 - Oprime; 15 - Enxugara.  
HORIZONTAIS: 1 - Pesca; 2 - Nota dó; 3 - Planta rizomatosa; 4 - Remoio de água; 5 - Título nobiliárquico inglês; 6 - Apertado com atacador; 7 - Enguia; 8 - Perfumado; 9 - Conjunto de duas pessoas; 10 - Insignificância; 11 - Unidade monetária italiana; 12 - Americio; 13 - Crepita.



## AGENDA



# Boas prendas e feliz Natal

## Centro de Trabalho Vitória

### Espaço Cultural VENDA DE NATAL

24 Novembro a 30 Dezembro  
Das 11 às 21h, Sáb. até às 19h

- artesanato urbano
- doces e vinhos da Madeira
- barros alentejanos
- porcelanas
- pratos
- azulejos
- brinquedos
- vergas
- enfeites de Natal
- e muito mais...

Salas 201 e 202 (1.º Andar)

### EXPO-VENDA DE ARTES PLÁSTICAS

24 Novembro a 28 Dezembro

- |                    |                      |
|--------------------|----------------------|
| • Albino Moura     | • José Mouga         |
| • Boavida Amaro    | • Juan Soutullo      |
| • César Roussado   | • Luís Ralha         |
| • Filipe Dinis     | • Ribeiro Farinha    |
| • Irene Ribeiro    | • Roberto Machado    |
| • Humberto Lebroto | • Rogério Ribeiro    |
| • João Hogan       | • Sílvia             |
| • Jorge Vieira     | • Virgílio Domingues |

## Centro de Trabalho do Barreiro

### MERCADO DE NATAL

27 Novembro a 31 Dezembro  
das 10 às 22h

- Barros de Setúbal
- Peles de Grândola
- Pinhoadas e mel de Alcácer
- Moscatel de Setúbal e Palmela
- Vidros da Marinha Grande
- Livros
- Chocolates
- Brindes diversos

### Casa da Paz

Rua Rodrigo da Fonseca, 56, 2.º - Lisboa

### VENDA DE NATAL promovida pelo CPPC

27 Novembro a 22 Dezembro  
Das 10 às 20, Sábado a partir das 15 h

- Objectos provenientes de vários países

## Centro de Trabalho de Beja

### FEIRA DO LIVRO

Até 2 de Janeiro  
Das 10 às 20h,  
Sábado das 15 às 19h

## Centro de Trabalho de Algés

### BANCA DE NATAL

27 Novembro a 22 Dezembro  
de Segunda a Sexta  
das 13h30 às 17h30



## Reveillon

do Partido Comunista Português

na VOZ do OPERÁRIO

## Música ao Vivo com 2 Bandas

Entradas:

c/ Jantar ( refeição, espumante e Bolo Rei ) --- 6000 PCP'S  
c/ Mesa ( espumante e Bolo Rei ) --- 2500 PCP'S  
após 00:30h --- 1000 PCP'S

Informações e Marcacões

- Voz do Operário tel: 886 21 55 ( Paula Carvalho ou Fernando Bárbara )  
- C.T. Vitória tel: 356 27 15 ( Rui Menezes ou Martinho Baptista )



## TELEVISÃO

## Quinta, 24

## RTP 1

08.00 Infantil  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Duas Vidas e um Rio  
(de Robert Redford, EUA/1992, com Craig Sheffer, Brad Pitt, Tom Skerritt, Brenda Blethyn. Drama)  
16.00 Infantil  
17.25 O Amigo Público  
19.15 Os Lobos  
20.00 Telejornal  
20.45 Contra Informação  
21.00 As Lições do Tonecas  
21.50 Santa Cláusula  
(de John Pasquin, EUA/1994, com Tim Allen, Judge Reinhold, Eric Lloyd, Wendy Crewson, David Krumholtz. Ver Destaque)  
23.40 Natal em Viena  
00.55 Príncipe Estudante

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.40 Melodias Fantásticas  
(de Walt Disney, EUA/1948, com Roy Rogers, Trigger, Dennis Day, The Andrews Sisters, Fred Waring. Ver Destaque)  
17.30 Euronews  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Hugo  
19.10 Um, Dó, Li, Tá

## Sexta, 25

## RTP 1

08.00 Infantil  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.35 Quem Tramou Roger Rabbit?  
(de Robert Zemeckis, EUA/1988, com Bob Hoskins, Christopher Lloyd, Joanna Cassidy. Ver Destaque)  
15.30 Eros Ramazzotti  
17.35 Querida, Eu Encolhi os Miúdos  
(de Joe Johnston, EUA/1989, com Rick Moranis, Matt Frewer, Marcia Strassman. Infantil/Ficção Científica)  
19.15 Os Lobos  
20.00 Telejornal  
21.15 Uma Casa em Fânico  
22.20 Serviço de Urgência  
23.25 Radar  
24.00 24 Horas  
00.50 O Último Voo de Saint-Exupéry  
(de Robert Enrico, Fr./1994, com Bernard Giraudeau, Frédéric van den Driessche, Pierre Santini. Ver Destaque)

## RTP 2

08.55 Missa de Natal  
15.00 Informação Gestual  
15.40 A Terra  
16.35 Encontros Imediatos  
17.30 Euronews

## Sábado, 26

## RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil  
12.00 Made in África  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Top+  
15.05 Saber & Fazer  
15.35 Amigos  
16.15 O Rapaz e o Mundo  
16.45 Primeira Vez  
18.05 Estrada Viva  
18.40 Santa Casa  
20.00 Telejornal  
21.25 Jack  
(de Francis Ford Coppola, EUA/1996, com Robin Williams, Diane Lane, Brian Kerwin, Jennifer Lopez, Frank Drescher. Comédia Dramática)  
23.15 Miguel Ângelo ao Vivo  
00.30 24 Horas  
01.15 A Família Addams  
(de Barry Sonnenfeld, EUA/1991, com Anjelica Huston, Raul Julia, Christopher Lloyd, Dan Hedaya. Comédia)

## RTP 2

10.00 Barcelona - Concerto de Solidariedade  
12.00 Shaka Zulu  
13.00 Cidade Louca  
13.30 Dinheiro Vivo  
14.05 Partilha da Poesia  
15.00 Desporto 2

## Domingo, 27

## RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Made in Portugal  
15.00 Que Vida Esta!  
16.10 Sub-26  
17.35 Em Nome da Justiça  
18.40 GLx  
19.15 Casa Cheia  
20.00 Telejornal  
20.50 País Casa  
21.25 Docas  
22.40 Miss Mundo  
00.25 Millennium  
01.25 24 Horas  
02.05 A Guerra dos Abismos  
(de Jerry Jameson, EUA/1980, com Jason Robards, Richard Jordan, David Selby. Aventuras)

## RTP 2

09.30 Novos Horizontes  
10.30 Missa  
11.30 A Grandes Viagens de Comboio  
12.10 Grau de Culpa  
13.40 Viúvas  
14.30 Sarilhos com Elas  
15.00 Desporto 2  
18.00 Jornal de África  
18.35 A História de Nikita  
19.30 Bom Bordo  
20.00 Os Simpsons

## Segunda, 28

## RTP 1

08.00 Infantil  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.45 Esmeralda  
15.40 Chiquititas  
16.30 O Amigo Público  
18.15 País, País  
19.00 País Regiões  
19.15 Os Lobos  
20.00 Telejornal  
20.45 Contra Informação  
21.00 Nós, os Ricos  
21.35 Olha Quem Fala Agora!  
(de Tom Ropelewski, EUA/1993, com John Travolta, Kristie Alley, Olympia Dukakis. Comédia / Infantil)  
23.00 Sala de Conversas  
00.35 24 Horas  
01.30 Poltergeist  
02.25 Sexo e Corn Flakes  
(de Alan Parker, EUA/1994, com Anthony Hopkins, Bridget Fonda, Matthew Broderick, John Cusack. Comédia)

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.40 Rumo ao Sul  
16.35 O Nosso Charly  
17.25 Madeira

## Terça, 29

## RTP 1

08.00 Infantil  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.45 Esmeralda  
15.40 Chiquititas  
16.30 O Amigo Público  
18.15 País, País  
19.00 País Regiões  
19.15 Os Lobos  
20.00 Telejornal  
21.00 Espelho Meu  
21.35 Herman 98  
23.35 Reportagem  
00.35 24 Horas  
01.20 Rotações  
01.55 O Diário de Lady M  
(de Alain Tanner, Suíça/Bélg./Esp./Fr./1993, com Myriam Mézières, Juanjo Puigorbé, Félicité Wouassi, Antoine Basler. Drama)

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.40 Os Cinco Avisos de Satanás  
(de José Luis Merino, Esp./Port./1969, com Madalena Iglesias, Américo Coimbra, Artur Fernandez. Drama)  
17.30 Euronews  
18.00 Informação Religiosa

## Quarta, 30

## RTP 1

08.00 Infantil  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.45 Esmeralda  
15.40 Chiquititas  
16.30 O Amigo Público  
18.15 País, País  
19.00 País Regiões  
20.00 Telejornal  
21.00 Diário de Maria  
22.15 Cocktail  
(de Roger Donaldson, EUA/1988, com Tom Cruise, Bryan Brown, Elisabeth Shue, Lisa Banes, Laurence Luckinbill. Drama)  
00.05 24 Horas  
01.00 Prémios de Música MTV Europe

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.40 Derrick  
16.35 Profit  
17.30 Euronews  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Hugo  
19.00 Um, Dó, Li, Tá  
21.00 Portugalmente  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.55 Sinais do Tempo



Na televisão, o Natal do costume com uns toques de 98: «Giselle», Madona e os Tenores, este ano enfrentando as «Divas», uma pitadas de circo e de Bíblia e muitos «pais natais» a fingir...

20.25 Planeta Vida  
21.25 Portugalmente  
22.00 Jornal 2  
22.35 Mensagem de Natal do Cardeal Patriarca  
23.00 Missa do Galo  
22.50 Do Céu Caiu uma Estrela  
(de Frank Capra, EUA/1946, com James Stewart, Donna Reed, Lionel Barrymore. Drama)

## SIC

08.00 Buééré  
12.00 Salvamentos de Animais  
12.30 Primeiro Jornal  
13.30 Circo de Monte Carlo  
14.40 Prémios de Moda  
16.50 Regresso a Casa  
(de Duwayne Dunham, EUA/1993. Aventuras)  
19.00 Pecado Capital  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Bravo Bravíssimo  
22.20 Torre de Babel  
23.15 Pai, Filho e Sarilho  
(de Howard Deutch, EUA/1994, com Macaulay Culkin, Ted Danson, Glenn Headly. Comédia)  
01.00 Musical - Divas ao Vivo  
02.30 Concertos da Última Noite  
05.30 Musical - Brasil 500 Anos  
06.30 Musical - Glória

## TVI

09.00 As Aventuras do Homem Aranha  
(de E. W. Swackhamer, EUA/1977, com Nicholas Hammond, Lisa Eilbacher, Michael Pataki. Ficção Científica)  
10.30 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.15 Serras Azuis  
15.05 Animação  
17.30 O Regresso de Jafar  
(de Toby Shelton, Tad Stones, Aslan Zaslav, EUA. Animação)  
19.15 A Bíblia: Moisés (Parte I)  
21.00 Directo XXI  
22.00 Rocky, o Cão Executivo  
(de Neill Fearnley, EUA/1996, com Michael Riley, Leila Kenzle, David Leisure. Comédia)  
23.45 Mensagem de Natal do Cardeal Patriarca  
24.00 Missa do Galo  
01.30 Sonho de Natal  
(de Tony Bill, EUA/1998, com Jobeth Williams, Michael Ontkean, Barbara Berrie. Romântico)  
02.10 Desporto  
02.30 Profiler

18.00 Informação Religiosa  
18.30 Hugo  
19.00 Um, Dó, Li, Tá  
20.25 O Corpo Humano  
21.25 Portugalmente  
22.00 Jornal 2  
22.55 Bailado: «Gisela»  
00.30 Swing to Christmas

## SIC

07.00 Circo  
08.00 Buééré  
10.00 Jetsons, o Filme  
(de William Hanna e Joseph Barbera, EUA/1990, com as vozes de Mel Blanc, Tiffany, George O'Hanlon. Animação)  
11.30 A Festa da Música  
12.30 Primeiro Jornal  
13.30 Circo de Monte Carlo - II  
14.30 Spice Girls em Wembley  
15.45 Os Salteadores da Arca Perdida  
(de Steven Spielberg, EUA/1981, com Harrison Ford, Karen Allen, Paul Freeman. Aventuras)  
17.45 Os 101 Dálmatas  
(de Stephen Herek, EUA/1996, com Glenn Close, Jeff Daniels, Joely Richardson. Comédia)  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Bravo Bravíssimo  
22.20 Torre de Babel  
23.00 Horizonte Longínquo  
(de Ron Howard, EUA/1992, com Tom Cruise, Nicole Kidman, Thomas Gibson, Robert Porsky. Ver Destaque)  
01.15 Último Jornal  
01.50 Red Hote em Lisboa  
02.10 O Ano do Cavalo: Jarmush  
filma Neil Young  
03.50 Karate Kid 2  
(de John G. Avildsen, EUA/1986, com Ralph Macchio, Pat Morita, Robu McCarthy. Artes Marciais)  
05.45 Oscar  
(de John Landis, EUA/1991, com Sylvester Stallone, Ornella Muti, Don Ameche, Marisa Tomei, Vincent Spano, Peter Riegert. Ver Destaque)

## TVI

08.00 Animação  
11.30 Missa de Natal  
13.00 As Mais Belas Crianças de Natal  
14.30 Animação  
17.30 O Regresso a Casa  
(de Jerry London, EUA/1998, com Ann Jillian, Robert Hays, Jack Palance. Drama)  
19.15 A Bíblia: Moisés - Parte II  
21.00 Directo XXI  
22.00 O Meu Primeiro Beijo II  
(de Howard Zieff, EUA/1991, com Dan Akyroyd, Jamie Lee Curtis, Anna Chlumsky, Austin O'Brien. Comédia)  
23.45 Ao Encontro do Amor  
(de Jud Taylor, EUA/1995, com Connie Sellecca, Randy Travis. Drama)  
01.15 Um Presente de Natal  
(de Jerry London, EUA/1996, com Melissa Gilbert, Tim Matheson, Travis Tritt. Drama)

18.45 Caminho das Estrelas  
19.35 2001  
20.00 Os Simpsons  
20.30 Tenchi Muyo  
21.00 O Universo de Stephen Hawking  
22.00 Jornal 2  
22.35 O Lugar da História  
23.35 Allô, Allô!  
00.05 O Vigário de Dibley  
00.35 O Riso ao Poder  
01.00 Party  
(de Manoel de Oliveira, Port./Fr./1996, com Michel Piccoli, Irene Papas, Leonor Silveira, Rogério Samora. Ver Destaque)

## SIC

08.00 Buééré  
11.55 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Um Cão Felpudo  
(de Dennis Dugan, EUA/1994, com Ed Beagly Jr., Sarah Lassez. Comédia)  
16.00 Walker  
17.00 Regresso à Lagoa Azul  
(de William A. Graham, EUA/1991, com Milla Jovovich, Brian Krause, Lisa Pelikan. Romântico)  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Mundo VIP  
22.00 Big Show Sic  
01.30 Afrodísia  
02.00 Sentinela  
03.00 Último Jornal  
03.35 Um Grito de Coragem  
(de Fred Schepisi, EUA/1988, com Meryl Streep, Sam Neill, Bruce Myles, Charles Tingwell. Ver Destaque)

## TVI

09.00 S.O.S. Urgências  
10.00 Animação  
13.30 Roar  
14.15 Acção em Acapulco  
15.00 Romance de Natal  
(de Sheldon Larry, EUA/1996, com Olivia Newton-John, Gregory Harrison. Melodrama)  
16.45 Cleópatra (Parte I)  
(de Joseph L. Mankiewicz, EUA/1963, com Elizabeth Taylor, Richard Burton, Rex Harrison, Pamela Brown, George Cole. Histórico)  
19.00 Detective de Saltos Altos  
(de Jeff Kanew, EUA/1991, com Kathleen Turner, Charles Durning, Jay O. Sanders. Policial)  
21.00 Directo XXI  
22.00 Pequena Princesa  
(de Tom McLoughlin, EUA/1993, com Jean Smart, Robert Pastorelli, Giuliana Santini. Drama)  
24.00 Hong Kong 97 - A Contagem Final Começou  
(de Albert Puy, EUA/1994, com Reginald Cameron, Simon Alexander. Drama)  
02.00 Profiler



20.15 Onda Curta  
(Ficções Sobre a Realidade, 1.ª Parte - «Luzes Sobre um Massacre». Curtas-Metragens. Ver Destaque)  
21.25 Artes e Letras - «Alvar Aalto»  
22.00 Jornal 2  
22.30 Horizontes da Memória  
23.00 Olhos nos Olhos

## SIC

08.00 Buééré  
12.30 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
13.45 Sim, Virgínia, Ele Existe  
(de Charles Jarrot, EUA/1991, com Charles Bronson, Richard Thomas. Drama)  
16.50 Os Imortais  
17.50 Falar Bem e Depressa  
(de Barnett Kellman, EUA/1992, com Dolly Parton, James Woods, Michael Madsen, Griffin Dunne. Comédia Romântica)  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Polícias à Solta  
21.40 Chuva de Estrelas  
22.50 Instinto Fatal  
(de Carl Reiner, EUA/1993, com Armand Assante, Sherilyn Fenn, Kate Nelligan, Sean Young. Comédia / «Thriller»)  
00.45 Último Jornal  
01.20 Dra. Quinn  
02.20 Portugal Radical

## TVI

10.00 Animação  
10.30 Novos Ventos  
11.15 Missa  
13.00 Aventuras Selvagens  
13.45 Sétimo Céu  
14.30 A Patrulha do Tempo  
15.15 Natal Todos os Dias  
(de Larry Pearce, EUA/1996, com Ronert Hays, Erik Vondetten, Bess Armstrong. Drama)  
16.45 Cleópatra - Parte II  
(de Joseph L. Mankiewicz)  
18.45 O Espírito do Desejo  
(de Penny Marshall, EUA/1996, com Denzel Washington, Whitney Houston, Courtney B. Vance. Fantasia)  
21.00 Directo XXI  
22.00 O Rosto da Lei  
23.00 Perigo Perto de Casa  
(de Bill Corcoran, EUA/1997, com Judith Light, Rick Schroder, Harry J. Lennix, Sarah Trigger. Policial)  
01.00 Profiler

18.00 Informação Religiosa  
18.30 Hugo  
19.25 Um, Dó, Li, Tá  
21.00 Portugalmente  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.55 (programa não designado)  
23.45 Nash Bridges

## SIC

08.00 Buééré  
12.00 Jasmim  
ou o Sonho do Cinema  
12.30 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.30 Fátima Lopes  
16.30 Buééré  
17.40 Corpo Dourado  
19.00 Pecado Capital  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Torre de Babel  
22.00 Roda dos Milhões  
00.10 Toda a Verdade  
01.10 Último Jornal  
01.45 Portugal Radical  
02.50 Vibrações

## TVI

09.00 S.O.S. Urgências  
09.45 TVI Jornal  
10.00 Animação  
12.30 Fascinação  
13.30 TVI Jornal  
14.00 Serras Azuis  
15.05 Mulher Perigosa  
16.00 Animação  
18.00 Flipper  
19.00 Asas nos Pés  
20.00 Robocop  
21.00 Directo XXI  
22.00 Soldados da Justiça  
23.00 Porteiro da Noite  
(de Charles Haid, EUA/1995, com Jenny Robertson, Joanna Kern, Ted Marcoux. Drama)  
00.50 Segredos de Verónica  
02.30 Profiler

18.30 Hugo  
19.00 Um, Dó, Li, Tá  
21.00 Portugalmente  
21.30 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.35 Acontece  
22.55 The Crown and the Country  
23.20 Ler para Crer  
00.20 A Noite com Jools Holland

## SIC

08.00 Buééré  
12.00 Jasmim  
12.30 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.30 Fátima Lopes  
16.30 Buééré  
17.40 Corpo Dourado  
19.00 Pecado Capital  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Médico de Família  
22.00 Torre de Babel  
23.20 O Justiciero de Nova Iorque  
(de Michael Winner, EUA/1985, com Charles Bronson, Deborah Rafkin, Ed Lauter. Acção)  
01.15 Último Jornal  
01.50 O Caso República  
03.20 Vibrações

## TVI

09.00 S.O.S. Urgências  
09.45 TVI Jornal  
10.00 Animação  
12.30 Fascinação  
13.30 TVI Jornal  
14.00 Serras Azuis  
15.05 Mulher Perigosa  
16.00 Animação  
18.00 Flipper  
19.00 Asas nos Pés  
20.00 Robocop  
21.00 Directo XXI  
22.00 Atterragem de Alto Risco  
(de Paul Wendkos, EUA/1996, com Claudia Christian, Jeff Yagher, Jessica Tuck. Catástrofe)  
24.00 Nos Bastidores dos Ficheiros Secretos  
01.10 Os Segredos de Verónica  
01.45 Feedback  
02.30 Profiler

23.45 Carlos Cruz  
00.45 Dharma e Greg

## SIC

08.00 Buééré  
12.00 Jasmim  
12.30 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.30 Fátima Lopes  
16.30 Buééré  
18.30 Pecado Capital  
20.00 Jornal da Noite  
21.05 Um Sarilho Chamado Marina  
21.35 Cantigas de Maldizer  
22.45 Torre de Babel  
23.45 Casos de Policia  
01.00 Rally Dakkar  
01.30 Último Jornal  
02.05 Conversas Secretas  
03.05 Portugal Radical

## TVI

09.00 S.O.S. Urgências  
09.45 TVI Jornal  
10.00 Animação  
12.30 Fascinação  
13.30 TVI Jornal  
14.00 Serras Azuis  
15.05 Mulher Perigosa  
16.00 Animação  
18.00 Flipper  
19.00 Asas nos Pés  
20.00 Robocop  
21.00 Directo XXI  
22.00 S6 Tu  
(de Norman Jewison, EUA/1994, com Marisa Tomei, Robert Downey Jr., Bonnie Hunt, Joaquim de Almeida. Comédia Romântica)  
24.00 Um Homem Sem Importância  
(de Suri Krishnamma)  
02.00 Segredos de Verónica  
02.55 Lanterna Mágica  
03.30 Profiler

Nota:  
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...

## Melodias Fantásticas

(Quinta, 15.40, RTP2)

Nem tudo o que há nesta quadra para as crianças é de particular qualidade. Entretanto, talvez seja de espreitar este «Melodias Fantásticas», uma forma de incluir numa longa metragem seis sketches realizados por Walt Disney, muitos deles conjugando a imagem animada com a imagem real e artistas de «carne e osso».

## Santa Cláusula

(Quinta, 21.50, RTP1)

Um argumento muito bem escrito no qual um pai divorciado, tendo inadvertidamente assustado o Pai Natal quando este se precipitou pela chaminé da sua casa, acaba por se meter numa aventura que o leva a transformar-se gradualmente num outro Pai Natal... Uma grande interpretação de Tim Allen.

## Quem Tramou o Roger Rabbit?

(Sexta, 13.35, RTP1)

Aqui é que também não há dúvida. Estamos perante uma fabulosa mistura de animação e de actores iguais a qualquer um de nós, embora num filme para «adultos com sólida formação moral»... Os Toons, personagens de desenhos animados, vivem perto de Beverly Hills, em Hollywood. E Roger Rabbit, o coelho vedeta, tem dúvidas sobre a fidelidade da sua esposa, a bela Jessica, tendo o produtor Marron contratado um detective privado para investigar... A partir daí, é um não mais acabar de peripécias, as mais hilariantes, num filme realizado com mão de mestre por Robert Zemeckis. Um espectáculo vertiginoso, com a nostalgia dos cartoons a ser-nos devolvida por uma técnica de truca-gem altamente evoluída. Com Bob Hoskins no principal papel.



Bob Hoskins e Jessica (esposa de Roger Rabbit), numa sequência do filme «Quem Tramou o Roger Rabbit?», de Robert Zemeckis

## Horizonte Longínquo

(Sexta, 23.00, SIC)

A história é pobrezinha, coitadinha, mas diz-se que vale a pena ver a forma como está posta em cinema, com uma esplendorosa reconstrução de época que nos leva até finais do século XIX, em Oklahama, e à saga de um casal de jovens irlandeses que emigraram para a América. Com Tom Cruise e Nicole Kidman nos principais papéis.

## O Último Voo de Saint-Exupéry

(Sexta, 00.50, RTP1)

Antoine de Saint-Exupéry, aviador e escritor francês, desapareceu durante a II Guerra Mundial, quando fazia um voo de reconhecimento sobre o teatro de guerra. Este filme, realizado pelo cineasta francês Robert Enrico, foi, na realidade, produzido para a televisão e evoca a época e a vida do grande escritor, numa harmoniosa conjugação de sequências ficcionadas com imagens documentais daquele período.

## Oscar

(Sexta, 05.45, SIC)

Ao contrário do que sempre foram os papéis a que nos habituou desempenhados na tela, Sylvester Stallone incarna aqui uma persona-



Um fotograma do filme «Santa Cláusula», de John Pasquin



Nicole Kidman e Tom Cruise, numa cena de «Horizonte Longínquo», de Ron Howard

gem com considerável grau de comicidade (originalmente criada por Louis de Funès, a partir de uma peça de teatro) colocando-se na pele de um gangster desajeitado que tenta enveredar por uma vida honesta, a despeito do caos doméstico e financeiro que o rodeia. Boas interpretação, também, de actores secundários, embora o filme nunca chegue a atingir uma escala demasiado elevada.

## Party

(Sábado, 01.00, RTP2)

Trata-se de um dos últimos filmes de Manoel de Oliveira, aqui com a colaboração de dois grandes intérpretes internacionais, Michel Piccoli e Irene Papas, e com a sempre fiel Leonor Silveira nos principais papéis. Também com a colaboração de Agustina Bessa-Luís como co-argumentista, Party foi rodado nos Açores e conta-nos a história das recíprocas atracções amorosas entre Leonor e um seu convidado estrangeiro que começaram durante uma festa que ela organizou na bela vivenda do marido para comemorar o décimo aniversário do seu casamento. História de seduções e tentações, num filme com a marca de Manoel de Oliveira.

## Um Grito de Coragem

(Sábado, 03.35, SIC)

Duas interpretações impressionantes de Meryl Streep e Sam Neill, na adaptação de um drama verídico ocorrido na Austrália, em que uma mulher é acusada de ter morto o seu filho apesar da alegação de que ele tinha sido levado por um cão selvagem - uma história que fez vibrar de indignação e emoção todo o país. O filme, encenado com grande talento por Fred Schepisi, utiliza excelentemente alguns processos próprios do docudrama (documentário ficcionado) aliás perfeitamente adequados ao desenvolvimento da intriga e em particular às sequências do julgamento em tribunal. Um dos melhores filmes da semana, desperdiçado pela SIC a meio da madrugada de Sábado, afinal num horário

bem canalha - isto para utilizar uma expressão tão cara ao seu Director de Programas.

## Onda Curta: Ficções Sobre a Realidade

(Domingo, 20.30, RTP2)

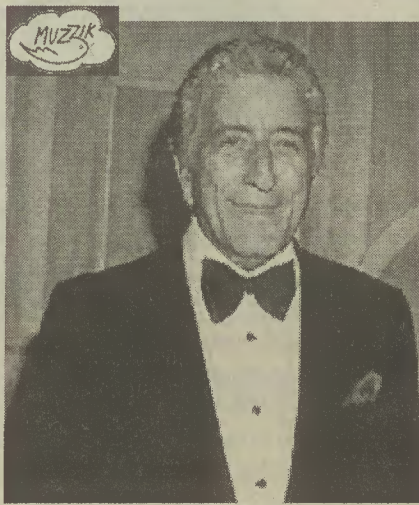
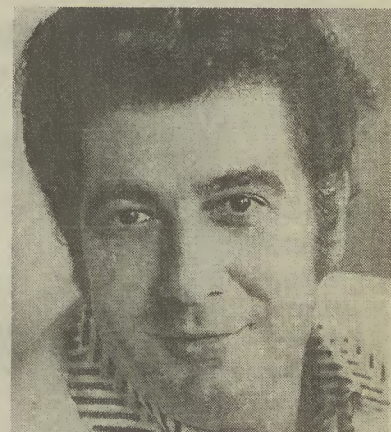
Há cerca de dois anos, o cineasta francês Bertrand Tavernier convidou uma série de colegas seus para realizarem, sob a sua direcção artística, várias curtas-metragens que deveriam debruçar-se sobre a proliferação das «minas antipessoal», um flagelo que se espalhou nos últimos anos de forma descontrolada e criminosa. São essas curtas-metragens, realizadas por Youssef Chaine, Coline Serreau, Volker Schlöndorff, Matthieu Kassovitz, Jaco Van Dormael, Pierre Jolivet e Pavel Lunguine, que hoje são mostradas no espaço «Onda Curta» dedicado à curta-metragem.

## CABO &amp; SATÉLITE

## Domingo numa ópera com tema português



Os apreciadores de ópera e de Plácido Domingo, o grande tenor espanhol, podem vê-lo e ouvi-lo hoje à noite, no canal Muzzik, na ópera «L'Africaine» de Meyerbeer, com argumento em que um dos principais personagens é o navegador português Vasco da Gama. Ao lado de Domingo a voz feminina principal é a de Shirley Verret. (Muzzik, Quinta, das 22.15 às 01.30)



## Um grande vocalista

Depois de Sinatra, ele é a maior voz no âmbito dos grandes vocalistas do cancionero norte-americano. É Tony Bennett e na noite do próximo Domingo, pelas 20 horas, o canal Muzzik vai dedicar-lhe um documentário sobre a sua carreira, no qual serão utilizados abundantes documentos audiovisuais de arquivo, excertos de concertos, entrevistas e testemunhos de seus contemporâneos, como Max Roach ou o próprio Frank Sinatra. (Muzzik, Domingo, das 20 às 21.25)

## A noite temática é para rir!

Se, em vez de canções, preferir o riso, a noite temática desta semana,



Além de outros filmes sempre transmitidos em épocas festivas, como «Do Céu Caiu Uma Estrela» (Capra) ou «Cleópatra» (Mankiewicz), «Os Salteadores da Arca Perdida» voltam a visitar-nos pela mão de Spielberg



# Um tributo a Villas-Boas

Enquanto linguagem musical que, ao longo das décadas, foi adquirindo uma cada vez maior projecção internacional, o jazz acabou por se estabelecer como um dos ramos da música popular que evidencia particulares exigências criativas.

Mesmo em Portugal, o jazz está hoje presente com assinalável regularidade, em concertos e festivais realizados por vários pontos do país, do litoral ao interior, as mais das vezes traduzindo o esforço cultural, assim descentralizado, por parte do poder local. E isto acontece, precisamente, num país onde, desde há muitos, demasiados anos, nenhum dos quatro canais de televisão hoje existentes se digna prestar a menor das atenções a uma forma musical que tem todo o direito a existir como qualquer outra.

Por outro lado, não deixa de ser interessante constatar-se, a propósito, que a presença do jazz na nossa imprensa diária, mesmo em comparação com o que se passa em outros países europeus e até nos EUA, tem visibilidade fora do vulgar. É aqui que, porventura, entra em jogo a palavra «militância», já que não é fácil

encontrar-se melhor designação para explicar como um reduzido punhado de divulgadores tem conseguido, ao longo dos anos, manter viva a chama do interesse pelo jazz. E a explicação só pode residir na própria génese do aparecimento do jazz entre nós, com maior incidência nos anos posteriores à II Guerra Mundial (portanto, em plena vigência e consolidação do fascismo português), e no exemplo de persistência e também resistên-

cia daquele que foi o primeiro grande militante da divulgação do jazz em Portugal — Luís Villas-Boas.

Neste sentido, o tributo que a RTP 2 prestou a esta destacada figura do jazz europeu e mundial não podia ter sido mais acertado, tanto mais que, do mesmo passo, se sublinhou a passagem do 50.º aniversário de um dos mais antigos clubes de jazz em todo o mundo, o Hot Clube de Portugal, hoje sede de uma importante Escola de Jazz. E, para se encarregar deste tributo e desta efeméride, a escolha oportuna recaiu em José Duarte, outro divulgador com larga folha de serviços, que congeminou as deambulações do programa, se encarregou dos textos (aliás, acertadamente reduzidos ao mínimo indispensável) e, assim, ali reflectiu e fez reflectir memórias antigas, vividas e partilhadas.

Transmitido na rubrica «Artes & Letras» do passado Domingo, o documentário deu-nos a conhecer algumas das incidências menos divulgadas — e hoje, mesmo quando historicamente desagradáveis, altamente saborosas — dos caminhos e descaminhos que o jazz conheceu entre nós: desde os primeiros sons do jazz na Emissora Nacional no programa «Hot Clube» do próprio Villas-Boas e da imaginação demonstrada por este na forma de angariação de fundos para o aluguer de uma primeira sede para o Hot, até à realização do primeiro grande Festival de Jazz de Cascais (em 71), passando pelas condicio-

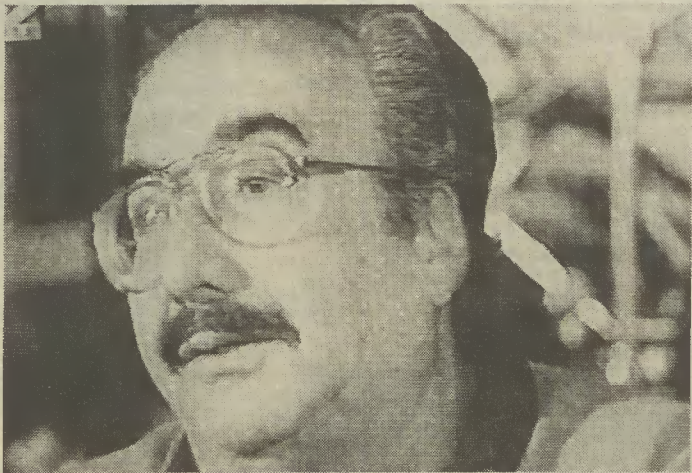
nantes impostas pelos burocratas da ditadura em relação à redacção dos Estatutos do HCP, pela primeira *jam session* no Salão de Chá do Chave d'Ouro ou aquelas que foram vividas, nos anos seguintes, até altas horas da madrugada, com músicos estrangeiros de passagem pela capital.

De tudo isto e muito mais nos deram conta documentos arduamente procurados nos desfalcados arquivos da RTP e, sobretudo, no riquíssimo espólio de Villas-Boas, hoje à guarda do HCP, bem como nas gavetas de outros carolas e amigos, alguns co-fundadores do clube, outros músicos profissionais e amadores que participaram no programa.

Entre estes depoimentos, uma primeira e justa referência vai para a firme serenidade de Maria Helena Villas-Boas e para a fresca memória de dois companheiros da primeira hora, os irmãos Mayer, mas também para a

lucidez de Gérard Castello-Lopes, a ironia pragmática de Bernardo Moreira, actual presidente da direcção do HCP, ou até a surpreendente picardia e sarcasmo com que

João Braga — «implicado» com Villas-Boas na organização do Festival de Cascais — recordou, em saboroso testemunho, os desa-



«... uma música de vivos para vivos.»

gradáveis incidentes relacionados com a prisão, pela PIDE, do contra baixista Charlie Haden, em consequência da sua explícita e histórica homenagem, no sobrelotado Pavilhão de Cascais, aos movimentos de libertação das ex-colónias portuguesas.

Mas nada disto teria sido com tanta naturalidade devolvido ao espectador se não fosse a extrema sensibilidade posta neste magnífico documentário pela sua realizadora Cristina Antunes — imaginativa nos momentos encenados desta «estória televisiva», como foram os dos belos movimentos de grua pela fachada do Hot na Praça da Alegria ou a fabulosa inserção da sequência filmada no clube, por Fernando Lopes, para o seu «Belarmino», e eficaz na duração encontrada para os depoimentos em vivo ou até na adequada composição e tratamento da transição do preto e branco para a cor, para já não falar na escurreita e imperceptível organização geral do material disponível e na montagem ou nos movimentos de câmara com que se respeitou a própria «privacidade» dos documentos de arquivo.

São trabalhos destes que dão estatuto de maioria a qualquer estação de televisão, por maioria de razões a do serviço público, no recenseamento e investigação das histórias de resistência e construção positiva de vultos marcantes da nossa multifacetada realidade cultural, como foi sem dúvida Luís Villas-Boas.

# Promessas da Cultura e exigências do Sul

O Governo está tomado de um novo frenesi no domínio das visitas à província. Ministros e secretários de Estado atacam em todas as direcções, inauguram obras, lançam primeiras pedras, fazem promessas, ou mostram-se simplesmente.

A toda esta excitação não são naturalmente estranhos os actos eleitorais do próximo ano — as europeias e sobretudo as legislativas.

Foi no quadro desta operação visitadora que o ministro da Cultura se deslocou ao Algarve para «a sua primeira grande visita à região», como lhe chamou o «DN».

O ministro, pelo seu lado, designou a viagem de «jornada de descentralização» e, muito de acordo com espírito natalício, fez questão de anunciar, mal chegou à região algarvia, que trazia no saco «algumas prendas».

Feito o cômputo a estas prendas, no fim da viagem, há a registar a promessa deixada por António Maria Carrilho de «cerca de 400 mil contos em equipamentos culturais», que, segundo disse, «o Governo se prepara para investir no Algarve, no próximo ano».

Entretanto, se excluirmos os 25 mil contos

esforços do município no domínio cultural, salientou o papel da Cultura como factor de desenvolvimento. Enalteceu, a propósito, a experiência autárquica de Mértola e a obra de Cláudio Torres. Chamou a atenção para o indispensável apoio governamental à acção cultural da autarquia num concelho tão carenciado.

O ministro da Cultura embarcou, depois, numa vedeta da Armada e desceu o Guadiana até Vila Real de Santo António. Espera-se, por isso, que guarde, com a memória das belas paisagens do «grande rio do Sul», os recados do Nordeste Algarvio: os explícitos em relação à cultura e os implícitos na necessidade de medidas urgentes para contrariar o avanço da desertificação.

Quanto a estes últimos, são da maior importância, nesta sub-região, todas as questões que se prendem com as acessibilidades.

Assim, a questão da ponte entre Alcoutim e Sancelular do Guadiana, que é uma aspiração secular das populações dos dois lados da fronteira, parece ter tido algum desenvolvimento a partir da última cimeira luso-espanhola. Mas está prevista para quando?

## VARIAÇÕES

■ Carlos Brivo



para o Teatro Lethes, de Faro, cuja cobertura do palco ameaça ruir, os 6 mil contos para o Festival Internacional de Cinema do Algarve e algumas pequenas verbas para bibliotecas municipais, todo o esforço de investimento governamental ficou por concretizar. Ficou também por se saber que encargos financeiros é que ele acarreta para as autarquias locais e se estas estão em condições de suportá-los.

Espera-se, porém, que Carrilho, que tanto teorizou, ao longo da viagem, sobre a mútua influência do turismo e da cultura, esteja atento, agora, para desobstruir os costurados obstáculos burocráticos que podem reduzir a nada as suas promessas.

Um aspecto inédito da viagem do ministro da Cultura ao Algarve foi a sua visita ao Nordeste Algarvio. Assinale-se que nunca antes um ministro da Cultura tinha pisado estas paragens.

Em Alcoutim, ao encontrar-se com as autoridades municipais, o ministro Carrilho pôde ficar com uma ideia da acuidade do problema da desertificação num concelho que, em quatro décadas, perdeu mais de metade da sua população e apresenta a maior taxa de envelhecimento de todo o Algarve.

Significativamente, foi o presidente da Câmara, Francisco Amaral, que, referindo os

Para quando o despovoamento for de todo irremediável?

O mais grave é o que se tem passado com o IC27, que deve ligar Beja a Castro Marim. Desde que o PS chegou ao Governo, é manifesta a sua má vontade em relação a este itinerário que foi uma importante promessa e chegou a ser considerado prioritário pela Governo anterior. Na proposta governamental de Orçamento de Estado para 1999 voltou a ser subestimado. O ministro Cravinho parece que só tem olhos para ver o Norte, se calhar por causa da sua massa eleitoral, esquece-se que esta obra é da maior importância económica, social e estratégica para cinco concelhos, dois alentejanos — Beja e Mértola — e três algarvios — Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António — sendo que quatro deles são concelhos fronteiriços. A questão que já se coloca às populações destes cinco concelhos é a de saberem o que devem fazer para que o ministro Cravinho as veja e as ouça.



## ESCAPARATE

### E o Circo chegou à cidade!

Atenção! Atenção! O circo chegou à cidade e traz muito que contar! Animais amestrados, palhaços, equilibristas, domadores, trapezistas, etc., etc., é esta a época em que os circos dão que divertir e pasmar à criançada das nossas cidades. Este ano, Lisboa, bate o record. Vejamos: o **Circo Chen** estará no Campo Pequeno, pois claro, com espectáculos de 2.ª a 6.ª às 16 e às 21.30. Aos sábados, domingos e feriados, só às 21.30, mas no dia de Natal, 25, e no primeiro dia do novo ano, 1, há duas sessões, às 15 e às 17.30. A companhia que será apresentada pelo Circo Chen é de origem russa.

Na **Feira Popular**, também haverá circo este ano, todas as noites às 21.30, com espectáculos aos sábados, domingos e feriados às 16 horas. Também o **Circo Chen** terá a seu cargo a animação circence deste espaço, com uma companhia internacional.

Claro que o **Coliseu dos Recreios** não poderia faltar! Ali estará o chamado

**Grande Circo do Natal**, uma companhia também internacional que preencherá as noites úteis a partir das 16 horas.

Por último, em Lisboa, estará ainda (mais concretamente em Benfica, na R. Tenente-Coronel Ribeiro dos Reis) o **Circo Atlas**. A especialidade são os animais amestrados.

Fora de Lisboa, o destaque vai para o Porto, para o **Coliseu** e para o seu **Monumental Circo** em actividade diariamente às 15.30 e 21.30 e com um outro espectáculo às 17.30 todas as sextas, sábados, domingos e feriados. Artistas (e animais) de Itália, EUA, Espanha, Dinamarca, Rússia e, naturalmente, Portugal.

Para Vila Nova de Gaia estão já aprazados os espectáculos dos **Circo Sobre Gelo** (uma novidade!) e o **Circo Chen-Wonderland**, enquanto que para Faro, junto ao parque das piscinas municipais, estão previstos espectáculos diários do **Circo Dallas**.

É entrar, meninos e meninas!



## TEATRO

### Teatro infantil em Lisboa

Com tanta falta de espectáculos para as crianças, não é de perder nestes dias de Festa, a representação da peça «O pirata que não sabia ler», ori-

ginal de José Jorge Letria que está em cena no **Teatro Estúdio Mário Viegas** (Companhia Teatral do Chiado, S. Luís, Lisboa). Com encenação de João

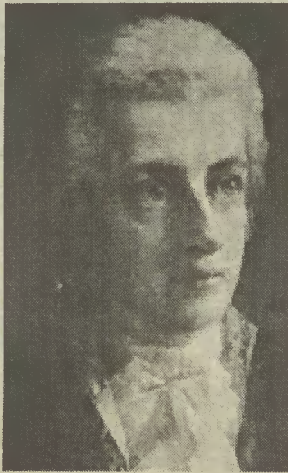
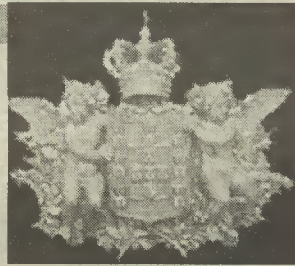
Carracedo, figurinos e cenário de Delphim Miranda e iluminação de Paulo Sabino, a interpretação estará a cargo de Fátima Pinto, Paulo Duarte Ribeiro, Manuela Cassola, João Carracedo, Rita Lello e Vítor d'Andrade. Quartas, quintas e sextas às 11 horas e sábados e domingos às 15 horas. Marcações: 347 12 79, 342 23 35, 342 23 37.

Entretanto, na **Sala de Ensaios do CCB**, ainda poderá ver hoje às 15 horas a última representação da peça «Oriana», adaptação do conto «A Fada Oriana» de Sophia de Mello Breyner Andresen pela companhia do **Teatro Art'Imagem**. É uma adaptação e encenação de José Leitão, com cenografia de Acácio de Carvalho, figurinos de Manuela Bronze, música de Serafim Lopes e movimento de Ana Borges.

## ÓPERA

### O D. Giovanni no S. Carlos em Lisboa

Estreada no passado dia 21 e com récitas marcadas para 23, 28, 30 de Dezembro e, ainda, 4, 6 e 9 de Janeiro, a ópera «D. Giovanni» de Wolfgang Amadeus Mozart sobe à cena no **Teatro Nacional de S. Carlos**. A encenação e cenografia é de Achim Freyer, os figurinos e máscaras de Maria-Elena Amos e o desenho de luzes de Kurt-Rüdiger Wogatzke, sendo os intérpretes, consoante os dias de récita, Natale de Carolis e Jorge Vaz de Carvalho (D. Giovanni), Alexandrina Pendatchanska e Silvia Correia Mateus (Donna Anna), Barbara Frittoli e Elisabeth Matos (D. Elvira), José Fardilha (Leporello), Yann Beuron e Kobie Van Rensburg (D. Ottavio), Conal Coad (Commendatore), Ana Ferraz (Zerlina) e Luís Rodrigues (Masetto). A direcção musical é de Ivor Bolton à frente da **Orquestra Sinfónica Portuguesa** e do **Coro do Teatro Nacional de S. Carlos** (maestro titular João Paulo Santos). Informações e horários: 346 59 14.



**TEATRO ESTÚDIO MÁRIO VIEGAS**  
MARQUE JÁ!!! Tel: 347 12 79/342 23 35/342 23 37  
A COMPANHIA TEATRAL DO CHIADO APRESENTA

TRAGA OS SEUS FILHOS AO TEATRO!!!

*O Pirata que não sabia ler*  
de José Jorge Letria

Espectáculo Infantil

Quartas, Quintas e Sextas às 11h 00m  
Sábados e Domingos às 15h00m

## ARTESANATO

### Óbidos/98

**ARTESANATO**

**ÓBIDOS /98**

SOLAR DA PRAÇA DE SANTA MARIA  
22 DEZ-98 a 17 JAN-99

Até ao próximo dia 17 de Janeiro estará patente ao público, no **Solar da Praça de Santa Maria** (Óbidos) uma exposição de artesanato. Esta mostra contará com a presença de trabalhos criados por cerca de três dezenas de socioartesãos e «artesãos-convitados» da **Associação de Artesãos do Oeste (AAO)**. A exposição tem o apoio da **Câmara Municipal** daquela cidade e, segundo a apresentação, «procura potenciar a divulgação da arte popular, a preservação do património cultural, surgindo como meio de prospecção de uma arte que se pretende vocacionada para o exterior e procurando igualmente exercer uma influência onde se recrie a tradição sem descurar a inovação». A mostra estará aberta entre as 10 e as 18 horas, diariamente.

## BAILADO

### A Bela Adormecida no CCB

Espectáculo que se adequa maravilhosamente a esta quadra é o bailado e, em particular, o chamado «bailado clássico». Lisboa pode agora assistir a um dos espectáculos mais fascinantes neste âmbito. Assim, estreia hoje e manter-se-á em cartaz, no **Grande Auditório do Centro Cultural de Belém**, com espectáculos em 23, 26, 28, 29 e 30 às

21.30, 26 e 27 às 16 horas, 2 de Janeiro às 21.30 e 3 do mesmo mês às 16 horas, o bailado «**A Bela Adormecida**», com coreografia de Marius Petipa, numa versão com coreografia adicional de Ted Brandsen, música de Piotr Tchaikowsky, cenários e figurinos de António Lagarto e desenho de luz de Paulo Graça. O espectáculo estará a cargo da **Companhia Nacional de Bailado** e, citando as notas do programa, trata-se de uma «produção que preserva os grandes momentos coreográficos de Marius Petipa ao mesmo que propõe uma coreografia original da responsabilidade do coreógrafo holandês Ted Brandsen». Adeline Charpentier, Ana Lacerda, Filipa Rola, Alexandra Fernandes, Luís d'Albergaria e Bruno Roque são os solistas principais, à frente de um corpo de baile de 54 bailarinos. A direcção musical é de Vasco Pearce de Azevedo à frente da **Orquestra Sinfónica Portuguesa**.



## LIVROS

### O LIVRO NEGRO DO CAPITALISMO

### O Livro Negro do Capitalismo

Bem sabemos que é Natal e que a tradição manda falar de coisas agradáveis. Não há, porém, coisa pior que a ignorância voluntária, o virar as costas ao lado negro da vida. E assim não gostaríamos de deitar a perder a oportunidade de falarmos aos nossos leitores deste livro que acaba de ser editado em Portugal pela **Campo das Letras**, na sua colecção **Campo da História - O Livro Negro do Capitalismo** - uma obra que veio a lume em França, ainda este ano, e que já fez largo caminho e sucesso entre muitos leitores, mesmo no nosso país.

Num momento em que foi tão badalada - e vai certamente continuar a ser - a publicação entre nós de um outro livro que, misturando toneladas de mentiras com algumas poucas verdades, pretende denegrir o comunismo e as experiências que este século viu nascerem na construção de uma sociedade mais justa, a oportunidade deste **Livro Negro do Capitalismo** é, assim, duplamente justificada.

O capitalismo, o seu desenvolvimento como sistema de relações de produção e de progressivo domínio económico, existe há séculos. E há pelo menos duzentos anos que estende e aprofunda o seu domínio político à maior parte do mundo. A sua história é a de um espectacular desenvolvimento técnico e científico, a da criação de uma riqueza que abriria à humanidade um capítulo novo e feliz na sua história... se não fosse acompanhada por uma nova servidão. A exploração do homem pelo homem não foi abolida, antes se verificou, desde o momento em que foram declaradas a liberdade, a igualdade e a fraternidade como valores essenciais à humanidade, uma feroz intensificação da exploração do trabalho humano.

É o lado sombrio do capitalismo, o seu lado negro, que neste livro se conta, através de apenas alguns exemplos. Histórias de repressão, de tortura, de morte, de genocídio, de guerras e massacres sem os quais o capitalismo não sobreviveria para continuar a explorar, a superar crises, a manter o seu domínio. Escrito por numerosos autores franceses, com uma introdução de Gilles Perrault, o livro conta, na edição portuguesa, com mais um texto, da autoria de Agostinho Lopes, a não deixar esquecer as páginas, também elas negras, do fascismo português, a ditadura terrorista dos monopólios e dos latifúndios aliados ao imperialismo.



## ATALHE DE FOICE

### O Natal em Maio

Os Natais da minha infância decorreram numa aldeia que teria, como tantas outras, as condições necessárias para ali se viver esta festividade com todos os preceitos da tradição.

Havia frio e geada, lareiras aconchegadas e céus farrados a estrelas, couves na horta e bacalhau nas lojas, estábulos, jumentos e vaquinhas a fumar odores no ar gelado, pinhais ondulado um rumor de agulhas sobre vastos tapetes de musgo. E nem uma igreja faltava, há dois séculos mirando o rio do alto da colina que definia, qual promontório de fim do mundo, o termo poente da povoação.

Todavia, o único presépio que conheci na minha aldeia foi o que todos nós, alunos da escola primária, construíamos na pequena lareira da sala de aulas, onde nunca crepitou um lume mas todos os anos subia à cena o espectáculo da Natividade, superiormente dirigido pela perceptiva e expedita professora D. Maria José Mata, jovem transmontana desterrada para a imensidão do latifúndio que, ali, o leito espriado do Sorraia rasgava em dois.

O acontecimento ganhava a dimensão do grande alvoroço do ano: não apenas anunciava o início das férias de Natal mas, sobretudo, organizava uma expedição colectiva aos campos em consentido convívio de rapazes e raparigas. E lá marchávamos para a charneca carregando padiolas e empunhando sachos trazidos de casa, eles suando forças e habilidades no descarnar o musgo da terra, elas distribuindo comentários sibilinos de arrasar qualquer infante enquanto, graciosamente, iam organizando bouquets de rosmaninho. Colhida a matéria-prima, o presépio ganhava forma: caminhos desenhados a areia e seixos do rio trepavam por colinas atapetadas de musgo e apontavam para uma gruta de cortiça e casca de pinheiro. Por cima, a estrela brilhava na prata de cigarro, lá dentro, repousava o Menino Jesus de braços abertos num berço de palha, a Sagrada Família completa, mais a vaquinha e o jumento. Os Reis Magos, esses afluíam à gruta por caminhos diferentes, cavalgando trajectos desenhados num plebiscito consentido sobre a coreografia estabelecida.

Este era o único presépio da minha aldeia. Na generalidade das casas, a liturgia da Natividade ficava-se pelo calçado das crianças ao canto da chaminé à espera que de manhã pingasse alguma doçaria, enquanto a consoada se resumia a filhós, azevias e arroz-doce também para as crianças, que as mulheres multiplicavam em cada lar como dádivas de afecto e vizinhança.

Quanto aos homens, faziam outro Natal: a grande família dos desempregados sazonais reunia-se à volta do lume da rua celebrando a consoada com golos de aguardente bebidos do garrafão, enquanto o sino da igreja plangia chamadas para a missa do galo, onde apenas afluíam alguns senhores da terra, uma magra assembleia de beatas e gaiatos atraídos pela fantasmagoria das velas a bruxulear nos santos.

Nesse tempo, na minha terra, o grande Natal da solidariedade e das famílias só chegava realmente em Maio, no dia Primeiro. Aí, os preparativos mobilizavam toda a gente, os homens pescando no rio, à lapa e à rede, o peixe que então abundava, as mulheres afadigando-se em casa na preparação de saladas, enchidos, queijos, galinhas e bolos de pinhão, tudo servido a todos e à discrição em toalhas coloridas desenroladas debaixo dos salgueiros ou à sombra da ponte.

Aí, a repressão da GNR já não se atrevia a interpelar o grupo, como o fazia nas frias noites de Natal aos que bebiam aguardente à volta da fogueira acesa no largo. Aí, estava toda a gente, numa família demasiado grande e solidária para ser dispersa aos berros ou à coronhada.

Não se conclua, por aqui, que na minha aldeia se trocava o Natal pelo 1.º de Maio, no mistério dum anacronismo pagão.

No Natal, a consoada não se festejava segundo a tradição porque o bacalhau da loja custava dinheiro que não havia, e a liturgia da Natividade perdera sentido sob batutas clericais que se confundiam com as vergastas da repressão.

Em contrapartida, o 1.º de Maio tornou-se no espaço onde todos podiam confluír para o exercício colectivo da fraternidade.

Tendo em conta que os mitos sempre se construíram para fixar na memória dos homens os valores mais importantes da civilização, não deixa de ser curiosa a analogia que a vida obrigou a minha aldeia a estabelecer.

Recorde-se que o mito do Natal, com a sua mensagem redentora plasmada na liturgia cristã, foi construído no século IV sobre a festa soesticial *Natale Solis invicti* com que Roma celebrava o Sol a 25 de Dezembro, encaminhava-se o Império para o seu estertor.

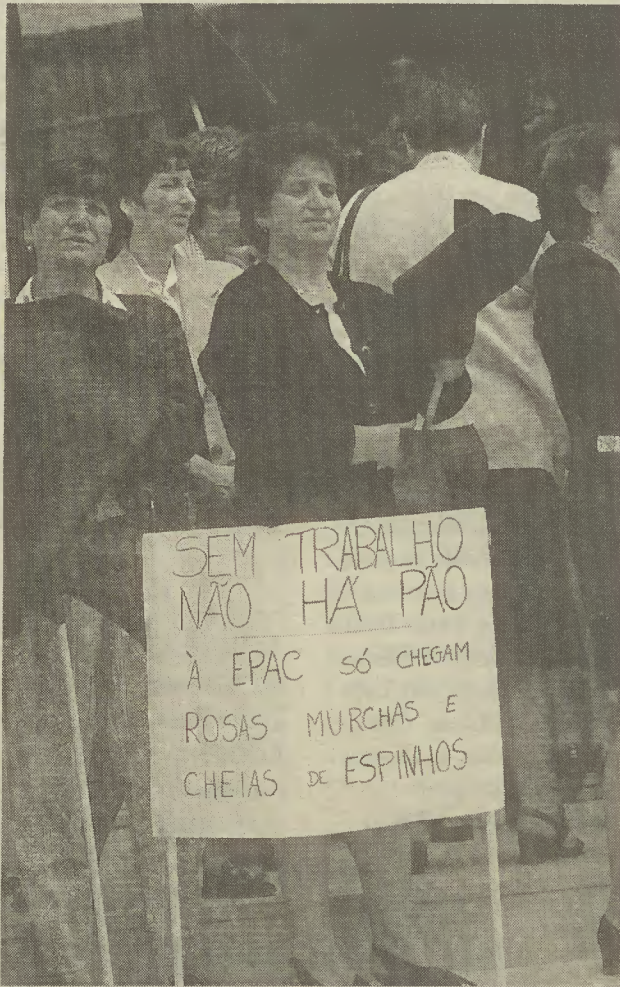
Quanto ao mito do 1.º de Maio, com a sua força emancipadora, mergulha raízes em Boston no século passado, no coração dum novo Império - o americano - que, olhado historicamente, não andarà longe de soçobrar à eterna Natividade do homem.

■ Henrique Custódio

## Entregue para Janeiro pré-aviso de greve na Grundig

Os trabalhadores das empresas do Complexo Grundig/Blaupunkt, em Braga, apresentaram um pré-aviso de greve para o período entre as zero horas do dia 4 e as 24 horas do dia 29 de Janeiro.

O pessoal das empresas Grundig Logística Portugal, Grundig Indústria Portugal, Grundig Serviços Portugal e



A extinção da EPAC deixa 70 trabalhadores sem emprego (foto de arquivo)

## EPAC Na lista para despedimento

Cerca de 70 trabalhadores da EPAC vão passar o Natal sem terem nenhuma perspectiva de emprego assegurada. Depois de um plenário realizado na passada semana, uma delegação sindical foi recebida pelo secretário de Estado do Ministério da Agricultura, Luís Vieira, que reafirmou o objectivo de liquidar a EPAC SA, aconselhando os trabalhadores a rescindir os seus contratos de trabalho, declarou ao *Avante!*, Manuela Cardoso, dirigente do Sindicato dos Tra-

balhadores do Comércio e membro da Comissão Intersindical da EPAC.

Na reunião com o membro do Governo, foi ainda lembrado que há dois anos que a administração não aumenta os trabalhadores, sendo por isso inaceitável a sua proposta de actualização salarial em 1,8 por cento para o próximo ano.

Segundo Manuela Cardoso o Sindicato continua a reivindicar não só aumentos justos como a integração dos trabalhadores em organismos do Estado.

## Artes plásticas no Vitória

Até à próxima sexta-feira está patente no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, uma exposição-venda de artes plásticas. A mostra inclui obras de Albino Moura, Boavida Amaro, César Roussado, Filipe Dinis, Humberto Lebroto, Irene Ribeiro, João Hogan, Jorge Vieira, José Mougá, Juan Soutullo, Luís Ralha, Ribeiro Farinha, Roberto Machado, Rogério Ribeiro, Sílvia e Virgílio Domingues.



Norwegian Original Equipment Manufacturers reivindicam das entidades patronais o pagamento pontual das retribuições, a manutenção dos postos de trabalho e o cumprimento integral do protocolo celebrado pela Grundig com a OEM, sob os auspícios do governador civil de Braga.

«Relativamente ao protocolo, a Grundig mantém a intenção de transferir a produção de equipamentos de alta fidelidade para a Alemanha, mas ainda não avançou no compromisso de transferir as suas produções do Extremo Oriente» para Braga, disse à Lusa um dirigente sindical.

Ramos Lopes, do sindicato das Indústrias Eléctricas do Norte (STIEN/CGTP), acrescentou que também não há qualquer avanço na reorganização da OEM, outro ponto do referido protocolo. Revelou ainda que os trabalhadores da Grundig/OEM vão acionar judicialmente aquelas empre-

sas para que o tribunal os reconheça como trabalhadores da multinacional alemã e não da OEM.

Desde há um ano que a OEM, uma empresa de origem norueguesa mas que tem presente capital totalmente português, actua como subcontratada da Grundig nas instalações de Braga, com os equipamentos da empresa alemã, após esta ter transferido a sua actividade para a OEM. Os trabalhadores consideram que esta transferência de actividade foi apenas um subterfúgio para transferir os seus contratos para a OEM.

Na sua qualidade de subcontratada, a OEM pode ver a actividade extinta no final do contrato com a Grundig, pelo que os trabalhadores pretendem ver judicialmente confirmada a sua ligação contratual à empresa alemã. «O que se pretendeu com este contrato foi transferir os trabalhadores e não a actividade», denuncia o STIEN.

## Correios suspendem greve

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações decidiu suspender a greve de três dias que deveria ter terminado hoje, depois da empresa ter recuado na ameaça de descontar no vencimento o dia em que se realizou um plenário de trabalhadores (14 de Outubro).

Recorde-se que a paralisação foi convocada na sequência da ruptura das negociações do

Acordo de Empresa. O sindicato responsabilizou estão o conselho de administração, acusando-o de «irredutibilidade e incompetência», e reafirma que «as justas reivindicações não são satisfeitas em detrimento das medidas de gestão que beneficiam uma poucos trabalhadores, como a pseudodivisão dos lucros». Uma nova ronda negociada está marcada para o próximo dia 5 de Janeiro.

## Bragança CDU protesta contra ETAR na zona histórica

A CDU de Bragança considera um grave atentado ao património, a decisão da Câmara Municipal de construir uma Estação de Tratamento de Águas Residuais a cerca de 100 metros das muralhas do castelo, um dos mais representativos da arquitectura medieval portuguesa.

Num apelo divulgado este

fim-de-semana, a comissão coordenadora da CDU chama atenção de «numa das encostas do castelo estar a magnífica recuperação do Convento de São Francisco e na outra os tanques de tratamento de esgotos».

Considerando que esta obra terá repercussões negativas no turismo, a CDU questiona o IPPAR e a Comissão Regional de Turismo do Nordeste Transmontano, alertando que são necessárias medidas urgentes para que a ETAR seja instalada ligeiramente mais a sul. Isto implicaria o prolongamento do colector de esgotos algumas centenas de metros, solução que mesmo assim é mais barata dos que medidas mitigadoras do seu impacto ambiental.

